



Universidade de Brasília (UnB)
Instituto de Ciências Humanas (ICH)
Departamento de Serviço Social (SER)
Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS)

Clara Franco Neiva

Política de Educação como arena em disputa: A relação entre a ascensão da Nova Direita e o Educador Social Voluntário na Educação Básica do Distrito Federal

Brasília,
2025

Clara Franco Neiva

Política de Educação como arena em disputa: A relação entre a ascensão da Nova Direita e o Educador Social Voluntário na Educação Básica do Distrito Federal

Dissertação de Mestrado Acadêmico apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Política Social, do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. Linha de pesquisa: Política Social, Estado e Sociedade.

Orientadora: Prof^ª Dr^a Silvia Cristina Yannoulas.

**Brasília,
2025**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Política de Educação como arena em disputa: A relação entre a ascensão da Nova Direita e o Educador Social Voluntário na Educação Básica do Distrito Federal

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Silvia Cristina Yannoulas

Professora do Programa de Pós-Graduação em Política Social - PPGPS/UnB
(Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Silvana Aparecida de Souza

Professora do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Sociedade, Cultura e Fronteiras - PPGSCF/ UNIOESTE
(Membro Externo)

Prof.^a Dr.^a Thaís Kristosch Imperatori

Professora do Programa de Pós-Graduação em Política Social - PPGPS/UnB
(Membro Interno)

Prof.^a Dr.^a Natalia de Souza Duarte

Professora Colaboradora do CEAM/UnB
(Suplente)

Brasília,

2025

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, Mirian, por sempre acreditar no meu potencial e possibilitar que essa trajetória seja mais leve. Ao meu pai, Francisco, por me ensinar a pensar fora da caixa e ter um pensamento crítico. A minha tia, Teresinha, pela escuta e pelo olhar sempre atento. A minha tia, Elisângela, que faz a vida ser mais leve e divertida, e que apesar da distância está sempre presente. Vocês são minha base e inspiração.

Aos meus irmãos, que mesmo com nossas diferenças me ensinam coisas novas todo dia. Em especial, a Moema que é meu porto seguro.

Aos meus colegas de longa data, Caetano, Lucca, e Leila que me acompanham independente de onde estiverem, vocês me inspiram e são exemplos de lealdade.

A todos meus amigos, Bela, Maciel, Gab, Habibe, Igor que estão no meu dia a dia, e que acompanharam o processo desta dissertação sempre me incentivando, motivando e nos divertindo ao longo desses dois anos. Tudo pode ser mais leve e divertido por conta de vocês.

A Thayna que sempre me mostrou com muito carinho que sempre posso mais, e que nenhum obstáculo é tão grande se a gente faz por amor.

Ao grupo TEDIs, onde pude partilhar de diversos conhecimentos e as minhas colegas de pesquisa, Mariana, Lídia, Laís, Kaline, Lourdes, Sophia e Elaine, que me acolheram e acreditaram nas minhas ideias ao longo desses anos.

A Natália Duarte, por ter compartilhado tantas ideias e me auxiliado na construção da ideia desta pesquisa, seu suporte foi muito importante.

A Silvia Yannoulas, que tornou esse trabalho possível, pela dedicação, cuidado, e excelência no acompanhamento desta pesquisa, e da trajetória construída desde a graduação. Apreendi e pretendo aprender muito mais ao seu lado.

As professoras Silvana Souza, Thaís Imperatori e Kênia Figueiredo, por disponibilizarem seu tempo e suas experiências para o aperfeiçoamento deste trabalho.

Ao CNPq pelo financiamento do meu PIBIC durante a graduação que abriu portas para pensar no caminho da pesquisa científica. Assim como, a Capes que financiou esta pesquisa e que tornou possível esta discussão tão importante para os dias atuais.

Ao PPGPS e ao DPG que permitiram acessar a novos conhecimentos, com professores e funcionários de excelência, que valorizam o pensamento crítico e dão importância à pesquisa científica.

A Universidade de Brasília, que mais uma vez me recebeu e me apresentou um mundo novo cheio de possibilidades. E que esta pesquisa seja mais um passo importante pela luta em defesa da educação pública, laica, de qualidade e inclusiva.

RESUMO

O presente trabalho propõe-se a investigar a educação como uma arena de disputa, na qual diferentes projetos educacionais buscam influenciar e determinar os rumos de uma Política de Educação Básica. Com isso, a pesquisa buscou compreender as ações das forças em presença ligadas ao projeto educacional da Nova Direita no Distrito Federal (DF), a fim de evidenciar os fundamentos e as estratégias utilizadas por esses na defesa da manutenção e expansão do programa do Educador Social Voluntário (ESV) (2014-2024). Para o desenvolvimento desta pesquisa, os procedimentos metodológicos fundamentaram-se no materialismo histórico-dialético, com a adoção de uma abordagem qualitativa. As técnicas empregadas incluíram a realização de pesquisa bibliográfica e documental, utilizando bases abertas de acesso público, como a plataforma SciELO e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), além de obras do acervo pessoal. Também foram consultadas plataformas governamentais e não governamentais, como o site da Secretaria de Educação e as publicações do Diário Oficial do DF, assim como, duas audiências públicas realizadas na Câmara Legislativa do DF. A hipótese central do trabalho era que o Programa do ESV é uma das estratégias utilizadas por representantes da ideologia da ND, como forma de impulsionar um programa de voluntariado em detrimento da contratação de profissionais de carreira especializados no apoio às atividades da Educação Básica. Entre os resultados da pesquisa, evidencia-se que o voluntariado, originalmente concebido como ação complementar, foi sistematicamente institucionalizado para substituir a contratação de profissionais qualificados, assim, por meio da análise de portarias (2014-2024) revela características de precarização, como baixos valores de ajuda de custo, ausência de garantias trabalhistas e perfis de voluntários frequentemente incompatíveis com os requisitos dos editais. Já as audiências públicas analisadas demonstram discursos polarizados entre a valorização do voluntariado e críticas à exploração do trabalho não remunerado. Dessa forma, considera-se a necessidade de fortalecimento da uma política educacional de qualidade e inclusiva, possibilitando a contratação de monitores, para garantir a qualidade do atendimento, os direitos desses trabalhadores e a continuidade das atividades educacionais, superando as limitações do modelo atual de voluntariado e buscando o enfrentamento dessas forças em presença ligadas a ND.

PALAVRAS CHAVE

Educador Social Voluntário; Nova Direita; Política de Educação Básica; Voluntariado.

ABSTRACT

This study aims to investigate education as an arena of dispute, where different educational projects seek to influence and shape the direction of Basic Education Policy. Thus, the research aimed to understand the actions of the forces associated with the educational project of the New Right in the Federal District, seeking to highlight the foundations and strategies employed by them in defending the maintenance and expansion of the Volunteer Social Educator program (2014–2024). For the development of this research, the methodological procedures were based on historical-dialectical materialism, adopting a qualitative approach. The techniques used included conducting bibliographic and documentary research, using publicly accessible open databases, such as the SciELO platform and the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), as well as works from the personal collection. Governmental and non-governmental platforms were also consulted, such as the website of the Department of Education and publications from the Official Gazette of the Federal District, as well as two public hearings held at the Legislative Chamber of the Federal District. The central hypothesis of the study was that the ESV Program is one of the strategies used by representatives of the New Right (ND) ideology, as a way to promote a volunteer program in place of hiring specialized career professionals to support Basic Education activities. Among the results of the research, it is evident that volunteering, originally conceived as a complementary action, has been systematically institutionalized to replace the hiring of qualified professionals. Through the analysis of ordinances (2014-2024), characteristics of precariousness are revealed, such as low cost-of-living allowances, lack of labor guarantees, and profiles of volunteers often incompatible with the requirements of the calls for proposals. The public hearings analyzed demonstrate polarized discourses between the valorization of volunteering and criticism of the exploitation of unpaid labor. Thus, the need to strengthen an inclusive, quality educational policy is considered, enabling the hiring of monitors to ensure the quality of service, the rights of these workers, and the continuity of educational activities, overcoming the limitations of the current volunteer model and seeking to confront the forces associated with the ND.

KEYWORDS

Volunteer Social Educator; New Right; Basic Education Policy; Volunteering;

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Gráfico 1: Variação do valor, em reais, da ajuda de custo diário do Educador Social Voluntário (2014-2024).....	62
Gráfico 2: Quantitativo de vagas para o programa do Educador Social Voluntário (2014-2024)	68
Gráfico 3: Quantitativo de Professores em exercício na SEEDF.....	70
Gráfico 4: Percentual de matrículas de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação que frequentam classes comuns – com e sem atendimento educacional especializado (aee) – ou classes especiais exclusivas – Brasil– 2019-2023.....	82
Gráfico 5: Percentual de estudantes da Educação Especial matriculados na rede pública de ensino do Distrito Federal (2019).....	83
Tabela 1: Relação de documentos analisados (2013-2024). Distrito Federal, Brasil.....	23
Tabela 2: Portarias analisadas de editais do Programa do Educador Social Voluntário, de 2014 a 2024, publicados em Diário Oficial.....	59
Tabela 3: Critérios utilizados para análise das portarias do programa do ESV, disponíveis no Diário Oficial do DF, no período de 2014 a 2024.....	61
Tabela 4: Modalidade de atendimento previstas nas portarias do ESV, do ano de 2014 a 2024.....	66
Tabela 5: Membros componentes da banca da Audiência Pública do “Programa Educador Social Voluntário”, realizada na CLDF em 17 de fevereiro de 2020.....	77
Tabela 6: Membros componentes da banca da Reunião Pública dos “ Resultados da Pesquisa IPEDF sobre Educadores Voluntários”, realizada na CLDF em 12 de agosto de 2024.....	89

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Galeria dos Governadores do Distrito Federal (2011-2024).....	50
Figura 2: Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva em cargos das carreiras de magistério e assistência à educação - Monitor de Gestão Educacional (2016).....	54
Figura 3: Tabela produzida pela pesquisa do IPEDF sobre o grau de escolaridade dos ESVs (2024).....	65
Figura 4: Figura que apresenta a ocupação dos entrevistados pela pesquisa do IPEDF além do Educador Social Voluntário (2024).....	87
Figura 5: Figura realizada pela pesquisa do IPEDF que apresenta o tempo de atuação dos/as ESVs (2024).....	93

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AEE- Atendimento Educacional Especializado

BIRD- Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CLDF- Câmara Legislativa do Distrito Federal

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CF- Constituição Federal

CODDEDE- Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal

DF - Distrito Federal

EB – Educação Básica

EC - Emenda Constitucional

ESV - Educador Social Voluntário

GDF - Governo do Distrito Federal

IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INCT- Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia

IPEDF- Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LOA- Lei Orçamentária Anual

MEC - Ministério da Educação

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

ND – Nova Direita

PEC - Proposta de Emenda à Constituição

PDAF- Programa de Descentralização Administrativa e Financeira

PNE - Plano Nacional de Educação

PNEEPEI- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

PPGPS- Programa de Pós-Graduação em Política Social

PSB- Partido Socialista Brasileiro

PSC- Partido Social Cristão

PSOL- Partido Socialismo e Liberdade

PT- Partido dos Trabalhadores

SEEDF - Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

SER- Departamento de Serviço Social

SUBIN- Subsecretaria de Educação Inclusiva e Integral

SUBDHIR- Subsecretaria de Políticas de Direitos Humanos e de Igualdade Racia

SUPLAV- Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação

TEA- Transtorno do Espectro Autista

TEDis - Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Discriminação

TGD- Transtorno Global de Desenvolvimento

UE - Unidade escolar

UFPR- Universidade Federal do Paraná

UnB - Universidade de Brasília

SUMÁRIO

Introdução	13
Método	19
Procedimentos metodológicos	21
Cuidados éticos	24
Capítulo 1: Projeto Educacional da Nova Direita	26
1.1 Nova Direita: amálgama neoliberal e neoconservadora	27
1.2 Nova Direita: Estratégias e particularidades do contexto brasileiro	32
1.3 Nova Direita e Política de Educação: O Projeto	36
Capítulo 2: Voluntariado	42
2.1 Voluntariado: Síntese histórica	42
2.2 O caso Brasília	47
2.2.1 Governo Agnelo (2011-2014)	49
2.2.2 Governo Rollemberg (2015-2018)	52
2.2.3 Governo Ibaneis (2019-Atualmente)	54
Capítulo 3: O Programa do Educador Social Voluntário	57
3.1 Análise do programa do Educador Social Voluntário do DF	57
3.2 Papel do Educador Social Voluntário no Ensino Inclusivo	69
Capítulo 4: Forças em presença	74
4.1 Audiência Pública 2020: Defesa ou Denúncia?	74
4.2 Reunião Pública 2024: Dados e Realidade	86
Considerações Finais	94
Referências	97
Anexos	103
Apêndice	113

Introdução

O presente trabalho busca entender a disputa pela determinação de uma Política de Educação que se dá entre diferentes projetos educacionais, sendo ela uma arena de interesses políticos, ideológicos e econômicos. Sua relação com a formação dos novos direcionamentos educacionais, proposta por novos sujeitos sociais, é evidenciada a partir da própria conjuntura política e econômica brasileira. O direito à educação é decorrente de um processo de luta contínua, sendo a escolarização elemento histórico de disputa visto seu potencial transformador e de desenvolvimento do ser humano enquanto cidadão. Entretanto, ainda que tenha se consolidado enquanto direito constitucional, a Educação Básica (EB) ainda é marcada por desafios não só na garantia ao acesso, mas na permanência e na qualidade do ensino.

Esse campo é disputado pelos ideais dominantes e as reivindicações da classe trabalhadora e outros grupos subalternizados, sendo ao longo da história pleiteado por diversos grupos ideológicos. Nesse sentido, o presente trabalho dá destaque às ações da Nova Direita (ND), que articula simultaneamente ações de cunho neoliberal, promovendo o desmonte a escola pública, com propostas de privatização, precarização e de subfinanciamento, e propostas de cunho neoconservador, em que procuram limitar não só a abrangência de conteúdos, mas a própria liberdade de expressão de alunos, professores, coordenadores, na tentativa de cercear a diversidade do ambiente escolar.

O papel que a ND exerce na Política de Educação, é observado nas estratégias de dominação que são aplicadas por esses a fim de estabelecer parâmetros específicos à educação, atividade a qual deveria se pautar na diversidade e não em um padrão determinado. Sob essa concepção, bell hooks (2013) entende a ação da ND enquanto uma “tentativa de impor ordem ao caos, de voltar a um passado (idealizado)” (p. 43) e nesse sentido através de um “consumo cultural coletivo da desinformação e o apego à desinformação se aliam às camadas e mais camadas de mentiras” (p. 45), estabelecendo assim concepções falseadas da realidade.

Analisando o cenário de mudanças e retrocessos na política educacional, a pesquisa buscou compreender as novas tendências em ascensão que defendem a progressiva subsidiariedade do Estado no que se refere a políticas sociais. A visão da educação como mercadoria e o retorno de valores tradicionais no campo das políticas educacionais se tornaram estratégias de mobilização de grupos sociais, antes divergentes a se unirem em prol de uma construção política e ideológica articulada. Dessa maneira, entender o que é a ND é

fundamental, para observar tais processos, sendo caracterizado, a partir da perspectiva de Brown (2019) como

Estas novas forças que conjugam elementos já familiares do neoliberalismo (favorecimento do capital, repressão do trabalho, demonização do Estado social e do político, ataque às igualdades e exaltação da liberdade) com seus aparentes opostos (nacionalismo, imposição da moralidade tradicional, antielitismo populista e demandas por soluções estatais para problemas econômicos e sociais). Elas conjugam a retidão moral com uma conduta amoral e não civilizada quase celebrada (p. 10).

Além disso, através da ideologia¹ da Nova Direita se prevê o afastamento da proposta de um Estado de bem-estar social², em que se pensava políticas públicas de redistribuição, redirecionou seu olhar para a valorização da ideia de individualidade e da construção de liberdade de acordo com os parâmetros de mercado. Nesse sentido, compreender o papel ideológico desse grupo, vai além da complexidade dessa amálgama³, mas também observar as falsas proposições que se dispõe a construir, como forma de persuasão de ideias. O cenário apresentado destaca-se pela precarização do trabalho escolar e na queda na qualidade de ensino, tendo em vista a utilização de outras forças de trabalho precarizadas e até mesmo sem formação para realização das atividades educacionais, como exemplo o voluntariado.

Dessa maneira, tal estratégia assim como diversas outras passaram a representar o projeto educativo da ND, direcionamento estudado por alguns autores, cabendo destaque as pesquisas desenvolvidas pelo grupo Trabalho, Educação e Discriminação (TEDIs), e em especial nas produções de Silvia Yannoulas (2024)⁴, que trazem as peculiaridades produzidas pela influência da ND nas políticas educacionais.

Nesse sentido, pensando em programas direcionados a perspectiva neodireitista é no território do Distrito Federal (DF) que se observam propostas marcantes e particulares, que reverberam tal cenário. Seu destaque se dá por exemplos marcantes de novos programas como

¹ A perspectiva do conceito de ideologia utilizado baseia-se nas concepções de Marx (2011), que compreende a ideologia como um “falseamento da realidade”, forma de persuasão de ideias, reproduzindo e seguindo os interesses do poder dominante. Pauta-se na ideia de que o homem não escolhe as circunstâncias sob as quais a história é feita, apenas a reproduz da forma que lhe foi transmitida.

² O modelo de Estado de Bem-Estar Social foi introduzido no Pós Segunda Guerra Mundial, como resposta às lutas da classe trabalhadora no capitalismo monopolista, destacando seu caráter contraditório. Esse modelo, segundo Behring e Boschetti (2006), que ao mesmo tempo atendeu parcialmente às demandas da classe trabalhadora, nunca rompeu com os fundamentos da exploração capitalista. Ele promoveu a criação de uma proteção social por meio de políticas públicas, mas dentro dos limites da acumulação do capital, sendo constantemente tensionado por crises econômicas e pelos interesses da burguesia em reduzir gastos sociais.

³ O termo amálgama significa uma fusão/junção entre elementos diferentes formando um novo. Essa ideia foi utilizada por Pereira (2016) e Afonso (2007) para descrever a união de correntes ideológicas de direita: o neoliberalismo e o neoconservadorismo.

⁴ Artigo publicado por Yannoulas (2024) que trata sobre a compreensão do projeto educacional da Nova Direita: Estratégias essenciais e particularidades brasileira

a militarização das escolas⁵, a educação domiciliar⁶ e o voluntariado⁷, como estratégias desenvolvidas pela Secretaria de Educação do DF (SEEDF) nas últimas 3 décadas. Sendo assim, o Programa do Educador Social Voluntário principal ponto de discussão deste trabalho, diante das suas peculiaridades, enquanto programa de voluntariado com grande quantitativo de participantes e unidades escolares (UEs) do DF vinculadas a esse serviço, entre outras contradições que se apresentam a essa figura.

Em suma, a pesquisa realizada teve como **objeto** de estudo, a influência da ascensão da ideologia da Nova Direita no processo de precarização do apoio às atividades escolares da Educação Básica do Distrito Federal por meio da utilização da figura do Educador Social Voluntário. Dessa maneira, considerando a complexidade da temática, o estudo se orientou pelas seguintes **perguntas**: Quais as estratégias da ideologia da ND que corroboram para a implementação e continuidade do Programa do Educador Social Voluntário, entre os anos de 2014 a 2024 no DF? Quem são as forças em presença⁸ agindo em defesa desse projeto político?

Partindo do pressuposto que o campo da educação, enquanto espaço de disputa tornou-se alvo de ações da ND, que se propagaram por meio de discursos de ódio, e informações falsas, a partir de figuras políticas, empresários, pessoas públicas, entre outros setores da sociedade civil que se vincularam a tal proposta. A **hipótese central** da pesquisa é de que o Programa do Educador Social Voluntário é uma das estratégias utilizada por representantes da ideologia da Nova Direita, como forma de impulsionar a continuidade de um programa de voluntariado em detrimento da contratação de profissionais de carreira especializados no apoio às atividades da Educação Básica.

Nesse sentido, o **objetivo geral** é compreender as ações das forças em presença ligadas ao projeto educacional da Nova Direita no Distrito Federal (DF), a fim de evidenciar

⁵ Portaria Conjunta Nº 22, de 28 de outubro de 2020, dispõe sobre Escolas Cívico-Militares Link: <https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Diario/df2e805f-cafc-3fe8-8bea-aa071284a9a3/DODF%20022%2002-02-2021%20INTEGRA.pdf>. Sobre essa temática, o TCC de Marcos Soares (2021) aprofunda-se sobre a relação contraditória entre militarização das escolas e a gestão democrática de ensino.

⁶ Lei Nº 6.759, de 16 de dezembro de 2020, que instituiu no Distrito Federal a educação domiciliar. Link: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/relacoes-institucionais/arquivos/lei-no-6-759-de-16-de-dezembro-de-2020.p> [df](https://www.tjdft.jus.br/institucional/relacoes-institucionais/arquivos/lei-no-6-759-de-16-de-dezembro-de-2020.p). A respeito dessa temática, a dissertação de Kaline Monteiro (2024) traz uma importante reflexão sobre a relação entre a ND e o atual projeto de educação domiciliar.

⁷ Portaria Nº 73, de 24 de abril de 2014, criou o programa do Educador Social Voluntário, que se utiliza do apoio de voluntários às atividades educacionais. Link: http://www.tc.df.gov.br/sinj/Norma/76695/Portaria_73_24_04_2014.html. Temática aprofundada no TCC, de Clara Neiva (2022).

⁸ O uso do termo “Forças em presença” surgiu a partir da banca de qualificação deste trabalho, realizada em dezembro de 2023, sob a sugestão da Profª Drª Kênia Figueiredo, que o relacionou às ideias de Antonio Gramsci. O conceito remete à análise da correlação de forças em uma determinada conjuntura, considerando que diferentes grupos e interesses já estão organizados e atuantes no campo político e social (Gramsci, 2001).

os fundamentos e as estratégias utilizadas por esses na defesa da manutenção e da expansão do programa do ESV. Além disso, foram estabelecidos os seguintes **objetivos específicos** para o desenvolvimento da pesquisa:

I. Analisar os editais do programa do Educador Social Voluntário (2014-2024) do DF, buscando compreender o perfil dos voluntários proposto nos editais e a própria estrutura do programa, em comparação à realidade desses voluntários.

II. Promover uma análise crítica aos discursos e debates apresentados em audiências públicas sobre a temática do ESV realizadas na CLDF, no mesmo período, e como estes influenciaram na continuidade do programa.

III. Evidenciar quem são as forças em presença que pautadas no projeto educacional da ND influenciam na continuidade e na manutenção da proposta de voluntariado do programa do ESV.

Justificativas

A temática escolhida é de suma importância para a compreensão da relação entre a Política de Educação e a ascensão ideologia da Nova Direita, dando destaque ao Programa do Educador Social Voluntário desenvolvido pela SEEDF, tendo em vista as particularidades das estratégias adotadas ao longo da última década, mas especialmente a partir do movimento de ascensão ideológica neodireitista, reverberadas pelo atual governo do DF. A decisão sobre o tema se deu em decorrência da observação da inserção de figuras alternativas, em destaque o ESV, como forma de conter a ausência de profissionais da educação na rede pública do DF, em especial no atendimento a Educação Inclusiva (EI) e Educação Especial, assim como o processo de ascensão da ideologia da ND, expressamente em figuras do governo distrital que se pautaram de preceitos neodireitistas para o desenvolvimento de suas políticas.

A escolha da temática delimitada ao cenário do DF se fez necessária diante da particularidade desse território, não só pelas tendências políticas da capital federal como também o fato da construção de um programa de voluntariado nessa dimensão que perdura a mais de uma década e que ainda não pode solucionar as lacunas e brechas legais em que se baseiam tal projeto. A Política de Educação do Distrito Federal tem se destacado historicamente, por exemplo, pelas suas pontuações superiores à média nacional em avaliações como o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), pela inclusão da psicologia escolar em suas unidades de ensino e pelo salário dos professores efetivos, que é superior ao salário-mínimo básico da categoria. No entanto, ainda existem desafios e lacunas no atendimento à educação básica, especialmente nas áreas de Educação Inclusiva e Educação

Especial, que continuam a depender de iniciativas como o programa ESV para garantir a adequação do atendimento a esses estudantes.

Já em relação ao cenário político, Brasília, como citado anteriormente, foi responsável pela aprovação de projetos ligados à perspectiva neodireitista, alinhando-se a projetos de militarização, da educação domiciliar, do voluntariado aprovados na última década, permitindo assim a adoção de propostas cada vez mais ligadas à pauta da ND. Isso também se reverbera na reeleição do atual governador, Ibaneis Rocha, intimamente ligado a esse grupo político, e que teve sua reeleição como característica de manutenção de um governo de direita na capital. Em seu primeiro mandato, aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro, promoveu ações alinhadas com o governo federal de desmonte a políticas públicas, privatizações, discursos moralistas, e que apesar da mudança do governo federal com a vitória de Lula ainda assim pode ser reeleito, sendo o primeiro candidato na história do DF a conquistar a reeleição, e com total de 50,27%⁹ dos votos.

Além disso, o período delimitado de uma década permite a compreensão da criação, construção e continuidade do programa do ESV, e se relaciona às mudanças políticas que transformaram o cenário nacional. Com isso, entre 2014 e 2024 o DF foi um local marcado por transformações significativas e projetos particulares e reprodutores das ideias da ND, sendo o ESV o destaque por suas peculiaridades. Esse destaque se deve tanto à abrangência e continuidade do projeto quanto à necessidade de aprofundar as discussões acadêmicas sobre essa iniciativa, considerando a escassez de produções científicas voltadas à análise desse programa.

Cabe destacar a importância dessa pesquisa, cujo objeto de estudo proposto se relaciona também com minha trajetória acadêmica e profissional, tendo em vista minha participação enquanto educadora social voluntária no período entre 2018 e 2019, a qual proporcionou a atuação direta no programa compreendendo os desafios enfrentados no cotidiano desse trabalho. Somado a essa experiência, a inserção no grupo de pesquisa do TEDIs, permitiu relacionar tal prática vivida ao contexto do projeto de pesquisa em desenvolvimento desde 2019, e intitulado “Antes da Pandemia: Três Décadas de Propostas Político-Pedagógicas Restauradoras no Brasil”, coordenado pela Profa. Silvia Yannoulas.

Essa aproximação proporcionou a elaboração de um projeto de iniciação científica (PIBIC), entre 2021 e 2022, sobre o “Educação Social Voluntária e a Escolarização de

⁹ Porcentagem de votos disponibilizado pelo site do Tribunal Superior Eleitoral, no dia 2 de outubro. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/totalizacao-dos-votos-aponta-a-reeleicao-de-ibaneis-rocha-mdb-para-o-governo-no-df>.

Pessoas com Deficiência no Distrito Federal: Uma análise crítica", assim como a realização do trabalho de conclusão de curso (TCC) para graduação em Serviço Social, apresentado em junho de 2022 sobre o "Educador Social Voluntário e a Escolarização de Pessoas com Deficiência: Recrudescimento da Nova Direita e a Exploração do Trabalho Voluntário na Educação Básica do Distrito Federal (2014-2021)". Sendo assim, o estudo sobre o ESV segue sendo importante e complexo objeto de estudo, agora mais focado na análise das iniciativas de figuras políticas para a construção e manutenção de tal programa, atualizando o contexto do programa pelos novos editais e pesquisas e discussões relacionados a esse profissional da educação no DF.

Nesse sentido, a pesquisa desenvolvida dialoga diretamente com a linha de pesquisa em Política Social, Estado e Sociedade, que se insere no Programa de Pós-Graduação em Política Social tendo em vista a compreensão e análise de políticas sociais, centralizado nesta pesquisa a Política de Educação. A pesquisa procura desenvolver os elementos previstos para tal linha de pesquisa a fim de compreender as bases legais, e as tendências e perspectivas na gestão dessa política, diante de um cenário de desmonte e fragmentação de políticas públicas de educação. Os achados da pesquisa têm por objetivo denunciar as iniciativas geradas pela atual Política de Educação no DF, e a utilização de alternativas precarizadas de força de trabalho, assim como compreender os direcionamentos ideológicos que guiam tais propostas, que ainda que por vezes sutis e veladas promovem consequências ativas nas atividades educacionais.

A dissertação organiza-se em quatro capítulos e conclusão, além das referências bibliográficas, apêndices e anexos. A organização do trabalho inicia a pesquisa trazendo seu primeiro capítulo a discussão sobre o conceito da ND, trazendo sua construção histórica relacionando os elementos que fundaram esse grupo ideológico, seguido da aproximação desse contexto ao cenário brasileiro e suas particularidades. Além de, evidenciar a relação e a influência de tal grupo nas políticas educacionais, traçando os marcos educacionais que se direcionaram a perspectiva neodireitista.

Em seguida, o capítulo 2 faz uma retomada histórica sobre o voluntariado, iniciado sob uma ótica da caridade e dos preceitos cristãos, seguidos da aproximação do Estado e de figuras marcantes como o movimento do “primeiro-damismo”. Assim, são destacados ao longo do capítulo iniciativas do voluntariado ligados à política de educação, trazendo programas como o Alfabetização Solidária, o Escola Aberta, Jovem Educador e o programa do ESV. Com isso, se destrincha também o uso do voluntariado no DF, mostrando o processo

de construção do programa do ESV e os governos distritais que validaram e expandiram tal proposta.

O capítulo 3 traz uma análise mais aprofundada sobre o programa do ESV, através da sistematização de dados obtidos através das portarias publicadas anualmente sobre o programa obteve-se informações cruciais para a pesquisa. Os elementos que se destacaram nesse processo foram os aspectos trabalhistas, tendo baixo valor de ajuda de custo, ausência de garantias trabalhistas, assim como, o quantitativo de voluntários vinculados e a semelhança desse serviço a de outro profissional da rede pública de ensino. Ademais, o destaque da atuação desse voluntário nas atividades da Educação Inclusiva também é essencial para compreender a complexidade e dimensão desses voluntários.

Alinhado à perspectiva do capítulo 3, é no capítulo 4 que destaca a ação do legislativo na realização de audiências e reuniões públicas a fim de discutir a situação do programa do ESV. Apesar da temática semelhante, a audiência de 2020 foi realizada diante da diminuição de ESVs nas UEs, gerando falas comprometidas com a garantia de direitos ao AEE e outras reforçadoras da “cultura do voluntariado”. Já a de 2024, foi uma reunião a fim de compartilhar os resultados da pesquisa do IPEDF sobre o ESV e o Ensino Inclusivo, gerando debates sobre não só a questão do descaso ao atendimento desses estudantes, mas também as condições de trabalho desses voluntários.

Por fim, as considerações finais retomam as análises realizadas na pesquisa e busca responder às questões de partida, evidenciando os fundamentos e estratégias utilizadas pelas forças em presença na continuidade e expansão do programa do ESV. Nesse sentido, conclui-se que é necessário enfrentar essas estratégias precarizadas, como o caso do voluntariado, buscando a valorização dos profissionais da educação e um serviço de apoio de qualidade. Assim como, propõe como solução inicial a contratação de monitores de gestão educacional para garantir qualidade no atendimento e respeito aos direitos dos trabalhadores e estudantes.

Método

O caminho de investigação do(a) pesquisador(a) depende de uma definição da metodologia e dos procedimentos metodológicos coerentes com a escolha do método, entendendo que a escolha de uma forma de análise determina também a percepção de mundo que esse investigador tem da realidade. Nesse sentido, para além dos procedimentos técnicos, se assume a responsabilidade de construir um conhecimento a partir de um método específico,

adotando sua teoria e metodologia como base de sustentação da pesquisa. A presente pesquisa irá se basear no materialismo histórico-dialético (MHD), entendendo a complexidade e a capacidade de interpretar a realidade sob uma perspectiva mais completa e crítica.

O processo de pesquisa busca analisar, em foco a relação entre o uso do voluntariado na Política de Educação e a ideologia da Nova Direita, de maneira geral a essência do fenômeno/temática estudada para a compreensão mais apurada dos acontecimentos, possibilitando sair das aparências das informações coletadas e ir a fundo na discussão. Dessa maneira, as categorias centrais utilizadas nessa pesquisa, são as que caracterizam o MHD, sendo elas a contradição, totalidade e mediação, sendo importantes elementos para captar de forma apropriada as mudanças das políticas educacionais, e da educação em si como processo formativo e não só elemento de reprodução social. Para entender essas novas faces e estratégias da educação, é necessário acessar o desenvolvimento histórico, de formação da política de educação e suas diferentes correntes, as lutas políticas e ideológicas em relação a essa política, assim como, estabelecer o que é a ND, quais são os aspectos ideológicos que fundamentam tal grupo, entre outros aspectos que serão abordados na pesquisa a fim de compreender melhor essa relação e influência.

A dialética é elemento utilizado por diferentes filósofos ao longo da história, mas é a partir da concepção de Hegel, em abordar a ideia da dialética idealista, que foi possível desenvolver o que Marx definiu como MHD. Como entendimento do materialismo dialético, autores como Basbaum (1978) desenvolvem a ideia de verdade a partir de uma óptica diferente do idealismo, compreendendo-a como não sendo “[...]múltipla nem limitada a esta ou aquela ciência. A verdade é universal e, por isso mesmo, é, ao mesmo tempo, relativa e absoluta” (p. 70). Sendo assim, o método se coloca à disposição de entender a verdade a partir de uma negação dela, entendendo o ser e o não ser dela, possibilitando a compreensão ampliada da realidade e não somente os fenômenos em sua aparência, além disso, a própria realidade é questionada a partir do momento histórico analisado.

A realidade é compreendida como processo de transformação constante, do objeto e especialmente do ser. Entende-se sobre isso a ideia de tese-antítese-síntese, ou seja, o ser ao não ser ao vir a ser dado ao homem o poder de transformação da realidade assim como a ele a mudança individual e coletiva ao entrar em contato com aquilo que se pesquisa e se conhece (BASBAUM, 1978). Dessa maneira, é imprescindível no presente trabalho, o qual é entrelaçado por contradições e particularidades históricas, a adoção do MHD como método de análise tendo em vista necessidade de uma avaliação crítica a realidade, não só ao contexto do

voluntariado e da educação enquanto política, mas também as disputas marcadas pela ascensão da ideologia da Nova Direita.

Nesse sentido, rompendo com as correntes positivistas e idealistas de pensamento, que não se alcança uma análise aprofundada da realidade nem pelo empirismo ou ainda pela projeção da consciência sob a realidade, como se propaga respectivamente em cada corrente. Na verdade, o MHD critica esses métodos pela capacidade limitada de assimilação do real, pois em contrapartida o pensamento dialético é um conhecimento mutável, onde a transformação faz parte do movimento de conhecer e por isso é o método capaz de acompanhar os processos históricos e dinâmicos da vida.

Com isso, com a adoção de tal método deve-se proporcionar uma análise crítica diante das contradições e totalidade de tais fatos, associando-os à realidade histórica e ao panorama político atual, buscando o entendimento do fenômeno analisado e os conflitos e disputas de projetos na política educacional. Podendo, assim, trazer uma contribuição relevante e acurada acerca do debate sobre a ideologia da Nova Direita na política educacional, enquanto grupo influente na construção e na estrutura das políticas e dos programas de educação no Brasil.

Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos da pesquisa realizada baseiam-se nos apontamentos de Laville e Dionne (1999), possibilitando a construção de um trabalho com a estrutura e o conteúdo adequados ao padrão científico, respeitando as etapas do processo e garantindo rigor técnico. O livro “A Construção do Saber” (1999), é suma importância nessa construção servindo de auxílio ao pesquisador, garantindo a comunicação com o leitor e os participantes da pesquisa, pois se delimita de forma clara os objetivos, as questões de partida, a hipótese, entre outros elementos importantes no desenvolvimento do estudo.

A pesquisa parte de uma abordagem qualitativa, desenvolvida a partir de uma procura bibliográfica sistemática nas bases abertas online de acesso público como a Plataforma Scielo, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), além de livros do acervo pessoal, focados na compreensão da “Política de Educação”, da “Nova Direita” e do “Voluntariado”, buscando relacionar tais temáticas e obter respostas a respeito do objeto de pesquisa. A pesquisa bibliográfica foi iniciada com o início do projeto de qualificação dessa dissertação, especificamente no segundo semestre de 2023, reunindo materiais voltados a temática da pesquisa, somado a materiais previamente coletados em conjunto com o grupo de pesquisa TEDIs voltados ao estudo da ascensão da Nova Direita e as implicações na Política de Educação. Tais materiais são focados em produções em português, espanhol e inglês. As

palavras-chave principais "Nova Direita", "Política educacional", "Voluntariado" e "Educador Social Voluntário", buscando produções que tivessem relação com a temática. Destacou-se a dificuldade na procura por produções em relação ao ESV, questão a qual será aprofundada por Mariana Almeida¹⁰ na pesquisa do PIBIC (2024-2025).

Além disso, a análise documental também se torna fulcral neste processo, sendo essa realizada em plataformas governamentais e não-governamentais, em especial o site da Secretaria de Educação e as publicações do Diário Oficial do DF, voltado à análise do programa do ESV, sendo esses documentos, situados no período entre 2014 a 2024¹¹, desde o início do programa até o último edital iniciado, buscando compreender as funções desempenhadas, o perfil dos voluntários proposto e a própria estrutura do programa do ESV, destacando tanto as transformações ocorridas ao longo dos anos como também as continuidades estabelecidas em tal programa.

Também como importante fonte de dados, destaca-se no presente trabalho o uso de audiências públicas realizadas nos últimos anos na CLDF, com destaque a realizada em fevereiro de 2020¹² e a de agosto de 2024¹³, que apresenta como temática a discussão sobre o Programa do Educador Social Voluntário. A realizada em 2020, trata da diminuição significativa de voluntários convocados naquele ano e conta com falas realizadas por deputados, representantes do governo e da sociedade civil e indicam os direcionamentos do programa e declaram suas propostas para o futuro desse projeto. Além disso, a reunião pública de 2024, também somou informações a partir da apresentação de dados da atual pesquisa do Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF), proporcionando em seu debate a possibilidade de propor modificações em tal política pública com baseados em dados da pesquisa que trouxe informações sobre o perfil, os desafios enfrentados por esses educadores, e a atual condição que esses se inserem, sem assegurar direitos trabalhistas.

Já o material bibliográfico e legislações estudadas foram orientados a partir da década de 90, a fim de compreender as mudanças, as manutenções e os conflitos presentes na Política

¹⁰ Aluna do Programa de Iniciação Científica na UnB, iniciado em setembro de 2024 até o ano de 2025. Mariana Almeida integra o grupo TEDIs e dará continuidade a pesquisa sobre o ESV, como forma de aprofundar os conhecimentos sobre a temática e em especial a pesquisa bibliográfica sobre essa figura peculiar na atividade de apoio educacional no DF.

¹¹ A escolha da inclusão do edital de 2024 do programa do ESV, ainda que não concluído o ano letivo que contempla este, foi feita tendo em vista o expressivo quantitativo de vagas de voluntários. Porém salienta-se a mudança de alguns elementos posteriormente ao edital publicado, tais elementos serão melhor desenvolvidos no decorrer da dissertação e justificada a escolha de tal documento para análise.

¹² Audiência Pública na CLDF sobre o Programa do Educador Social Voluntário, realizada no dia 17 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kCt9DPt9-cs>.

¹³ Reunião Pública na CLDF sobre a apresentação da Pesquisa do IPEDF sobre a Educação Inclusiva no Distrito Federal, no dia 12 de agosto de 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uBMwUtx3PMM>.

de Educação e nos movimentos políticos-ideológicos sobre tal temática. Esses materiais serviram de alicerce para discussão sobre a ND, a política educacional brasileira e o projeto da ND em ascensão, assim como compreender o voluntariado ao longo das últimas décadas, sendo essa figura historicamente utilizada nos governos brasileiros. Ainda que o ESV apresente diversas peculiaridades, através desses materiais bibliográficos e documentais foi possível conduzir a pesquisa de maneira satisfatória.

A tabela abaixo apresenta as principais fontes de dados primários, que foram analisados a fundo para compreensão do atual panorama do programa do ESV desde seu início com inspiração no Edital do Jovem Educador, seguido da criação em 2014 até os dias atuais.

Tabela 1: Relação de documentos analisados (2013-2024). Distrito Federal, Brasil.

Documentos	Conteúdo	Ano
Portarias do Educador Social Voluntário	-Descrição de função -Quantitativo -Ajuda de custo -Critérios de avaliação -Separação de funções	2014-2024
Audiência CLDF “Programa do Educador Social Voluntário”	-Debate sobre as mudanças do quantitativo de ESV -Necessidade do AEE aos estudantes	17/05/2020
Reunião Pública- “Resultados da Pesquisa IPEDF sobre Educadores Voluntários”	- Divulgação dos resultados da pesquisa IPEDF sobre os Educadores Voluntários	08/09/2024
Edital Monitor	-Edital para concurso do cargo do Monitor de Gestão Educacional -Descrição de função -Diferença e Similaridade	2016
Edital Jovem Educador	-Inspiração ao ESV -Diferenciação: Jovens Universitários	2013
Reportagens SINPRO-DF	-Denúncias do ESV como atividade precarizada	2014-2024
Reportagens Agência Brasília	- Divulgação e mudanças nas portarias sobre o ESV	2014-2024

Fonte: Elaboração própria (2024)

A análise documental foi delimitada pelo período de 2013 a 2024, incluindo o ano de 2013 para contemplar o projeto precursor do ESV, denominado Jovem Educador, que atuou como um projeto piloto do programa examinado nesta pesquisa. Essa delimitação temporal revelou-se essencial para investigar não apenas as portarias publicadas sobre o programa, mas também reportagens que refletiam mudanças ocorridas, denúncias realizadas e o contexto político e social da capital brasileira.

Foram utilizadas como fontes principais a Agência Brasília, veículo oficial de informações do GDF, e o site do SINPRO-DF, reconhecido por sua representatividade política e por abordar, ao longo dos anos, discussões sobre os trabalhadores da educação e as atividades realizadas pelos voluntários. Além disso, como citado anteriormente as audiências serviram de alicerce para a pesquisa com a análise dos discursos realizados durante essas reuniões públicas, destacando os elementos que se relacionam a temática e buscando evidenciar as ações das forças em presença.

Cuidados éticos

A garantia de cuidados éticos¹⁴ é de suma importância para o desenvolvimento da pesquisa, seguindo as orientações da Resolução 510, de 7 de abril de 2016 previstas pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), e o código de ética do Serviço Social (SS), tendo em vista responder e elucidar de forma ética as questões sobre a situação da Política de Educação do DF. Dessa forma, em decorrência da temática estudada e o uso de audiências públicas, documentos oficiais, e bibliografias sobre a temática como instrumento de pesquisa, é fulcral a identificação da origem desses instrumentos, datas de coleta e formas de acesso a tais conteúdos essenciais para seu desenvolvimento.

A ausência de entrevistas, questionários e observações diretamente com as figuras estudadas durante a pesquisa dispensou a necessidade de utilização de instrumentos como Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), Aceite Institucional e outras autorizações exigidas pelos Conselhos de Ética (CEP/CONEP). Entretanto, mesmo diante de tais circunstâncias os procedimentos adotados na pesquisa seguiram as orientações éticas,

¹⁴ A pesquisa realizada seguiu as orientações da Resolução 510 de 2016, porém é de conhecimento da pesquisadora a nova Lei nº 14.874, de 28 de maio de 2024, que “dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos”. Tendo em vista que a legislação veio posterior ao início da pesquisa se manteve a resolução de 2016.

especialmente na utilização dos discursos realizados nas audiências públicas da CLDF, assegurando a fidelidade das falas apresentadas.

Capítulo 1: Projeto Educacional da Nova Direita

O movimento de ascensão da Nova Direita no Brasil e no mundo, desde os processos de mudança ocorridos na década de 1970 diante da crise de acumulação do capital, seguidos da consolidação e ascensão desse grupo contraditoriamente relacionado fazem parte do percurso histórico a ser traçado nesta pesquisa, destacando marcos na história política nacional e internacional que serviram de impulso para o desenvolvimento de propostas vinculadas a ideologia da ND. Assim como, compreender as estratégias utilizadas por esses em sua construção e consolidação do atual projeto político que defendem e multiplicam-se progressivamente mais, em especial no campo das políticas educacionais.

A definição da ND é ainda motivo de debate no meio acadêmico, conceituada de maneira polissêmica e imprecisa, podendo assumir outros nomes e concepções, como extrema direita e ultraneoliberalismo. Como orientação sobre a temática, será usado o termo “Nova Direita”, com base nas concepções de autores como Pereira (2016), Casimiro (2018, 2019), e Brown (2019), que são fundamentais na discussão do conceito de ND, e autores como Freitas (2018), Afonso (2007), Corsetti (2019) e Yannoulas (2024) que apresentam importantes estudos sobre a ND brasileira e a influência das ações neodireitistas.

Em aproximação às perspectivas de Pereira (2016) sobre a temática, entende-se que

Este é o atributo que diferencia a Nova Direita (...) duas ideologias conflitantes derivou uma nova prática política econômica, social e cultural pautada pelo neoliberalismo econômico e o neoconservadorismo social e político. Assim, a defesa neoliberal do livre mercado; do indivíduo; da liberdade negativa; da autorresponsabilização e da proteção mínima aliou-se à argumentação neoconservadora em favor da autoridade do Estado (ou governo forte); da disciplina e da ordem; da hierarquia; da subordinação e do resgate de valores tradicionais, como família patriarcal, propriedade privada, patriotismo, bons costumes e moral. (p.120)

Assim como, Afonso (2007) define como uma

nova ideologia emergente — a ideologia da nova direita — uma espécie de melting pot¹⁵ político, econômico e cultural que se traduziu na fusão (conjuntural) de valores e interesses contraditórios, de origem (neo)liberal e (neo)conservadora, os quais acabaram tendo expressão concreta em muitas medidas e decisões de carácter híbrido e heterogêneo. (p.13)

Dessa maneira, a partir da conceituação do que se entende por ND o presente capítulo dará destaque aos acontecimentos ocorridos nas últimas três décadas, evidenciando o poder e

¹⁵ O termo “melting pot” é utilizado na língua inglesa como expressão que remete a ideia de um caldeirão, ou mistura. Esse termo é reproduzido em contexto de mistura de elementos sociais, culturais, políticos, entre outros (Afonso, 2007).

a influência dessa ideologia, apresentando o panorama político e as mudanças geradas por esses. Buscando evidenciar as estratégias utilizadas por esses na capilarização das ideias e mobilização das massas através de ferramentas diferenciadas, como por exemplo no uso das *fake news*¹⁶ elemento amplamente reproduzido com o desenvolvimento das tecnologias e o uso de redes sociais. Assim, com a compreensão desses elementos que levaram a ascensão desse grupo, a pesquisa busca evidenciar como essas estratégias se relacionam com a Política de Educação brasileira que é constantemente alvo de projetos aliados à perspectiva neodireitista, em especial, como tema principal da pesquisa destaca-se a discussão do uso do voluntariado nesta política.

Dessa maneira, o presente capítulo apresenta esse histórico de formação da amálgama neoliberal e neoconservadora, seguido do atual projeto educacional da ND e por fim se destaca o contexto particular do Brasil e o protagonismo de alguns programas educacionais propostos pelo governo da capital brasileira. Buscando assim, através dessa retomada histórica e o conhecimento dessas estratégias, observar as semelhanças do programa do ESV proposto pela SEEDF em relação às concepções disseminadas pela ND no cenário da educação no Brasil.

1.1 Nova Direita: amálgama neoliberal e neoconservadora

Como forma de compreender o processo de fortalecimento e ascensão da ideologia da ND deve-se observar como se deu a junção, ainda que contraditória, de propostas que formam as bases desse novo grupo ideológico, por isso, a conceituação e desenvolvimento histórico do neoliberalismo e do neoconservadorismo é essencial para apreender as características marcantes da ascensão de tal grupo. Pois, apesar da utilização do termo “Nova” apresenta-se na verdade a junção de concepções já vistas, mas que sofreram modificações importantes, diante do contexto histórico de crise e da tentativa de retomada da hegemonia burguesa na época, e por isso, a retomada histórica e política é primordial.

Como ponto de partida para compreender o neoliberalismo, faz-se necessário retomar as perspectivas clássicas do liberalismo. Nesse sentido, o liberalismo clássico, teorizado por autores como David Ricardo e Adam Smith, surge em meados do século XIX e vigora até a década de 1930, como proposta pautada na ideia de liberdade, individualizada, assim como, voltada ao funcionamento livre e ilimitado do mercado (Behring; Boschetti, 2006), podendo

¹⁶ O termo *fake news*, traduzido ao português significa notícias falsas, sendo essa ferramenta utilizada para propagação de desinformação e reportagens que reproduzem conteúdos falsos ou adulterados. A divulgação dessas ocorre em sua maioria em meio às redes sociais como WhatsApp, X (novo Twitter) e Facebook, realizado como um compartilhamento em massa.

assim garantir a autorregulação deste. Essa corrente teórica defende a ideia de um Estado mínimo, cabendo a esse apenas defender o livre funcionamento do mercado, sem intervir em aspectos sociais, como a regulação das relações de trabalho, nem na garantia de direitos básicos aos cidadãos. Destaca-se como principais eixos, segundo Behring e Boschetti (2006), o predomínio da liberdade e competitividade, a naturalização da miséria, a manutenção de um Estado mínimo, o desestímulo à política social e quando existente deve ser pautada na caridade privada.

O impacto desse modelo foi tamanho, que mesmo com seu “declínio” na década de 1930 diante do cenário de crise de 29 (1929-1932), e a adoção de um Estado Bem-Estar Social¹⁷ nos países capitalistas centrais, não foi possível romper totalmente com a perspectiva liberal. Pois, parte da ação do Estado a “dupla necessidade de evitar que as crises sociais ameacem o sistema e de proporcionar garantias econômicas ao processo de valorização e acumulação do capitalismo” (MANDEL, 1982, p. 341). Evidenciando assim, que após um processo de crise foi necessário adotar estratégias de atualização do Estado a fim de proporcionar a reprodução do capital e romper com as barreiras que se apresentavam, tornando evidente na segunda metade da década de 70 o declínio do modelo intervencionista keynesiano e a necessidade de adotar um novo direcionamento.

Por inspiração de grupos de intelectuais desde a década de 1940, como a Sociedade de Mont Pèlerin (1947), cria-se um ponto de partida da teoria neoliberal, porém essa passa a ter aplicabilidade (“prática nos governos”) a partir da mudança no contexto histórico, político e econômico. Dessa forma, intelectuais como Friedman, Buchanan, Mises e Hayek, apesar de suas divergências teóricas foram cruciais para a reprodução de tais ideias, introjetadas de forma “discreta” aos espaços de construção de conhecimento, buscando treinar uma nova geração de pensadores para lutar pelo livre mercado formando lideranças em postos de comando. Sendo esses responsáveis pela difusão das ideias neoliberais por todo o mundo, como exemplo marcante o caso do Chile¹⁸, país o qual foi usado de “laboratório” de experiência dos chamados Chicago Boys¹⁹. Essa proposta foi imposta ao cenário mundial, de forma que

¹⁷ O processo de adoção do modelo de Bem-Estar Social foi realizado de acordo com as condições apresentadas por cada país, logo tal processo não ocorreu de maneira homogênea e em regiões como a América do Sul, a Ásia e a África não tiveram o mesmo movimento, nem mesmo no mesmo período (Behring; Boschetti, 2006).

¹⁸ A ditadura militar de Augusto Pinochet, iniciada em 1973 com fim em 1990, foi uma das primeiras experiências práticas da lógica neoliberal, servindo de ensaio para medidas posteriormente adotadas em governos como de Margaret Thatcher e Ronald Reagan.

¹⁹ Grupo de economistas chilenos que a partir de um convênio com os Estados Unidos, realizaram sua formação em universidades estadunidenses, e retornaram ao Chile a fim de difundir os ideais neoliberais e apoiar a ascensão do governo Pinochet (HARVEY, 2008)

Podemos, portanto, interpretar a neoliberalização seja como um projeto utópico de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto político de restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas. (Harvey, 2008, s.p)

Assim, realizando um salto temporal, é na década de 80/90 que essa abordagem se fortalece, modificada, porém seguindo ainda alguns princípios do liberalismo clássico. O neoliberalismo apresenta-se como resposta à crise de acumulação do capital, que gerou insatisfação generalizada. Da classe trabalhadora a insatisfação pelo desemprego em ascensão e alta na inflação, e por parte da classe dominante diante do “excessivo” gasto com a oferta de serviços e bens públicos (Pereira, 2020) como também a emergência de movimentos sociais, partidos comunistas e na agitação das forças populares (Harvey, 2008). A partir disso, em 1975 o neoliberalismo se consolidou como nova ortodoxia econômica, nos Estados Unidos com Ronald Reagan, e na Inglaterra com Margareth Thatcher, e o governo de ambos determinou o direcionamento político e econômico mundial.

Ainda que tal modelo carecesse de propostas capazes de introjetar reais mudanças, tinha como fundamentos principais a valorização do capital em detrimento do social, a intervenção estatal mínima que agia apenas em situações de extrema necessidade, a defesa da ideia de liberdade sendo essa individualizada e pautada no mérito, entre outras características que marcam tal modelo. Assim como, a defesa de uma progressiva subsidiariedade do Estado no que se refere às políticas sociais, transferindo ao mercado o atendimento de toda e qualquer necessidade humana, desresponsabilizando a ação estatal desses processos. Nesse sentido, o mercado passa a cooptar demandas e transformá-las em serviços, na intenção de garantir o lucro e não o bem-estar daqueles que o acessam.

Esse processo de neoliberalização se intensificou no Brasil, somente na década de 90, tendo seus ideais introjetados em projetos socioeconômicos marcados também pela relação de dependência aos países centrais. Nesse sentido, foram vivenciados processos ainda mais rigorosos de desapropriação das esferas públicas em favor do capital, intensificando os processos de privatização e terceirização do Estado como exemplo brasileiro experienciado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Porém, nesse período tal grupo já se encontrava amalgamado sob o aspecto neodireitista, agindo de forma a direcionar cada vez mais as ações em consonância as perspectivas neoconservadoras, as quais serão apresentadas em seguida.

Já em relação a ascensão dos grupos neoconservadores, esses começaram a se organizar a partir das décadas de 1960 e 1970, principalmente nos Estados Unidos, mas se

expandiram para outras partes do mundo, como Europa e América Latina. A teoria neoconservadora foi fundada no período da pós Segunda Guerra Mundial, em meados do século XX, representando um grupo pautado na retomada de elementos tradicionais em contraponto ao cenário de desenvolvimento de um Estado de Bem-Estar Social, o qual se dedicava uma maior atenção aos direitos sociais. No contexto estadunidense, o neoconservadorismo se fortaleceu como uma reação à insurgência de movimentos sociais que questionavam o papel da religião, da família, e dos valores tradicionais, como por exemplo os movimentos feministas, os LGBTQIA+, antirracistas, entre outros.

Com início e intensificação dessas movimentações de cunho social especialmente na década de 60 e 70, promoveram-se reivindicações dos mais diversos grupos sociais. Esse processo despertou o crescimento de ações pautadas nas teorias socialistas, motivo pelo qual a Guerra Fria (1947-1991) perdurou por algumas décadas, diante de um cenário de disputas. Porém, inicialmente, no período pós-guerra o grupo conservador não se mostrou oposto às políticas de proteção social, que tentavam garantir naquele contexto apaziguar os reflexos da Crise de 29, porém

(...) o caos na política urbana; o desemprego e a insatisfação no trabalho, que geraram pesadas greves; e a conservação da pobreza extrema e do hiato social entre ricos e pobres, fizeram com que os crescentes custos com o bem-estar se tornassem mal-vistos pela população estadunidense de maneira geral. (Pereira, 2016, p.130)

Dessa maneira, os neoconservadores se mostraram decepcionados com as reformas conduzidas pelo Estado, e passaram a defender a implantação de uma proteção social focalizada e pautada no mínimo (seguindo a lógica de autorregulação e responsabilização individual), tendo em vista que compreendiam os problemas sociais como algo natural e insuperável aceitando que as desigualdades social e econômica não seriam sanadas por meio da ação estatal e sim pela mudança individual.

Além disso, sob a ótica de uma radical objeção ao socialismo e pela defesa a “democracia” ocidental a qualquer custo, criou-se por tal grupo ideológico a tendência de um patriotismo exacerbado e “exportação” de seu modo de vida²⁰ ao mundo inteiro. Essas concepções foram introjetadas no pensamento mundial, e a influência de tal grupo se expandiu a diversos territórios, especialmente naqueles relacionados economicamente. Nesse sentido, países da América Latina, com destaque ao Brasil, Chile e Argentina, foram alvo de sistemas ditatoriais baseados na oposição (e banimento) da ameaça socialista, no

²⁰ *American way of life* é um termo utilizado pelos estadunidenses para exhibir um modo de vida, pautado em valores nacionalistas que buscava enquanto política externa demonstrar uma superioridade moral e intelectual desses, e tornar-se não só uma referência, mas uma potência mundial (Pereira, 2016).

fortalecimento de vínculo e subserviência ao bloco capitalista, na exaltação de elementos nacionalistas e na defesa dos valores tradicionais, como a proteção à família.

A ascensão desses grupos foi impulsionada pelo uso estratégico dos *think tanks*²¹, da mídia e do financiamento de campanhas políticas. Diversas organizações ajudaram a disseminar e legitimar ideais neoconservadores, influenciando políticas governamentais e exportando seu modo de pensar. Como apresentado por Pereira (2016), sendo uma “nova abordagem ideológica que mesclou o individualismo, o anticomunismo e a economia de mercado com o conservadorismo tradicional, especialmente em seus postulados morais, instituições e comportamento.” (p.131)

Nesse sentido, sob a ótica dos neoconservadores, os movimentos sociais implicam uma ameaça à ordem política, econômica, social e cultural, demonstrando a necessidade de modificação desse panorama. Diante das circunstâncias da crise de 1970, foram desenvolvidas reatualizações, a fim de se adaptar e propor a retomada neoconservadora. Por isso, o sistema passa a se adaptar, na intenção da classe dominante adotar diferentes estratégias e inovações para o aumento da produção, redução de custos e maximização de ganhos, até mesmo mudanças na legislação e nas políticas governamentais para atender aos interesses da burguesia (MARX, 2015).

É a partir desse processo de conquista de direitos sociais, seguido do crescimento de movimentos sociais inflamados, que os neoconservadores se consolidam enquanto oposição a qualquer forma de “subversão” à ordem do sistema. Ademais, esse grupo ideológico se vê ameaçado perante as conquistas e passa a desenvolver um redesenho das relações de dominação, adotando um discurso de focalização das políticas, pois segundo Pereira (2013, p. 112) “A proteção social estatal, embora aceita, deve ser focalizada nos mais necessitados, temporária e comprometida com o mínimo, permitindo, segundo eles, que os beneficiários possam reerguer-se com suas próprias forças.”

Dessa forma, é na década de 70 que essa vertente é impulsionada pelos governos de Thatcher e Reagan, anteriormente citados. Tendo como ponto de partida a volta a um passado idealizado, e a defesa dos valores tradicionais, pautados na defesa da família tradicional patriarcal, reduzindo suas ações pautadas nos direitos sociais. Esse direcionamento, desresponsabiliza o Estado e transfere aos indivíduos e suas famílias, entendendo que cabe ao

²¹ O termo *think tanks* é utilizado como forma de expressar um “laboratório”, “grupo” ou “círculo” de ideias e reflexões, ou seja, espaços de discussão sobre determinada temática e que se reproduzem em um discurso entre si.

poder estatal somente “[...] um governo em favor da autoridade do Estado (ou governo forte); da disciplina e da ordem; da hierarquia;” (Pereira, 2013, p.101).

Em suma, a retomada histórica desse grupo ideológico, evidenciando suas bases teóricas, os governos que marcaram sua atuação e os direcionamentos pensados por esses contextualiza os processos que culminaram no atual cenário brasileiro, ao qual influenciou de maneira direta as mudanças que ocorreram na política de educação, como um dos principais alvos da ND. A compreensão dos movimentos que se articulam, nacionalmente e internacionalmente, é fundamental para observar a realidade brasileira que é marcada por semelhantes direcionamentos, mas também suas particularidades que marcam a política educacional brasileira, ponto a ser desenvolvido em seguida.

1.2 Nova Direita: Estratégias e particularidades do contexto brasileiro

A ascensão da Nova Direita, embora apresente semelhanças em alguns aspectos, manifestou-se em momentos distintos nos países periféricos, evidenciando particularidades em termos de estrutura e temporalidade. No Brasil, a década de 1980 foi marcada pelo processo de redemocratização, que sucedeu a ditadura cívico-militar (1964-1985) período de governos autoritários, com restrições às liberdades civis, censura à imprensa, perseguições políticas e suspensão de direitos. Em contraste com os países centrais, mas alinhados a outras nações da América Latina, o Brasil experimentou uma abertura política associada à intensa mobilização social, resultando, em 1988, na promulgação da Constituição Federal. Este evento representou um marco na conquista de direitos e no fortalecimento da democracia nacional.

A década de 80 foi marcada pela efervescência na organização dos movimentos sociais, incentivada pelo processo de redemocratização do país e pela participação no processo constituinte. A partir disso, a constituição deu base à implementação de políticas públicas que estivessem este direito.

Já na década seguinte, o esforço para consolidar e implementar os direitos conquistados encontrou barreiras impostas pelo governo atuante na época. Durante a gestão de FHC, o Brasil passou a enfrentar as consequências da ascensão neoliberal no cenário nacional. Dessa forma, embora os direitos previstos na Constituição recém-promulgada estivessem assegurados formalmente, na prática, o que se verificou foi um processo de contrarreforma que fragilizava as conquistas alcançadas. Não apenas se criaram obstáculos ao

usufruto dos direitos conquistados, como também se promoveu o desmonte e a dissolução de políticas públicas recém-estabelecidas.

Na América Latina a partir de 1990, sob a influência neoliberal, junto aos governos eleitos a época iniciou um processo extensivo de privatizações, de desresponsabilização do Estado em relação aos direitos conquistados e do incentivo à participação da sociedade civil, de entidades do terceiro setor e da filantropia no atendimento às questões sociais emergentes da época. A ascensão deste grupo intensificou ainda mais o processo de liberalização da economia, a redução de impostos e os cortes no gasto público com políticas sociais, delegando às empresas privadas as atividades econômicas antes próprias do setor público (Yannoulas; Pinelli; Afonso, 2021). Unindo, estratégias de cunho neoliberal com políticas de controle neoconservadoras, e desenvolvendo assim um início do marco da ascensão de ações neodireitistas nos países latino-americanos. O caso brasileiro se aproxima cada vez mais a essas perspectivas e ainda assim promove direcionamentos peculiares à realidade brasileira, fator a se aprofundado em seguida

Como afirma Pereira (2016),

A influência teórica do neoliberalismo e do neoconservadorismo nas práticas políticas, econômicas e sociais foi devastadora. Entretanto, ambas as correntes de pensamento, unidas sob a nomenclatura "Nova Direita", configuram um corpo ideológico firme e coeso que conta com um número de defensores considerável, apesar de suas origens distintas em períodos históricos diferentes. (p.123)

As mudanças promovidas por tal grupo foram sentidas e reproduzidas ao longo das últimas três décadas, e tiveram seu projeto inserido no governo FHC (1995-2002), ainda que houvessem direcionamentos similares no governo anterior de Fernando Collor (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994), foi somente na gestão de 1995 que esses elementos tornaram-se expressivos. Como exemplo dessas transformações, o “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado” e a criação do “Programa Comunidade Solidária”²², foram marcos do governo na vinculação da gestão privada ao setor público e a relação com instituições do terceiro setor na execução de políticas sociais.

Os governos subsequentes, tanto de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) quanto de Dilma Rousseff (2011-2016), enfrentaram dificuldades em conter as ações da ND. As pressões políticas e econômicas exercidas por essa ideologia, tanto no âmbito nacional quanto internacional, limitaram a capacidade desses governos de romper completamente com os direcionamentos neoliberais (Corsetti, 2019). Apesar disso, os governos petistas foram

²² Programa iniciado pelo Decreto nº 1.366, de 12 de janeiro de 1995, e presidido pela primeira-dama Ruth Cardoso. A discussão sobre tal iniciativa será aprofundada no capítulo seguinte.

responsáveis por promover programas e políticas voltadas para a classe trabalhadora, com foco na ampliação de direitos e na implementação de políticas públicas. Embora o contexto político e econômico tenha impedido a realização plena das mudanças anunciadas, esses governos foram responsáveis por importantes marcos históricos, especialmente no combate à fome e à pobreza no país.

Entretanto, a tentativa de rompimento com as ideias da ND não se sustentou, culminando no golpe jurídico-parlamentar de 2016, que resultou na destituição da presidenta Dilma Rousseff por meio de um processo de impeachment. Esse processo foi caracterizado por uma articulação de grupos neodireitistas que atuaram não apenas no espaço político, mas também no meio empresarial, na mídia e em setores da classe dominante, com o objetivo de retirar a presidenta do cargo (Casimiro, 2019). Dilma foi substituída pelo vice-presidente Michel Temer, do MDB, cujo governo marcou não apenas a retomada da agenda neodireitista, mas também uma aceleração significativa no processo de reformas estruturais.

Temer, sob o discurso de um governo de “salvação” a crise, buscou justificar suas ações como medidas necessárias para superar a crise econômica e equilibrar as contas públicas. No entanto, sua administração implementou rapidamente reformas, como a trabalhista e da previdência, que reafirmaram diretrizes neoliberais do seu governo. Paralelamente, o cenário internacional, marcado pela ascensão de governos neodireitistas, como a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos e a emergência de regimes autoritários na Europa e nas Américas, fortaleceu movimentos similares no Brasil.

A eleição de Jair Bolsonaro em 2018, que venceu sob a bandeira da retomada de valores tradicionais, da defesa da família e do patriarcado, marcou a consolidação dessa força política, a qual se fortalecia desde as eleições de 2014 sob uma forte influência por parte de representações da “bancada BBB”²³ (Casimiro, 2019). Bolsonaro em seu governo promoveu a ideia de um Estado forte em aspectos políticos, sociais e culturais tradicionais e conservadores, mas que cedia espaço à ação privada, especialmente em serviços e políticas voltadas à classe trabalhadora. O período de seu mandato foi marcado por processos eleitorais conturbados, pela disseminação de *fake news* e pela intensificação de discursos de ódio, consolidando sua figura como símbolo da ND brasileira. Em quatro anos de mandato, seu governo promoveu o desmonte de instituições democráticas e políticas públicas, priorizando

²³O termo refere-se a um grupo político composto por representantes em cargos oficiais, como deputados federais, deputados distritais, senadores e outras figuras públicas que compartilham um direcionamento político semelhante. O termo “BBB” é uma abreviação para Bíblia, Boi e Bala, representando, respectivamente, os parlamentares evangélicos, a bancada ruralista e os militares ou defensores da indústria armamentista (Casimiro, 2019).

ações voltadas à manutenção de uma suposta ordem moral e ao "crescimento econômico do país", entre outras ações que particularizaram a ação política da ND nos últimos anos.

Apesar da conexão das ações neodireitistas brasileiras a outros países como EUA, França e Chile, onde o modelo neoliberal e as concepções neoconservadoras gradativamente foram introjetadas nas últimas décadas, o país ainda apresenta particularidades marcantes, como exemplo o saudosismo militar. Esses modelos internacionais, se somam na perspectiva de construir agendas conservadoras e promover o desmonte de conquistas sociais obtidas por governos anteriores. Com isso, a ação desse movimento, articulada por setores dominantes, tem se comprometido na tentativa de expandir cada vez mais seus lucros e se apropriar economicamente e culturalmente. Dessa maneira, segundo Casimiro (2019),

Essa burguesia emergente, performática e ansiosa por ocupar espaços de poder, assim como prestígio e possibilidades de expandir-se interna e internacionalmente, **aposta na estratégia mais conservadora e truculenta**, articulada aos setores ruralistas e parte da grande burguesia industrial, como alternativa de “mudança” das estruturas da sociedade política, para se estabelecer e se projetar (p.152) (grifo nosso)

Através dessas projeções, os setores mais altos da burguesia se articulam e se expandem através de um processo de capilarização da ideologia da ND. Contando com a atuação de grupos influentes, representados por empresários, banqueiros e jornalistas, que desempenham papel crucial na difusão de suas agendas. Esses agentes utilizam principalmente as redes sociais, especialmente o X (antigo Twitter), o Facebook e o WhatsApp, para disseminação de reportagens, vídeos e memes, amplamente divulgados e reproduzidos sem questionamentos. Essas estratégias foram fundamentais para eleger e destacar figuras políticas alinhadas ao movimento, enquanto se opunham a grupos progressistas, recorrendo de discursos manipulativos, reportagens enviesadas e até informações falsas.

Esses conteúdos repassados combinam elementos, com a tradição conservadora e a lógica liberal, como única saída possível ao cenário atual. Entre os conteúdos estão desde correntes religiosas, que reproduzem os valores religiosos e rejeitam outras formas de pensamento, assim como sob um discurso neoliberal dão sua ênfase no "empreendedorismo", na meritocracia e na “fidelidade” ao mercado em detrimento do público. Esta forma de propagação de informações, ainda que falsas e enviesadas, são apresentadas como a única saída possível para a atual crise brasileira. Conforme Casimiro (2019, p. 68), essas táticas criam “um movimento de reiteração e validação que produz uma aparência de verdade e acaba sendo socialmente aceita”.

Assim, as estratégias da ND culminaram na eleição de 2018 como um marco para sua ascensão política em cargos executivos, incluindo a presidência da República, bem como em diversos estados, com a indicação de governadores alinhados à perspectiva do governo federal. Nesse contexto, destaca-se a eleição de Ibaneis Rocha como governador do Distrito Federal, uma figura associada às ideias da ND e pessoalmente ligada ao ex-presidente Bolsonaro. Essa relação direta entre governantes em altos cargos do Executivo facilitou a adoção de estratégias da ND, legitimando essa ideologia em diferentes níveis políticos.

Uma característica da ascensão desse grupo foi o surgimento de figuras influentes, anteriormente desvinculadas da carreira política tradicional, que passaram a atuar em cargos importantes, como deputados, governadores e vereadores. No caso de Brasília, as forças políticas em ação, que ecoam os ideais neodireitistas, apresentam vínculos diversos, incluindo empresários, líderes religiosos e outras personalidades que anteriormente não estavam tão presentes no cenário político. Após a eleição de 2018, o governo distrital passou a ter representações expressivas da ND, promovendo e aprovando projetos de lei alinhados a essas perspectivas, especialmente no campo das políticas educacionais, foco de estudo da pesquisa.

O conteúdo dessas propostas, analisado por Yannoulas, Pinelli e Afonso (2021), Monteiro (2024) e Neiva (2022), revela que essas iniciativas inseridas em um "guarda-chuva" maior de ações pautadas pelas concepções da ND vão se diversificando, utilizando-se de estratégias como a educação domiciliar, as escolas militarizadas, a discussão da "ideologia de gênero", e o voluntariado. Essas ações buscam ramificar sua influência de diferentes maneiras, consolidando a presença dessa ideologia na esfera política e administrativa. A realidade da capital federal, nesse sentido, conecta-se aos demais percursos nacionais e se destaca pelos avanços significativos dessa ideologia na implementação de programas específicos.

Desse modo, o cenário brasileiro caracteriza-se por ações diversificadas que, impulsionadas pela ascensão política da ND, têm introduzido na esfera legal uma série de projetos alinhados a essa ideologia. Em particular, a situação da política educacional que será analisada mais detalhadamente a seguir, influenciada diretamente pela ação deste grupo ideológico.

1.3 Nova Direita e Política de Educação: O Projeto

A educação, como arena de disputa de projetos, tem sido um dos focos da ação da ND, intervindo na educação de maneira diversa, desde o controle de seus conteúdos até mesmo ao

sistema de avaliação e gestão da escola. Essas transformações, não são fatos isolados da Política de Educação brasileira, pois na verdade faz parte de um processo internacional cada vez mais amplo e mundializado, que reproduz a ideia da construção de uma nova hegemonia e novos processos de gestão dessa política, afastando-se cada vez mais de um projeto democrático de educação. No caso brasileiro, a sua influência se deu em maioria pelo modelo estadunidense, o qual passou por uma série de privatizações, reformas e projetos segregacionistas que influenciaram de maneira direta o sistema do Brasil.

As propostas desenvolvidas na Política de Educação dos Estados Unidos têm por destaque o caráter segregador, e com isso uma das estratégias criadas e mundialmente reproduzidas foram o uso de “*vouchers*”, que segundo Freitas (2018) foi criado

para manter processos de segregação racial nos anos 1950 e foi vendida pelo neoliberalismo como “direito democrático dos pais a escolher a escola de seus filhos”, mais tarde remasterizado também como o “direito dos pobres de escolher estudar nas mesmas escolas particulares que os ricos frequentam” (p. 18).

Essa ideia surgiu a partir da década de 60 e 70, pois com o “fim”²⁴ da segregação racial no país, as alternativas elaboradas pelo governo visaram em sua essência garantir a manutenção uma política educacional segregada e elitizada mascarada de uma escolha individual. Entretanto, tal proposta na verdade serviu como iniciativa de um ativo processo de privatizações, elitização e desresponsabilização do Estado em que foram intensificadas outras formas de segregação, como de gênero e classe social, fatores observados e destacados até os dias atuais na política norte-americana.

Esse espaço escolar segregado, é relatado sensivelmente na obra de bell hooks (2013), “Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade”, em que a autora descreve sua experiência enquanto mulher negra estadunidense que teve seu processo de escolarização marcado por esses elementos segregacionistas e fruto da elitização do espaço escolar. Assim ela narra que,

Essa transição das queridas escolas exclusivamente negras para escolas brancas onde os alunos negros eram sempre vistos como penetras, como gente que não deveria estar ali, me ensinou a diferença entre a educação como prática da liberdade e a educação que só trabalha para reforçar a dominação. (p. 12)

Esse movimento estimulou o processo de privatização, elitização e segregação da educação, dando à elite, majoritariamente branca, uma educação de excelência e à população

²⁴Termo utilizado em aspas tendo em vista que através da luta do movimento negro, que permitiram em sentido formal dar fim a segregação racial com a Lei dos Direitos Civis de 1964 e a Lei de Direito ao Voto de 1965, esses ainda assim enfrentaram e enfrentam até os dias atuais uma realidade segregada e desigual, fator que se reproduz na política educacional (hooks, 2013).

negra e aos pobres, escolas públicas de baixa qualidade, terceirizadas e sem os mesmos recursos (FREITAS, 2018). Além disso, essa ideia de liberdade de escolha passa a direcionar a lógica da política de educação, baseada nos preceitos neoliberais, sendo essa liberdade compreendida no seu sentido individual, distante da concepção de coletividade e reforçando a concepção meritocrática.

Dessa forma, a concepção de “escolha” da educação pelos pais, tratados como clientes de uma empresa, promove um deslocamento da função da educação pública para a esfera da gestão privada. Com isso, os pais deixam de ser considerados “usuários” de um serviço público. Nesse contexto, a intervenção do Estado é percebida como um obstáculo à valorização do mérito individual, sendo considerada “injusta” para aqueles que supostamente se “esforçaram” mais (FREITAS, 2018). Essa lógica reforça a desresponsabilização estatal em relação à educação, transferindo essa função para o mercado. Ademais, sob a influência de pressões exercidas por organismos internacionais, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Banco Mundial, essas características têm sido introduzidas de forma incisiva em diversos países, incluindo o Brasil.

Com isso, diante de avanços e retrocessos na política educacional, a intensificação de propostas neodireitistas é observada a partir do governo FHC (Fernando Henrique Cardoso) em que as propostas educacionais vinculadas ao projeto neoliberal se intensificam, tendo como características principal essa desresponsabilização do Estado, vinculando a gestão privada de instituições educacionais, em especial a organizações sem fins lucrativos. Esse processo não concedeu o espaço das instituições públicas mas delegou a responsabilidade das atividades desenvolvidas, e somente a “regulação” dessas propostas pelo Estado. Além de, incentivar a ação de instituições do terceiro setor e filantrópicas na execução de políticas sociais, fomentando esse suporte sob uma concepção de solidariedade e participação da sociedade civil, a fim de promover ações, mascarando a falta de incentivos governamentais para manutenção dessas políticas.

Já no governo Lula e Dilma, entre os anos de 2003 a 2016, foi proposta uma estratégia pautada no desenvolvimentismo, buscando frear os interesses econômicos e políticos neoliberais, porém que na realidade não foi capaz de conter esse movimento e foi responsável por promover acordos de abertura a essas perspectivas no decorrer dos governos petistas. Dessa maneira, ao longo dos anos criou-se uma relação de parcerias público-privadas, como

grandes projetos a exemplo do ProUni e o Fies²⁵. Os governos petistas através dessas iniciativas deram seguimento às novas estratégias de privatizações e terceirizações dos serviços públicos, orientado pela agenda neoliberal.

Como exemplo desse cenário, para que houvesse considerável expansão de matrículas na educação básica, o governo promoveu mudanças no financiamento e gestão da educação, garantindo o acesso ampliado dos estudantes, na tentativa de universalizar o ensino. Esse processo infelizmente não garantiu que com essa expansão do ensino mudanças estruturais fossem executadas, como por exemplo a garantia de estrutura física e pedagógica das escolas de forma proporcional a essa ampliação no número de estudantes, elemento ao qual será evidenciado a partir de programas, como o do ESV estudado na pesquisa. Dessa maneira, a educação enfrentou e ainda enfrenta diversas barreiras, em destaque a falta de financiamento suficiente, que impede a garantia de um ensino de qualidade.

Esses elementos são agravados a partir do golpe jurídico-parlamentar de 2016, em que o recrudescimento da ND, que, segundo Yannoulas (2024, p.13) situa que o “avanço da ND ocorre em um momento em que há uma grande crise e recomposição na dinâmica de acumulação do capital em escala global.”. Nesse sentido, o cenário global se pauta em um processo de vinculação dos Estados a empresas privadas, nacionais e estrangeiras, e com propostas político-ideológicas completamente contrárias ao direcionamento educacional que vinha sendo implementado nos anos anteriores.

A mudança no panorama político foi fator fundamental para impulsionar transformações e projetos na educação brasileira, atrelados às propostas da ND, evidenciando que

A ND promove um Estado que apoie os interesses particulares através da subsidiariedade progressiva do Estado nas políticas sociais, abandonando o seu papel equalizador face às desigualdades, fomentando a privatização dos serviços públicos, facilitando a cooptação de recursos públicos para instituições privadas, atuando de forma assistencialista para garantir os "mínimos sociais", e estimulando a ação de filantropo-capitalistas. Mas também um Estado forte no que diz respeito à “proteção” das eleições familiares e ao confronto com um suposto “inimigo comum (Yannoulas, 2024, p.21)

Dessa forma, esse movimento de retrocessos, ficou marcado por ações governamentais que reverberam essa nova concepção de política educacional, tendo como exemplo a Emenda Constitucional Nº 95 de 2016, um dos marcos desse projeto desenvolvido pela ND. Em que se

²⁵ Como exemplo dos programas citados, tiveram a intenção de inserir os brasileiros no ensino superior, realizando parcerias com as instituições privadas e concedendo empréstimos com juros abaixo do mercado a fim de possibilitar o acesso desses estudantes, que antes não teriam acesso ao ensino superior. Essas parcerias, geraram ao poder público investimentos de grande porte a essas instituições privadas, facilitando a cooptação de recursos públicos para instituições privadas.

estabeleceu um teto de gastos públicos, em que muda o preceito constitucional de aplicação de, no mínimo, 18% da receita líquida de impostos do ano corrente, congelando por cerca de vinte anos os gastos com a educação. Assim, a partir do ano de 2017, a EC instituída pelo governo de Temer determinou o futuro da educação em vinte anos de cortes, proposta contrariando as metas previstas no Plano Nacional de Educação (PNE), modificando as perspectivas de futuro para Educação Básica e iniciando assim um processo marcado pelo desfinanciamento da educação pública.

Em suma, a educação passa a ser alvo de intervenções do mercado, promovendo o desfinanciamento e o desmonte da garantia desse serviço pelo setor público. Pensamento ao qual diversos autores discutem, como exemplo Casimiro (2019) que destaca tais ações “como amortecedor de conflitos e arma simbólica no processo de construção do consenso e de naturalização de um novo padrão de sociabilidade” (p. 30). Padrão esse que segue em defesa da hegemonia burguesa, promovendo reformas no sistema educacional alinhadas à perspectiva neodireitista. Assim como, agem “com o objetivo de dismantelar o consenso sobre o direito constitucionalmente consagrado à educação básica, e ao mesmo tempo propor outras formas de sociabilidade e outro modelo societário.” (Yannoulas, 2024, p. 30).

Nesse sentido, a

a desarticulação das políticas de inclusão conquistadas durante os governos populares e voltadas para grupos historicamente desfavorecidos por sua classe, gênero/sexualidade e raça/etnia, que gradativamente foram substituídas nos governos da ND por ações e programas articulados com as políticas socioassistenciais (por exemplo, organização do voluntariado) e de segurança (“prevenção do crime”), com uma impronta distante do pedagógico-educativo. (Yannoulas, 2024, p. 33)

Tal direcionamento estabelece uma forma de estreitamento do conceito de educação e do papel do docente na formação cidadã, desviando a atenção da escola das responsabilidades da formação dos indivíduos priorizando a utilização de testes como forma avaliativa e de reprodução de conhecimentos limitados.

Além disso, sob uma lógica de desfinanciamento e desmonte da educação, é notório na rede de ensino pública a utilização de outras figuras, que não o professor efetivo, para realização das atividades educacionais, delegando atribuições que deveriam ser desempenhadas por esses profissionais a outros “trabalhadores”²⁶ ainda mais precarizados. Como exemplo disso, o uso do trabalho voluntário expressa um processo de refilantropização

²⁶ Termo utilizado em aspas visto que o uso de figuras como os voluntários, apesar de na legislação não serem considerados como trabalhadores, o presente trabalho compreende a ação voluntária também como uma força de trabalho.

do atendimento social (Souza, 2008), onde legitima e incentiva a utilização do voluntariado como forma de trabalho “espontâneo” sob a lógica de um interesse pessoal ou "espírito" cívico e moral, historicamente ligado à caridade cristã.

Com base no histórico e no desenvolvimento apresentado sobre a ascensão desse grupo político, será aprofundada a análise do voluntariado, considerando seu movimento histórico permeado por avanços e retrocessos no cenário nacional e sua vinculação ao programa das Escolas de Serviço Voluntário (ESV). Essa retomada histórica, aliada à compreensão dos fundamentos e estratégias que sustentam esse contexto, foi essencial para a análise do objeto de estudo. Ao explorar o panorama que envolve o programa, inserido em um projeto educacional mais amplo promovido pela ND, torna-se possível compreender as particularidades que caracterizam a atuação do ESV.

Capítulo 2: Voluntariado

2.1 Voluntariado: Síntese histórica

Para compreender o cenário atual do voluntariado brasileiro, é necessário traçar a trajetória histórica dessa modalidade de atendimento, e apresentar a figura do voluntário, que tem se modificado ao longo dos anos. Nesse sentido, compreendendo a multiplicidade de ações que utilizaram do voluntariado, entende-se que “O termo voluntariado é permeado por contradições e imprecisões conceituais, uma vez que, conforme o cenário político, econômico e cultural, são atribuídos diferentes significados e formas de ação a essa prática.” (Imperatori; Barros; Garcia, 2022, p.554). Assim, a partir dessa concepção será traçada uma linha do tempo que marca alguns dos principais, projetos e programas, e suas características, que marcaram o histórico brasileiro do voluntariado, na tentativa de demonstrar os avanços e retrocessos, e principalmente as contradições dessa forma de estratégia. Destacam-se ações voltadas ao voluntariado em sentido geral, mas a partir dos anos 1990 os programas que se destacam são voltados às atividades educacionais.

O voluntariado no Brasil, como em muitas outras partes do mundo, tem suas raízes nas práticas de caridade promovidas por instituições religiosas, particularmente pela Igreja Católica. Esse modelo de voluntariado esteve intimamente associado à assistência aos mais necessitados, através de ações diretas e focalizadas, sem uma abordagem crítica sobre as causas da pobreza ou exclusão social. A caridade era vista como uma virtude cristã e, portanto, deveria ser praticada de forma altruísta, porém na verdade reforçava uma hierarquia social e a subordinação dos beneficiados à ação do doador.

Essas práticas visavam amenizar a miséria de forma paliativa, sem questionar as estruturas sociais que a geraram. Ainda que seu início tenha se dado pela ação da Igreja ao longo dos anos, figuras do próprio Estado passaram a desempenhar esse papel. Como exemplo disso, é na década de 1940 que a ação das primeiras-damas (ou “damas da caridade”), se destacam como figuras doadoras, que buscavam ajudar comunidades e populações em situação de vulnerabilidade, no intuito de que

(...) trabalho voluntário se constituía num apelo sentimentalista, de solidariedade social doadora, trazendo em sua essência o clamor da solidariedade do povo brasileiro, onde a figura das primeiras-damas tanto estadual, municipal e federal, se constituía na premissa de que eram portadoras da capacidade de doação às populações carentes e facilitadoras de medidas assistenciais. (Queiroz, 2019, p.61-62).

Dessa maneira, o modelo inicial do voluntariado passou a se transformar, embora a Igreja continuasse a promover ações de caridade, tais serviços passaram a ser organizados e

em parte financiados pelo poder público, especialmente no período pós-guerra (Souza, 2008). Assim, o início da implementação de um modesto sistema público de serviços sociais, alterou a abordagem do trabalho voluntário e colocando-o sob uma nova perspectiva política. Com esse processo de laicização e vinculação do Estado, o Serviço Social torna-se um dos elementos chave nesse processo possibilitando um início de transformação dessa forma de serviço, ainda que marcado por elementos religiosos e a perspectiva da “ajuda”, como estratégia de controle social, com o objetivo de prevenir ou neutralizar protestos.

Com isso, especialmente na década de 1960, com a vinculação dos serviços sociais ao poder público assim como a inserção de profissionais especializados neste atendimento desde a década de 1930, os assistentes sociais à época buscam a instrumentalização das políticas sociais, agora vinculadas a ação do Estado. Essa tentativa, apesar de ser ainda ligado a uma lógica de obediência, é em 60 que a profissão toma um passo no reconhecimento dos direitos sociais, “passando pelo Movimento de Reconceituação na década de 1960, superando assim, a perspectiva humanista por meio da adoção de novos referenciais teóricos e metodológicos, na tentativa de romper com o conservadorismo (Queiroz, 2019, p.18).

Nesse sentido, é na década de 1980, período que há o desenvolvimento de discussões sob uma concepção crítica sobre o Serviço Social e as ideias trazidas por movimentos sociais. Sendo assim, inicia-se um processo por iniciativa do Serviço Social, a partir de uma perspectiva crítica, de perceber o voluntariado não apenas como uma ação beneficente, mas como uma força de trabalho invisível que mascarava as desigualdades sociais, sendo utilizado como estratégia barata de ações que deveriam ser desempenhadas por profissionais, e garantidas pelo Estado.

Essa visão criticava a forma como a ação voluntária frequentemente camuflava as responsabilidades do Estado e dos sistemas sociais, além de ser instrumentalizada por interesses diversos, muitas vezes sem uma reflexão profunda sobre os reais problemas sociais que precisavam ser enfrentados. Dessa forma, a atuação voluntária, muitas vezes romantizada como "solidária", passava a ser questionada compreendendo essa figura como uma forma de ocultar as desigualdades estruturais e a falta de políticas públicas eficazes.

A partir das décadas de 1990 e 2000, o voluntariado no Brasil passou por um processo de reconfiguração, com o surgimento de programas sociais que buscavam ampliar a participação da sociedade civil nas políticas públicas. Esses programas passaram a ser encarados como uma forma de promover cidadania ativa, não apenas por meio de atos de caridade, mas com uma proposta de transformação social e a criação de uma “cultura do voluntariado”. Como apresenta Bonfim (2010),

A "cultura do voluntariado" é resultado de uma dinâmica social complexa, permeada de contradições, em que o componente ideológico é decisivo para sua expansão e efetivação. A "cultura da crise", ou seja, a ideia de que todos estão sendo penalizados com a crise e que a saída desta requer, além de sacrifícios, ajuda mútua, é terreno fértil para a expansão da atividade voluntária que aparece, neste momento, como a principal saída para a resolução dos "problemas sociais" tão acirrados diante da conjuntura de crise. (p. 15-16)

Destaca-se nesse contexto as ações realizadas no governo FHC, em que faziam parte do contexto de Reforma do Estado, sendo projetos que tiveram por influência a privatização e desresponsabilização do Estado em programas sociais, com destaque aqui aos voltados à educação. A partir do processo de contrarreformas, foram implementadas políticas sociais de caráter compensatório, caracterizadas principalmente pela focalização, descentralização e privatização de serviços anteriormente públicos. Nesse viés, foram criados programas para o "fortalecimento da sociedade civil"²⁷ e desenvolvimento de "projetos inovadores", que na verdade utilizaram-se do voluntariado, justificado sob um discurso pautado na participação social e na cidadania (Bonfim, 2010).

O programa chamado Programa Alfabetização Solidária, subprograma do projeto Comunidade Solidária, surgiu em 1997, promovido por Ruth Cardoso, primeira-dama na época, foi uma resposta às baixas taxas de alfabetização de jovens e adultos no Brasil. Sendo esse um dos projetos que iniciam o processo de inclusão do terceiro-setor, como ONGs, para a promoção de políticas educacionais, executando serviços educacionais que deveriam ser efetivados pelo Estado enquanto direito, mas que passam a ser realizados por entes da sociedade civil de forma precarizada e sem garantias trabalhistas, utilizando-se do voluntariado como força de trabalho.

O processo de transferência das responsabilidades do Estado para o âmbito privado ou filantrópico na verdade se torna uma estratégia clara do governo de FHC, utilizando-se da *publicização* como forma de execução desses serviços. Essa perspectiva, reforça então a ideia de que a ação do Estado só teria de estar em atividades exclusivas, mas que em atividades culturais, de proteção ambiental, de ciência e tecnologia e serviços sociais por exemplo, não necessitam ser realizadas pelo Estado, este deve apenas oferecer recursos e regula-las (Barreyro, 2010).

Assim, o programa Alfabetização Solidária, como exemplo desse projeto de governo utiliza do voluntariado em atividades educacionais tendo em vista promover um acesso à

²⁷ Um marco desse processo de fortalecimento da ação da sociedade civil foi a criação do "Marco Legal do Terceiro Setor"

educação gratuita, especialmente no processo de alfabetização de jovens e adultos. O programa, apresenta diversas peculiaridades, entre elas a de que

(...)parecem ter prevalecido critérios extra-educativos: a rotatividade de alfabetizadores não gerava vínculo empregatício, o que implicava num menor custo. Concomitante a isso, a modalidade utilizada era a da bolsa, que também evitava pagamento de encargos e criação de vínculo. Inclusive, as funções de coordenador e alfabetizador eram pagas com valores inferiores aos salários de mercado. (Barreyro, 2010, p. 184)

Demonstrando, que ainda que aos voluntários fosse direcionado atividades que na realidade deveriam ser executadas por profissionais da educação, a estratégia para justificar o programa foi a constante rotatividade desses, com baixa remuneração, e a ausência de garantias trabalhistas. Assim, “alfabetizadores rotativos e alunos estagiários eram bem mais baratos do que professores com contratos estáveis” (Barreyro, 2010, p. 184), demonstrando que se utilizam de uma força de trabalho ainda em formação ou desempregada, pautado em um discurso moral de “adoção” de um analfabeto. A iniciativa do governo, conta na verdade como uma transferência de responsabilidade, em que a sociedade civil a protagonizar a ajuda pelo fim do cenário de analfabetismo, assim, a proposta

(...) induziu subjetividades, diferentes daquelas que definem os analfabetos como sujeitos de direito. Assim, recuperou tanto o discurso assistencialista da ajuda quanto a tutela, por meio da adoção de adultos, e, finalmente, definiu os seus alunos como atendidos e banalizou a figura do alfabetizador. (Barreyro, 2010, p.188)

No ano seguinte à criação do programa Alfabetização Solidária, foi estabelecido um marco legal para a política de voluntariado no Brasil. Em 18 de fevereiro de 1998, foi sancionada a Lei nº 9.608, que regulamenta o serviço voluntário e outras providências. Assinada pelo então presidente FHC, a Lei do Voluntariado definiu essa atividade como um serviço sem vínculo empregatício, isento de obrigações trabalhistas, previdenciárias ou similares (Brasil, 1998).

Essa legislação conferiu respaldo jurídico ao serviço voluntário, estabelecendo parâmetros básicos para seu funcionamento, ainda que de forma breve. Atualmente, alguns trechos da lei foram revogados, mas seus cinco artigos continuam a determinar aspectos essenciais, como a necessidade de um termo de adesão entre voluntário e entidade, a possibilidade de reembolso de despesas comprovadas no exercício das atividades e a determinação de que a lei entraria em vigor na data de sua publicação.

A legislação teve tamanha importância, sendo considerada um marco legal, que passou a orientar a maioria dos programas citados a seguir. Um exemplo é o programa ESV, que

desde sua criação e nos últimos dez anos tem utilizado essa lei como respaldo para garantir a continuidade de suas atividades. Esse marco legal, ainda que simplificado, garantiu a formalização do serviço voluntário tanto em entidades públicas quanto privadas.

Assim, a atuação do voluntariado foi se expandindo e criando programas de grande escala, sendo o projeto “Amigos da Escola” lançado em 1999 pela Rede Globo, como parte do “Projeto Brasil 500 Anos”, em parceria com o Programa Comunidade Solidária do governo federal, um dos maiores e mais influentes programas de voluntariado. Esse projeto acompanhado, da ideia de Responsabilidade Social da Empresa²⁸, emplacou um programa com expressivo quantitativo de escolas e de patrocinadores vinculados, que teve como objetivo declarado o incentivo à participação da sociedade na valorização da educação pública por meio do trabalho voluntário.

Entretanto, a proposta na verdade, representou, na realidade, a vanguarda do retrocesso, ao garantir o direito à educação de forma superficial, além de fomentar o uso expansivo do trabalho voluntário em atividades que deveriam ser responsabilidade do Estado. Esse modelo demonstrou um projeto de desmonte da educação pública e dos direitos dos trabalhadores da educação, precarizando não apenas o trabalho, mas também a qualidade do ensino oferecido pela rede pública.

Como exemplo desse movimento de programas de voluntariado ligados à educação, o Programa Escola Aberta (PEA) iniciado em 2004, que teve como proposta abrir as escolas públicas nos finais de semana para atividades culturais, educativas e esportivas, com a participação ativa de voluntários e agentes comunitários. Segundo a análise e descrição de Cano (2018), este programa, iniciado no estado de São Paulo, teve como apoio de organizações como a UNESCO e o financiamento por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), tendo como objetivo promover ações educacionais e culturais visando reduzir o isolamento social e situações de violência por meio da participação comunitária.

O programa Escola Aberta, demonstrou seu diferencial em promover uma transformação do ambiente escolar, utilizando do voluntariado como um meio de fortalecer a educação e aproximar a escola e a comunidade, e por isso devido seu êxito foi expandido a nível nacional. As atividades realizadas, por estarem vinculadas a comunidade tentou se afastar em teoria de uma lógica paternalista, pois os voluntários que ali atuavam estavam

²⁸ A ideia de “Responsabilidade Social da Empresa”, segundo Souza (2008), foi utilizada como estratégia de fortalecimento da imagem de grandes empresas com o conceito de demonstrar compromisso com causas sociais. Porém demonstrou na verdade uma tática para legitimar a privatização velada da educação pública, deslocando a responsabilidade estatal para indivíduos e empresas.

inseridos no mesmo contexto social, não mais a lógica do “primeiro-damismo” ou da filantropia em que a classe dominante se fazia presente como forma de reforçar uma lógica hierárquica. Além disso, o programa teve tamanha dimensão que possibilitou uma vasta construção de pesquisas realizadas em diversas regiões do país, as quais a dissertação de Jáder Cano (2018) analisa, contemplando cerca de 28 produções sobre tal programa.

A iniciativa com objetivo de conter situações de violência e vulnerabilidade contou com participação expressiva de regiões brasileiras, e apoio da comunidade, que se relacionou diretamente com a iniciativa a fim de criar vínculos através do ambiente escolar. Entretanto, assim como outras propostas de voluntariado que contam com recursos não só do governo, o programa apresentou limitações orçamentárias e uma dependência a parcerias externas, como com a UNESCO, que por vezes limitava a execução dos projetos pela falta de recursos e incentivos tanto do âmbito privado como do Estado.

O Programa Mais Educação, lançado em 2008, com foco na ampliação da jornada escolar, visava integrar atividades de ensino integral nas escolas públicas de regiões com baixos índices de desenvolvimento educacional. Ele também favoreceu a inserção de atividades realizadas por voluntários, incluindo jovens universitários, que, por meio de programas de educação popular e extensão universitária, tinham a oportunidade de produzir e compartilhar conhecimento científico com as comunidades. Esse processo de expansão do Ensino Integral encontrou barreiras para sua aplicação, visto que com aumento da jornada das atividades fazia-se necessário a ampliação de profissionais para que pudessem atuar no contraturno das atividades escolares já antes previstas.

Dessa maneira, como alternativa pensada, tal projeto uniu forças ao anteriormente citado Escola Aberta, a fim de relacionar essas atividades aos períodos de contraturno e não somente às ações nos fins de semana. As atividades voluntárias acabaram sendo transferidas para o decorrer da semana e por consequência mudam o perfil do programa visto que a princípio se procurava ocupar os espaços públicos, como a escola, abrindo a área para promoção de atividades para que os estudantes e a comunidade pudessem interagir aos fins de semana naquele espaço. Essa mudança, promoveu na verdade uma transferência de funções, as quais deveriam ser realizadas por profissionais da educação, contratados, para realização de práticas educacionais previstas no Mais Educação, e não atribuir a um voluntário estas funções.

Assim, com o crescimento do Ensino Integral no Brasil, e consequentemente na capital brasileira, a ideia do Escola Aberta que permitia a interação da comunidade com a escola e os estudantes no final de semana passou a ser utilizada como forma de preencher as

atividades do contraturno das escolas integrais. Sendo assim, essas atividades, ministradas por voluntários, passaram a ser desenvolvidas na grade curricular, como forma de preencher os horários ofertados no ensino integral. Essa mudança impactou o cenário nacional e também a situação do DF, visto que a iniciativa do Escola Aberta enquanto proposta de criação de laços com a comunidade, sob uma concepção mais horizontal do serviço, acabou sendo cooptada para preencher uma lacuna recente do sistema educacional.

Essa realidade, é observada não só no âmbito da educação, por isso em “Voluntariado: Na contramão dos Direitos Sociais” de Jairo Araujo (2008), o autor destaca como a ação do voluntário tem sido utilizado ao longo dos anos, delimitando as propostas desde 1945, de 1979, até o cenário dos anos 1995, em que ascendem ações voltadas à perspectiva neoliberal. A retomada histórica do autor, ainda que destaque as ações voltadas às políticas de assistência social, se assemelha à realidade da política educacional, em que o Estado estrategicamente coopta a ação de agentes voluntários, para realização de políticas de sua responsabilidade (Araujo, 2008). Essas ações visam amenizar conflitos sociais, postergando movimentos de reivindicações, assim como, através das ações momentâneas dos voluntários estabilizar o cenário de crise.

Todos esses elementos, e eventos citados, fundamentam um processo iniciado na capital brasileira, em que se observa a utilização do voluntariado sob inspiração dos programas nacionais, mas que ao decorrer dos anos, se modificam de tal maneira a construir um caráter único a seus programas de voluntariado. Com isso, os programas como Jovem Educador e o Educador Social Voluntário, analisados em seguida, tiveram por inspiração projetos de âmbito nacional, que marcaram uma conjuntura de avanços e retrocessos na implementação do voluntariado.

2.2 O caso Brasília

Como forma de contextualizar o uso do voluntário e a realidade da Política de Educação do DF, é preciso apresentar também o cenário político que configura a capital brasileira, em especial aos altos cargos de gestão do governo distrital. Sendo assim, identificar os governadores e os secretários de educação que estiveram presentes na criação, implementação e continuidade do programa do Educador Social Voluntário se faz necessário para assimilar o contexto em que se estruturou tal programa, assim como, exemplificar outras iniciativas marcadas pelo recrudescimento da ND na política da capital. Essa conjuntura aprofundada através da apresentação de figuras desse processo, como secretários, e governadores, que projetaram mudanças para a política educacional no DF.

Brasília, capital federal, foi projetada para ser a sede do governo tendo em vista a centralização geográfica, visão já antes pensada no período colonial para melhor comunicação com outras regiões do país, mas que só foi executada de fato na década de 1950 com o governo de Juscelino Kubitschek. Em 21 de abril de 1960, Brasília é inaugurada e passa a desenvolver papel importante na gestão pública, concentrando neste espaço diversos órgãos de importância econômica, jurídica, política, entre outros. Nas décadas seguintes, o processo de expansão territorial levou à atual configuração de 33 regiões administrativas que compõem o Distrito Federal.

Historicamente, de acordo com os dados produzidos por avaliações nacionais como o IDEB, a Política de Educação do DF conferiu destaque em comparação ao cenário nacional, posicionando como referência nessas avaliações. Contudo, nos últimos anos, observa-se um enfraquecimento desse cenário, resultante de mudanças frequentes na gestão educacional e principalmente por um processo de precarização da educação, em especial na desvalorização dos profissionais de educação²⁹. A rotatividade de secretários de educação emergiu como um fator crítico para a continuidade de projetos educacionais, gerando instabilidade e comprometendo o avanço de políticas públicas de longo prazo. Esse ambiente reflete uma relação política oscilante, onde mudanças de orientação nas administrações locais têm prejudicado a constância necessária para a melhoria da educação pública.

Além disso, cabe ressaltar que a política do DF é marcada por um hibridismo particular, resultado da combinação entre práticas clientelistas e tentativas de democratização. Historicamente, a gestão de Joaquim Roriz³⁰, eleito quatro vezes governador, baseou-se na troca de favores, especialmente na concessão de terras e cestas básicas em troca de apoio político e reeleições. Embora, como tentativa de ruptura, a gestão de Cristovam Buarque, do PT, buscou propor novos canais de participação e controle democrático, porém a cultura clientelista e assistencialista permaneceu enraizada no DF.

Nesse contexto, nota-se a prevalência de interesses corporativos e pessoais, moldando a cultura política³¹ local. Como consequência, predominam a desconfiança e a baixa

²⁹ A recente Audiência Pública de 2023, na CLDF, que buscou debater as situações dos profissionais de educação no DF, denunciando as condições enfrentadas no cenário atual da capital, que lida com expressivo quantitativo de professores temporários, demora na nomeação de outros cargos de apoio à educação, entre outras condições explicitadas em debate. Audiência encontra-se disponível no canal da CLDF, no link: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OZZMoWSpMZ8>.

³⁰ O ex-governador foi filiado a diversos partidos durante sua carreira política, contabilizando oito partidos, sendo estes o MDB (1966-1979), PT (1980-1982), PMDB (1982-1989), PTR (1989-1993), PP (1993-1995), PMDB (1995-2009), PSC (2009-2013), PRTB (2013-2015).

³¹ O termo cultura política, baseado no artigo de Imperatori (2022), refere-se a um conceito analítico que permite explorar as relações de poder na sociedade para além das instituições e da política partidária. Essa abordagem amplia a compreensão do político, considerando-o presente em práticas sociais e seus significados.

participação popular em associações sociais, culturais e políticas. Como afirma Imperatori (2022, p. 257) “ Há, portanto, um hibridismo, em que a participação popular na luta por direitos existe, mas a cultura política conservadora, autoritária e corporativa prevalece como dominante.”

A decisão de abordar o caso de Brasília não foi uma escolha apenas por estar situada no território analisado, mas especialmente pelas peculiaridades da cultura política do DF e as posturas adotadas pela gestão da SEEDF e do Governo do Distrito Federal (GDF) com relação o uso do voluntariado na Educação Básica do DF, assim como os acontecimentos políticos que ocorreram na capital brasileira na última década e meia.

A educação, assim como outras políticas públicas em Brasília, sofreu transformações em decorrência dos governos distritais que governavam, e com isso o uso do voluntariado em políticas educacionais como forma de apoio teve suas diferenças em cada uma das gestões, sendo uso desse suporte de forma discreta em alguns e mais expressiva em outros. Com isso, busca-se compreender quais os agentes que geraram essas transformações, em especial os governadores e os secretários de educação que passaram pelos respectivos governos observando as ações promovidas em cada gestão. A figura abaixo retirada do site oficial do GDF, na galeria dos governantes, apresenta os últimos três governadores distritais, e o tempo de seus mandatos.

Figura 1: Galeria dos Governadores do Distrito Federal (2011-2024)



Fonte: Site do Governo do Distrito Federal (2024)

2.2.1 Governo Agnelo (2011-2014)

O governo de Agnelo Queiroz, iniciado em 2011 representando o Partido dos Trabalhadores (PT), venceu a eleição com cerca de 66% dos votos³² e desenvolveu em seu mandato inovações na área de educação que modificaram a atuação de voluntários na educação do DF. Em seu mandato contou com a colaboração de três diferentes Secretários de Estado de Educação do DF, como Regina Vinhaes³³ que atuou de janeiro a setembro de 2011, Denilson Bento da Costa³⁴ entre setembro de 2011 a agosto de 2013, e Marcelo Aguiar dos Santos Sá³⁵ que assumiu o cargo em agosto de 2013 e se manteve até o final da gestão Agnelo ao final de 2014.

No início de sua gestão, as atividades voluntárias eram realizadas de acordo com ações setorializadas de cada escola, inspirado em ações como do programa Escola Aberta que teve sua dimensão em âmbito nacional e que se tratava de atividades educacionais aos finais de semana promovido por voluntários da comunidade e que foi aplicado também em algumas áreas do DF. A ideia do programa nacional inspirou a gestão Agnelo como modelo para as atividades do programa Jovem Educador. Tal programa possibilitou um formato mais unificado em seu processo seletivo, através de perfil determinado por estudantes universitários³⁶ para realização das atividades, assim como processos de avaliação, inscrição e atuação diferenciados ao modelo do programa nacional. A perspectiva dessa proposta segundo o governo da época, era uma forma de “cuidar da juventude”, idéia defendida publicamente pelo ex-governador do DF em entrevista ao Agência Brasília³⁷ (Cambráia, 2013).

Assim a partir da análise do Edital N° 2, de abril de 2013, o programa do Jovem Educador foi iniciado a fim de dar “suporte às atividades de Educação integral na Educação Infantil, Ensino Fundamental anos iniciais e finais, e Ensino Médio, e atuarem em laboratórios de informática em escolas que não ofertam atividades de tempo integral” (Distrito Federal, 2013, p.74). Nesse sentido, baseado na Lei N° 9.608 de 1998, o edital assinado pelo secretário Denilson da Costa, prevê a atuação desses jovens de forma voluntária

³² Porcentagem disponibilizada pelo site da Câmara Legislativa Federal, disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/143575-agnelo-queiroz-e-eleito-governador-do-df>.

³³ Pedagoga e acadêmica na área de Políticas de Educação, nomeação através do Decreto de 1º de janeiro de 2011.

³⁴ Professor de História da rede pública de ensino, nomeado através do Decreto de 1º de setembro de 2011.

³⁵ Arquiteto de formação nomeado através do Decreto de 28 de agosto de 2013.

³⁶ Ainda que o perfil determinado fosse de jovens universitários, nos critérios para seleção permitia a atuação de pessoas apenas formadas no ensino fundamental ou médio, sem vínculo universitário (Distrito Federal, 2013). Ainda que o incentivo fosse maior aos universitários, visto a pontuação destinada a estes fosse maior, o programa não foi limitado somente a esse grupo.

³⁷ Canal de comunicação da Subsecretaria de Divulgação da Secretaria de Estado de Comunicação do DF

e contava com os recursos do Programa de Descentralização de Recursos Financeiros (PDAF) para garantir uma quantia de R\$ 462,00³⁸ mensais (considerando apenas os dias úteis trabalhados) a fim de suprir os gastos com transporte e alimentação desses jovens no caráter de ajuda de custo. E define as funções desempenhadas por esses em cinco categorias, sendo elas, agente de apoio, agente de cultura, agente de tutoria, agente universitário e agente de tecnologia, assim como um quantitativo de 3.363 vagas a serem preenchidas.

Com relação às atividades realizadas por esses jovens, o programa Mais Educação promoveu sensíveis modificações nas atividades escolares visando a expansão do ensino integral, e por essa razão, a SEEDF utilizou-se da ação de voluntários para garantir que o período integral fosse preenchido. Assim como, no caso do Escola Aberta que ao longo dos anos teve de transferir suas atividades para o contraturno escolar para preencher a ausência de atividades, o programa do Jovem Educador não foi diferente. Com isso, fica explícito no edital a motivação da secretaria na criação de tal proposta, visto que essa define que “Para a concretização das metas educacionais e dos objetivos da educação integral e da educação em tempo integral no Distrito Federal, o sistema público de ensino deve contar com profissionais qualificados ou em processo de qualificação” (Distrito Federal, 2013, p. 74).

O programa do Jovem Educador inicia o direcionamento do uso do voluntariado estabelecido pela SEEDF nos anos seguintes, que apresenta semelhanças em relação a programas anteriores mas também apresenta originalidade no perfil escolhido, na abrangência de vagas e UEs vinculadas e também na diversidade de áreas de atuação. Porém, apesar da proposta de 2013 ter tido significativa proporção, só foi realizada durante um ano letivo e não teve continuidade, demonstrando assim a celeridade e instabilidade das propostas de voluntariado.

No ano de 2014, durante a gestão do secretário Marcelo Aguiar pela decisão de não renovar o programa Jovem Educador cria-se então o Programa do ESV, em abril de 2014 através da Portaria Nº 73, como iniciativa de suporte à Educação de Tempo Integral. O processo de criação e implementação do programa ocorreu como decisão interna da SEEDF, sendo o executivo responsável pela divulgação desta portaria e as demais que se seguiram até os dias atuais, que anualmente são publicadas em Diário Oficial. Dessa maneira, é no governo Agnelo e na gestão de Marcelo Aguiar, que o programa do ESV se iniciou, com um quantitativo de 1664 voluntários atuando na Educação Integral.

³⁸ O valor apresentado no início do edital diverge ao do anexo V, sem justificativas, que prevê que o “O valor do ressarcimento do monitor voluntário será de R\$ 352,00 (trezentos e cinquenta e dois reais) mensais a título de ressarcimento de alimentação e transporte” (Distrito Federal, 2013, p 83)

Neste mesmo ano, através da Portaria nº 193, em agosto, devido a demanda apresentada pela UEs foram abertas mais cerca de 620 vagas. Com a publicação desta portaria, o programa passa a atender não somente aos estudantes das classes comuns, mas também aqueles alunos que necessitam do AEE, expresso em

Art. 1º Ampliar o Programa Educador Social Voluntário, estabelecido pela Portaria nº 73, de 24.04.2014, com a finalidade de dar suporte ao atendimento educacional especializado nas instituições educacionais comuns da Educação Básica e nos Centros de Ensino Especial, até o dia 22 de dezembro de 2014.

Dessa forma, o governo Agnelo, teve em sua gestão a criação de dois programas voltados ao suporte do atendimento educacional realizado por voluntários, sob inspiração das atividades antes propostas pelo projeto Escola Aberta, porém que contou com outras especificidades, como o perfil universitário/graduado e o AEE, que marcam o início de um projeto que se mantém há década. Esse programa, inicialmente concebido como um apoio temporário para suprir lacunas no atendimento, decorrentes das mudanças no ensino integral e da inclusão de alunos com deficiência em salas regulares, permaneceu ativo e em expansão nos governos subsequentes, apresentando não apenas um crescimento quantitativo, mas também uma diversificação e maior complexidade nos atendimentos e nas atividades oferecidas.

2.2.2 Governo Rollemberg (2015-2018)

Com o fim do governo petista o candidato Rodrigo Rollemberg, do Partido Socialista Brasileiro (PSB) venceu as eleições em segundo turno com 55,56% dos votos³⁹, e nomeia no início de seu mandato o secretário Júlio Gregório que permanece no cargo até o fim do governo. E durante os 4 anos de gestão algumas mudanças se destacam, como exemplo a expansão do quantitativo indo de 2.710 em 2015 a cerca de 6.000 em 2018, diversificação e expansão em outras formas de atendimento como Ensino Infantil⁴⁰, a Escola de Meninos e Meninas do Parque⁴¹ (EMMP), aos Núcleos de Ensino das Unidades de Internação Socioeducativa⁴², e o suporte a estudantes indígenas⁴³, especificando e atribuindo atividades ainda mais complexificadas ao ESV.

³⁹ Porcentagem disponibilizada pelo site do Senado Federal, disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/10/26/rollemberg-do-distrito-federal-e-o-primeiro-governador-eleito-no-segundo-turno>.

⁴⁰ Definido pelo Artigo 1º, inciso IV, da Portaria nº 51 de fevereiro de 2017.

⁴¹ Definido pelo Artigo 1º, inciso V, da Portaria nº 22 de 2 de fevereiro de 2018.

⁴² Definido pelo Artigo 1º, inciso VI, da Portaria nº 22 de 2 de fevereiro de 2018.

⁴³ Definido pelo Artigo 1º, inciso IV, da Portaria nº 22 de 2 de fevereiro de 2018.

Como alternativa para suprir a demanda de atendimento, durante a gestão Rollemberg utilizou-se de legislações como o Decreto nº 37.010, de dezembro de 2015, que regulamenta a prestação do serviço voluntário no âmbito da Administração Direta e Indireta no DF. O decreto criado tem por objetivo “estimular e fomentar ações voluntárias de cidadania e envolvimento comunitário” (Distrito Federal, 2015), sendo subdividido esse serviço entre voluntariado social e profissional, realizado por membros da comunidade ou por profissionais da área, respectivamente.

Essa iniciativa apresenta termos semelhantes aos apresentados no programa do ESV, porém expande a atuação a outras atividades além da educação, não especificando os setores. Assim, o decreto definido no primeiro ano de mandato justifica, legitima e amplia as atividades do programa do ESV, em proporções expressivas.

E a partir disso, se inicia não só um ciclo de expansão de vagas como também o aumento nas UEs que solicitaram o apoio do ESV em suas atividades. Devido à significativa demanda de atendimento, em especial para o AEE, o programa atingiu seu quantitativo máximo no ano de 2018, e sua ampliação nas modalidades de atendimento, ao mesmo passo que modificou a ajuda de custo inicial de R\$25 a R\$27, no período de 4 anos.

Cabe destacar também que na gestão Rollemberg, em outubro de 2016, foi divulgado edital para o concurso já antes previsto para o cargo de Monitor, e demais funções da área da educação. E dessa maneira, é através do edital publicado que se torna possível observar a semelhança das atividades exercidas por essa carreira as funções exercidas pelos voluntários do programa do ESV. Como apresentado na figura abaixo, é descrito as atribuições de tal cargo.

Figura 2: Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva em cargos das carreiras de magistério e assistência à educação - Monitor de Gestão Educacional

CARGO 38: MONITOR DE GESTÃO EDUCACIONAL

REQUISITO: certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio, expedido por instituição educacional reconhecida pelo órgão próprio do sistema de ensino ou certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso técnico de ensino médio, expedido por instituição educacional reconhecida pelo órgão próprio do sistema de ensino.

ATRIBUIÇÕES GERAIS: executar, sob orientação de equipe escolar, atividades de cuidado, higiene e estímulo às crianças; participar de programas de treinamento e formação continuada; executar outras atividades de interesse da área.

REMUNERAÇÃO: R\$ 2.068,43.

JORNADA DE TRABALHO: 30 horas semanais.

Fonte: Edital Nº 23 – SEE/DF, de 13 de outubro de 2016.

Já no mesmo ano em questão, a forma de atendimento realizada pelo ESV voltado para o AEE, é descrita de acordo com a Portaria nº 48, de março de 2016, como

Art. 4º O ESV, que for dar suporte ao Atendimento Educacional Especializado, receberá capacitação do(a) Profissional da Sala de

Recursos da unidade escolar, e, após, executará, sob orientação e supervisão desse profissional, atividades de acompanhamento, higiene pessoal e incentivo de estudantes, bem como de outras atividades voltadas para a área de Educação Especial(...)

Dessa maneira, diante da figura retirada do edital do Monitor e o artigo 4 da Portaria do programa do ESV notam-se expressivas semelhanças na descrição das funções atribuídas a ambos. Com isso, observa-se a expansão do ESV e o aumento de vagas destinadas a esse programa, houve uma sobreposição das atribuições entre os cargos. O Monitor de Gestão Educacional enquanto cargo destinado a servidor público teve quantitativo expressivamente menor que o ESV no mesmo período, enfraquecendo a perspectiva de contratação através de concurso e expandindo o programa de voluntariado anualmente.

Esse contexto revela não apenas a substituição de profissionais por alternativas de menor custo, mas também a instabilidade nas políticas de gestão educacional, evidenciada pela preferência por soluções temporárias em vez da consolidação de carreiras efetivas. No caso dos ESV, são atribuídas funções semelhantes às de profissionais da educação, mas os voluntários não contam com direitos trabalhistas básicos. Além disso, enfrentam incertezas quanto à renovação anual do programa, que não garante sua participação a longo prazo, e alterações frequentes nas modalidades de atuação. Esse cenário é reforçado pelo Decreto 37.010, que em seu artigo 6º estabelece que a “prestação de serviços voluntários terá prazo de duração de até 1 (um) ano, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, a critério do órgão ou entidade distrital”. Essa determinação evidencia a estratégia governamental de limitar a atuação desses voluntários a períodos curtos e descontínuos.

O programa seguiu uma lógica de expansão de vagas nos anos subsequentes, mesmo diante de atrasos significativos na contratação de monitores, problema que não foi resolvido durante o governo Rollemberg. Nesse cenário, a demanda por atendimento continuou crescendo, enquanto a contratação de servidores efetivos permanecia insuficiente. Como solução de baixo custo, o programa ESV foi ampliado, alcançando seu pico no último ano do mandato, com a participação de 6 mil voluntários. Porém, é no governo seguinte que o programa sofre oscilações, justificadas pela redução de recursos.

2.2.3 Governo Ibaneis (2019-Atualmente)

O processo de instabilidade do programa, como oscilações nos quantitativos, restrições de atuação por turno, modificações nas modalidades de atendimento e debates na

CLDF se destacaram a partir do governo de Ibaneis Rocha, governador eleito em 2019⁴⁴ e reeleito em 2022⁴⁵, representante do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido político ao qual historicamente se aliou às concepções da extrema-direita, e que ao longo dos anos assumiu a postura ideológica da ND.

O governo de Ibaneis Rocha iniciou sua gestão em 2019, enfrentando uma significativa rotatividade no comando da Secretaria de Educação. Durante o primeiro mandato, quatro diferentes secretários ocuparam a pasta: Rafael Parente (até agosto de 2019), João Pedro Ferraz (até junho de 2020), Carolina Louzada Petrarca (nomeada em 18 de junho de 2020, mas com a nomeação anulada pouco depois) e Leandro Cruz (de 19 de junho de 2020 a 14 de julho de 2021). Desde 2021, a secretaria está sob o comando de Hέλvia Paranaguά, que permanece à frente até o presente momento.

Sobre essa rotatividade de secretários, observa-se que a exoneração de Rafael Parente ocorreu após desentendimentos com o governador sobre a implementação e expansão das escolas cívico-militares. O secretário discordou da decisão de Ibaneis de avançar com o projeto mesmo em unidades que haviam rejeitado a medida por votação. Diante da pressão para expandir o programa sem considerar a vontade das comunidades escolares, Parente optou por deixar o cargo⁴⁶. Assim como, no caso de João Pedro Ferraz foi exonerado também por desentendimento as decisões de Ibaneis, tendo em vista que assumiu a agenda da educação em um período de pandemia, o secretário à época discordava da volta às aulas apesar de insistências do governador, assim como discordâncias em relação também às escolas militarizadas⁴⁷.

O motivo da exoneração de Leandro Cruz não foi divulgado publicamente. Com sua saída, a gestão da Secretaria de Educação passou para Hέλvia Paranaguά, nomeada em 2021 e que permanece no cargo até o momento. Sua nomeação gerou questionamentos, já que Hέλvia, a quinta indicada para a função, é natural de Corrente, no Piauí, cidade associada a

⁴⁴ Na eleição de 2018, Ibaneis Rocha foi eleito com 69,79% dos votos. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/ibaneis-rocha-e-eleito-novo-governador-do-distrito-federal>.

⁴⁵ Sua reeleição em 2022, foi garantida por 50,30% dos votos, tanto a vitória do primeiro quanto do segundo mandato foram em primeiro turno. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2022-10/ibaneis-rocha-e-reeleito-em-1o-turno-governador-do-distrito-federal>

⁴⁶ Dados fornecidos por reportagem divulgada no Correio Braziliense. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/06/18/secretario-de-educacao-do-df-joao-pedro-ferraz-e-exonerado.ghtml>.

⁴⁷ Dados fornecidos por reportagem divulgada no canal G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/06/18/secretario-de-educacao-do-df-joao-pedro-ferraz-e-exonerado.ghtml>.

controvérsias visto que o GDF destinou EPIs ao município durante a pandemia, quando a situação do DF também se encontrava crítica.

Nesse sentido, como discutido por Casimiro (2019), figuras políticas emblemáticas passaram a direcionar, especialmente pós golpe jurídico-parlamentar, suas propostas políticas e sua gestão governamental as estratégias ideológicas neodireitista. A afirmação de propostas de desmonte do poder público, desresponsabilização do Estado, negligenciamento da educação, especialmente na intensificação do processo de precarização do trabalho como temática central da pesquisa, são elementos presentes no governo Ibaneis, e se perpetuam até os dias atuais em decorrência a sua reeleição em 2022.

Seu perfil enquanto governador foi marcado por falas conservadoras, assim como propostas direcionadas ao âmbito privado, distanciando-se da manutenção e expansão de políticas sociais na tentativa de reduzir ao máximo a ação do governo distrital em relação às questões sociais apresentadas na capital brasileira. Esse cenário não foi diferente na política de educação, com isso programas como o ESV sofreram significativas mudanças em sua gestão, não só na estrutura, mas no quantitativo desses voluntários.

Além disso, cabe ressaltar o papel do Decreto Nº 39.734 de 2019, estabelecido no atual governo de Ibaneis, que dispõe sobre o uso de voluntários na atuação em serviços públicos e dispõe sobre a criação do “Programa de Voluntariado do Distrito Federal - Voluntariado em Ação”. Esse projeto defende o “desenvolvimento e valorização do serviço voluntário, não remunerado, no âmbito da administração pública do Distrito Federal e de sua relação com os cidadãos, as organizações sociais, as empresas sociais e os projetos sociais de instituições de direito privado.” (Distrito Federal, 2019). Assim, legitimado e defendido pelo atual governo, o voluntariado tem sido utilizado em diferentes áreas de atuação, ainda que esses serviços demandem a atuação de profissionais qualificados e com proporcional remuneração.

A manutenção do programa do ESV durante o governo Ibaneis teve por característica uma oscilação no quantitativo de voluntários, um valor padronizado de ajuda de custo por tempo considerável, e distintas formas de atendimento criadas sem especialização desses voluntários. Assim como, foi um período marcado por denúncias em relação ao programa necessitando da movimentação de agentes públicos, como na realização de audiências públicas (CLDF, 2020), pesquisas sobre o perfil desses voluntários (IPEDF, 2024), como forma de questionar as mudanças determinadas pelo atual governo. Elementos que são comprovados, a seguir, com a análise aprofundada das portarias divulgadas.

Capítulo 3: O Programa do Educador Social Voluntário

3.1 Análise do programa do Educador Social Voluntário do DF

A exposição dos dados e a análise dos resultados tornam-se mais concretas ao explorar as portarias divulgadas anualmente pelo Diário Oficial do Distrito Federal, as quais foram organizadas a seguir, contempladas todas as portarias divulgadas desde o início do programa em 2014, até a portaria mais atual divulgada em janeiro de 2024. Assim, a tabela abaixo apresenta todas as portarias divulgadas, e as duas Portarias nº 13 e nº 18 de 2020, que foram revogadas tendo em vista aos erros no processo de inscrição online, assim como, mudanças no quantitativo de ESVs atuando naquele ano.

Tabela 2: Portarias analisadas de editais do Programa do Educador Social Voluntário, de 2014 a 2024, publicados em Diário Oficial.

Portarias analisadas	Ajuda de custo	Quantitativo	Secretário de Educação	Data publicação
Portaria N° 73	R\$ 22	1664 ESVs	Marcelo Aguiar	24/04/2014
Portaria N° 193	R\$ 22	620 ESVs	Marcelo Aguiar	26/08/2014
Portaria N° 24	R\$ 25	2710 ESVs	Júlio Gregório	27/01/2015
Portaria N° 48	R\$ 25	3975 ESVs	Júlio Gregório	01/03/2016
Portaria N° 51	R\$ 27	4975 ESVs	Júlio Gregório	20/02/2017
Portaria N° 22	R\$ 27	6000 ESVs	Júlio Gregório	02/02/2018
Portaria N° 7	R\$ 30	6000 ESVs	Rafael Parente	23/01/2019

Portarias analisadas	Ajuda de custo	Quantitativo	Secretário de Educação	Data publicação
Portaria N° 13 Revogada	R\$ 30	4542 ESVs	João Ferraz	Pedro 24/01/2020
Portaria N° 18 Revogada				30/01/2020
Portaria N° 50	R\$30	5200 ESVs	João Ferraz	Pedro 04/03/2020
Portaria N° 326	R\$30	4482 ESVs	Leandro Cruz	08/07/2021
Portaria N° 63	R\$ 30	2687 ESVs	Hélvia Miridan	27/01/2022
Portaria N° 58	R\$40	4500 ESVs	Hélvia Miridan	20/01/2023
Portaria N° 28	R\$40	5500 ESVs	Hélvia Miridan	12/01/2024

Fonte: Elaboração própria (2024)

Após a delimitação das portarias a serem estudadas, foi necessário estabelecer critérios para análise destes documentos na tentativa de extrair o máximo de informações que se relacionassem com a temática da pesquisa. Com isso, os elementos que se destacaram durante o processo de leitura inicial e dinâmica, sem um roteiro, foram essenciais para observar os parâmetros que se repetiram e as mudanças realizadas ao longo dos anos, desenvolvendo conjunto aos dados apresentados também a compreensão do período em que foram publicadas, e em que governo estavam situados.

Dessa maneira, foram estabelecidos nove quesitos a serem observados durante uma leitura aprofundada desses documentos, sendo estes elementos organizados de maneira a contemplar as especificidades de cada portaria. Assim, segundo a tabela abaixo, se estabeleceram os fatores pensados para a organização do estudo.

Tabela 3: Critérios utilizados para análise das portarias do programa do ESV, disponíveis no Diário Oficial do DF, no período de 2014 a 2024

Base Legal
Quantitativo de voluntários
Valor da ajuda de custo
Perfil esperado
Modalidades de atendimento
Descrição da atividade desempenhada
Secretário de Educação responsável pelo documento
Critério de pontuação e classificação (anexos)
Particularidades

Fonte: Elaboração própria (2024)

Assim, com base nessas delimitações, a análise de dados seguiu a sequência anual das portarias publicadas, com duas exceções: em 2014, ano de início do programa, foram emitidas duas portarias distintas, e em 2020, devido a mudanças implementadas, três portarias foram divulgadas, porém apenas a de 4 de março de 2020 foi mantida. No processo de análise, soma-se a discussão produzida especificamente sobre o ESV por alguns autores (Apêndice I), e as demais bibliografias voltadas aos estudos do voluntariado, e como esse se relaciona ao projeto da ND.

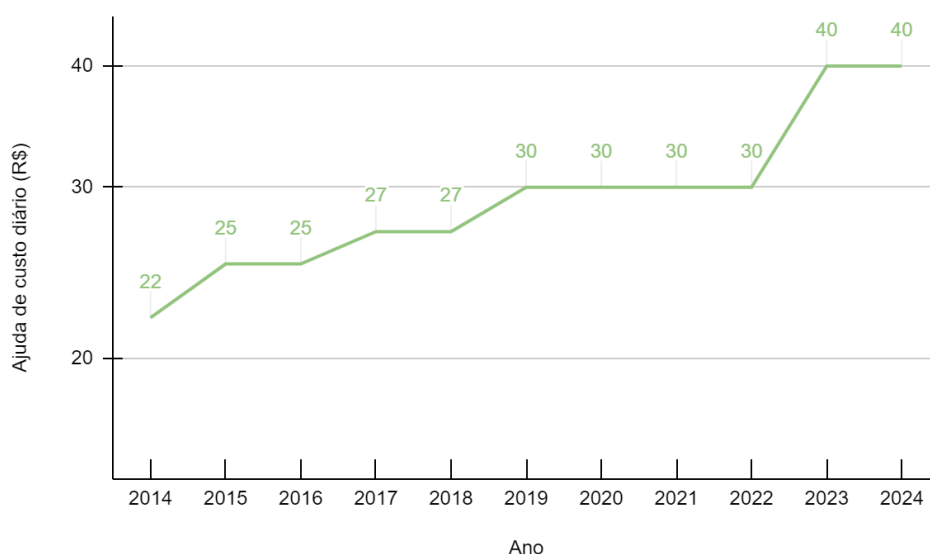
A portaria nº 73 de 24 de abril de 2014, inaugura o programa do ESV, como primeiro ano de atuação desses educadores e estabelece uma estrutura semelhante ao programa do Jovem Educador, porém inicia-se esse novo projeto com alguns critérios, perfil e quantitativo diferentes. Como respaldo para criação do programa estabelecem segundo a Lei Orgânica do DF, que ao secretário de educação compete “expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos” (Distrito Federal, 1993). Assim como, utilizam da Lei do Voluntariado (Lei nº 9.608 de 1998) que estabelece em âmbito nacional o serviço voluntário, como forma de dar legitimidade à proposta.

Em sua “inauguração” realizada pelo secretário Marcelo Aguiar se estabelece um perfil de educadores “preferencialmente universitário” (Distrito Federal, 2014), com idade mínima de 18 anos, e conta com a atividade desses voluntários sem a garantia de uma capacitação previamente estabelecida. Para garantir a entrada no programa, critérios como avaliação com base em experiências e formação e posteriormente a convocação para uma entrevista, são os elementos requisitados. Por razão do caráter voluntário fica explícito que

Art. 2º A atuação do Educador Social Voluntário é considerada de natureza voluntária, na forma da Lei nº 9.608/1998, não gerando vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim, sendo obrigatória a celebração de Termo de Adesão e Compromisso de Voluntariado entre a Coordenação Regional de Ensino e o Educador Social Voluntário, devendo constar o objeto e as condições de suas atribuições na escola. (Distrito Federal, 2014, p.10)

A partir disso, as portarias seguintes baseiam-se na lei do voluntariado como forma de determinar a esse serviço de apoio apenas um valor diário para ajuda de custo, sem outros direitos trabalhistas. Esse valor era correspondente aos dias trabalhados, como forma de suprir os custos de alimentação e transporte utilizado por esses, entretanto sua variação não acompanhou de forma proporcional ao poder de compra desses. Como observado no gráfico abaixo, baseado nos valores brutos da ajuda de custo apresenta-se o quantitativo recebido por esses voluntários ao longo dos anos de execução do programa. Demonstrando valores que não variaram e permaneceram iguais ao ano anterior.

Gráfico 1: Variação do valor, em reais, da ajuda de custo diário do Educador Social Voluntário (2014-2024)



Fonte: Elaborado pela autora com base nas portarias do Programa do Educador Voluntário de 2014 a 2024 (2024)

Através do gráfico apresentado, sob a análise do valor ressarcido, fica claro que a manutenção de valores em diferentes anos, coloca a atuação do voluntário em situações de extrema fragilidade, até mesmo para garantia de condições básicas de alimentação e transporte. Essa realidade destaca a necessidade de revisão e adequação dos valores de ressarcimento, considerando as mudanças socioeconômicas, como o aumento significativo da inflação e a redução do poder de compra dos brasileiros (DIEESE, 2023).

Como pode se observar pelo gráfico, essa realidade ainda que repetitiva em diferentes governos que aplicam o programa, tornou-se mais emblemático durante o período de 2019 a 2022, situado no primeiro governo de Ibaneis Rocha, e apresenta um valor constante pelos quatro anos consecutivos. Tal situação demonstra descaso por parte da SEEDF e do GDF visto que, embora os voluntários desempenhem um papel significativo no apoio às instituições de ensino, a ajuda de custo destinada a cobrir despesas com alimentação e transporte, revela-se desproporcional à carga e à complexidade do trabalho desempenhado, sem ao menos garantir o reajuste desses valores ofertados.

O valor dado a ajuda de custo corresponde a um período de quatro horas trabalhadas, em dias letivos, não considerando feriados nem mesmo faltas justificadas. Parte considerável desses voluntários atuam em mais de um turno, em diferentes UEs, assim, observado em outras pesquisas realizadas, como IPEDF (2024), Neiva (2022) e Marques (2021), observa-se que parte desses voluntários dependem desse ressarcimento diário, como uma forma de "salário". E por isso, acabam sendo voluntários em dois turnos, chegando a oito horas de serviço e um valor aproximado ao do salário-mínimo. Essa situação é observada a necessidade desses voluntários de uma forma de remuneração, visto que “O desemprego é, sem dúvida, um dos grandes problemas entre os voluntários participantes da pesquisa que veem na ajuda de custo e na experiência profissional motivações importantes para o ingresso no Programa” (Marques, 2021, p.35).

Reconhecendo a realidade desses voluntários e sob a tentativa de desresponsabilizar o Estado pela atual conjuntura, em 2020 foi estabelecido no artigo 20 que “§2º Fica vedado ao Educador Social Voluntário atuar em mais de uma unidade escolar, mesmo em turnos diferentes ou em dois turnos na mesma unidade escolar. Excetua-se a atuação numa mesma UE e em dois turnos, caso seja Escola do Campo.”(Distrito Federal, 2020, p.6). Visto que se observa que a atividade desses voluntários, especialmente os que trabalham em dois turnos, muito se assemelha a de um trabalhador formal da educação, entretanto sob a justificativa do caráter voluntário não se garante as condições trabalhistas necessárias.

A decisão de se restringir o atendimento a somente um turno na tentativa de reduzir as horas de trabalho desses voluntários como maneira semelhante à de um trabalho formal, foi frustrada, e no ano seguinte foi retomada a possibilidade de atuar em dois turnos. Assim, como forma de também encontrar brechas diante das circunstâncias a SEEDF, somente no ano de 2023 quase uma década após o início do programa estabelece no artigo 25 da portaria de nº 58 que “Cada ESV faz jus ao ressarcimento de R\$ 40,00 (quarenta reais) por turno de voluntariado, para cobrir as despesas com alimentação e transporte, **não podendo ser, em**

hipótese alguma, tomado como remuneração salarial.” (grifo nosso). Forma de mascarar novamente a situação desses voluntários, justificando que a forma de vínculo estabelecida por esses não deve ser garantido direitos trabalhistas básicos.

Além desse cenário de descaso ao voluntariado, a partir do ano de 2019 observa-se também um processo de complexificação das portarias, em seu processo seletivo, interrompendo o processo de entrevista e aplicando somente uma avaliação do currículo desses participantes (Distrito Federal, 2021), em sua pontuação, inserindo até mesmo cursos de pós-graduação como critério (Distrito Federal, 2022), e na inserção de novas modalidades de atendimento, como exemplo no suporte a alunos estrangeiros ou indígenas não falantes da Língua Portuguesa (Distrito Federal, 2024).

No ano de 2020, cabe destacar a inserção de um processo de avaliação desses educadores, sendo submetidos a análise de seu desempenho ao longo do semestre (Anexo I), tendo como base critérios como disciplina, iniciativa e produtividade. Esse processo de avaliação apesar de ter sido utilizado somente no ano de 2020, representa um processo já observado em diversos serviços públicos, utilizando de avaliações periódicas para certificar a “eficiência” daquele serviço. No caso da educação, como discute Freitas (2018), a partir da década de 90 se passou a estabelecer diretrizes e parâmetros sistemáticos de avaliação, como um sistema de responsabilização (*accountability*), a fim de observar o desempenho tanto dos estudantes como dos educadores.

Todos esses elementos, iniciados a partir do atual governo representaram um processo de inserção de parâmetros neodireitistas aos programas voluntários, elemento que tem repercutido não só na estrutura do projeto, diante de mudanças expressivas, mas também no perfil de voluntários que se inserem neste programa, inicialmente pensado para ser desempenhado para juventude, inseridas em meio universitário, mas que ao longo das transformações nos critérios e um cenário de desemprego em massa, novos perfis são observados. Assim, como apresentado em figura abaixo, a pesquisa do IPEDF (2024) apresenta quem são esses educadores, com expressivo grau de formação.

Figura 3: Tabela produzida pela pesquisa do IPEDF sobre o grau de escolaridade dos ESVs (2024)

Escolaridade	Feminino	Masculino	Intersexo	Prefiro não responder	Total	Percentual
Fundamental incompleto	3	0	0	0	3	0,2%
Fundamental completo	3	2	0	0	5	0,3%
Médio incompleto	11	0	0	0	11	0,6%
Médio completo	233	38	0	0	271	14,6%
Superior incompleto	311	68	1	2	382	20,6%
Superior completo	680	86	0	4	770	41,5%
Pós-graduação	364	47	0	0	411	22,1%
Prefiro não responder	3	0	0	0	3	0,2%

Fonte: Pesquisa IPEDF Educação Inclusiva no Distrito Federal - 2024

Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

Dessa maneira, o valor significativo de ESVs com nível superior completo, chegando a cerca de 41,5% destes, assim como, com pós-graduação, representando cerca de 22,1%, demonstra uma mudança no perfil esperado anteriormente. Essas mudanças também estão acompanhadas de uma concepção defendida por Bonfim (2010), em que “Coloca-se a necessidade de se “profissionalizar o voluntariado”, ou seja, submeter o voluntário às formas de planejamento e gestão mais modernas, possibilitando assim o máximo do seu aproveitamento dentro da instituição” (p. 93). Criando assim, um programa cada vez mais complexo, onde elementos como pós-graduação, sistemas de avaliação e experiências na área são exigidos, de indivíduos que deveriam apenas ser inseridos como forma de apoio a atividades do dia a dia escolar.

Essa estratégia, ainda que impulse um grau maior de formação e experiências de voluntariado, não garante que essas sejam voltadas à área educacional, podendo assim ainda ingressar pessoas de áreas de conhecimento diversas e que não necessariamente tenham formação para tal serviço. Assim, questiona-se como para uma atividade voluntária, de caráter temporário e informal, exige-se tantos elementos, e também atribuem a essas funções que deixam em aberto as atividades a serem realizadas.

Como exemplo disso, desde a portaria de 2015 até os dias atuais é perceptível o uso do trecho “executar outras ações similares que se fizerem necessárias com o mesmo grau de complexidade e responsabilidade”, proposição utilizada como forma de abrir brechas à atuação desses voluntários. Essa complexificação de atribuições não determinadas, também possibilitou a ampliação das modalidades de atendimento previstas, sendo possível perceber

ao longo das portarias uma diversificação de formas de atendimento, com diferentes públicos e funções a serem desempenhadas.

Como forma de ilustrar esse cenário, a tabela abaixo destaca quais as modalidades utilizadas em cada ano, na tentativa de evidenciar não só a quantidade de modalidades que foram criadas ao longo dos anos, mas também a falta de constância nesses atendimentos, visto que por serem divulgadas anualmente, esses critérios determinam a criação ou fim de determinado atendimento.

Tabela 4: Modalidade de atendimento previstas nas portarias do ESV, do ano de 2014 a 2024

Portaria	Modalidade de atendimento	Ano
Nº 73	Educação Integral	2014
Nº 193	Atendimento Educacional Especializado	2014
Nº 24	Educação Integral Atendimento Educacional Especializado	2015
Nº 48	Educação Integral Atendimento Educacional Especializado	2016
Nº 51	Educação Integral Atendimento Educacional Especializado 3º Ciclo do Ensino Fundamental Educação Infantil Unidades Escolares com organização semestral	2017
Nº 22	-Educação Integral -Suporte aos estudantes PCDs e TGD/TEA -Educação Infantil -Suporte aos estudantes Indígenas -Escola Meninos e Meninas do Parque -Núcleos de Ensino das Unidades de Internação Socioeducativas	2018
Nº 7	-Educação Integral -Suporte aos estudantes PCDs e TGD/TEA -Educação Infantil -Suporte aos estudantes Indígenas -Escola Meninos e Meninas do Parque -Núcleos de Ensino das Unidades de Internação Socioeducativas	2019
Nº 50	-Educação Integral -Suporte aos estudantes PCDs e TEA -Educação Infantil -Suporte aos estudantes Indígenas -Escola Meninos e Meninas do Parque -Escola do Parque da Cidade -Turmas de correção do Programa Atitude	2020

Nº 326	-Educação Integral -Suporte aos estudantes PCDs e TEA -Educação Infantil -Suporte aos estudantes Indígenas -Escola Meninos e Meninas do Parque -Escola do Parque da Cidade	2021
Nº 63	-Educação Integral- Fundamental e Infantil -Suporte aos estudantes PCDs e TEA	2022
Nº 58	-Educação Integral- Fundamental e Infantil -Suporte aos estudantes PCDs e TEA -Auxílio na integração e aprendizado de estudantes e/ou indígenas não falantes da Língua Portuguesa	2023
Nº 28	-Educação Integral-Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, incluindo-se Centros de Línguas e Escolas Técnicas -Auxiliar estudante com necessidades educacionais especiais e/ou deficiência e TEA -Auxiliar a integração e o aprendizado dos estudantes estrangeiros e dos estudantes indígenas, não falantes de Língua Portuguesa	2024

Fonte: Elaborado pela autora com base nos editais do Programa do Educador Voluntário de 2014 a 2024 (2024)

A partir da tabela apresentada, as modalidades de atendimento elegidas para cada ano do programa se ampliaram significativamente, de maneira inconstante o programa segue uma lógica de expansão das formas de suporte, ao mesmo tempo que também apresenta recuos. Essas mudanças representam a volatilidade do programa, tornando um serviço em que não é assegurado a sequência de atendimentos. Com essas ações flutuantes, o público-alvo desses suportes carecem de uma atenção contínua, sendo importante para o processo educacional o seguimento das atividades desempenhadas.

O uso do programa em atividades como o AEE, suporte a socioeducação, a educação infantil, aos estudantes estrangeiros e indígenas, que contam com estudantes que necessitam de um suporte maior e de maior complexidade torna-se questionável, visto que não é prevista formação específica para tais atribuições. Ainda que o atendimento aos estudantes que necessitem de atendimento especial estivesse previsto desde o primeiro ano de criação do programa, ao longo dos anos, especialmente a partir de 2018, se multiplicam as formas de atendimento, seguido também de um aumento expressivo de voluntários.

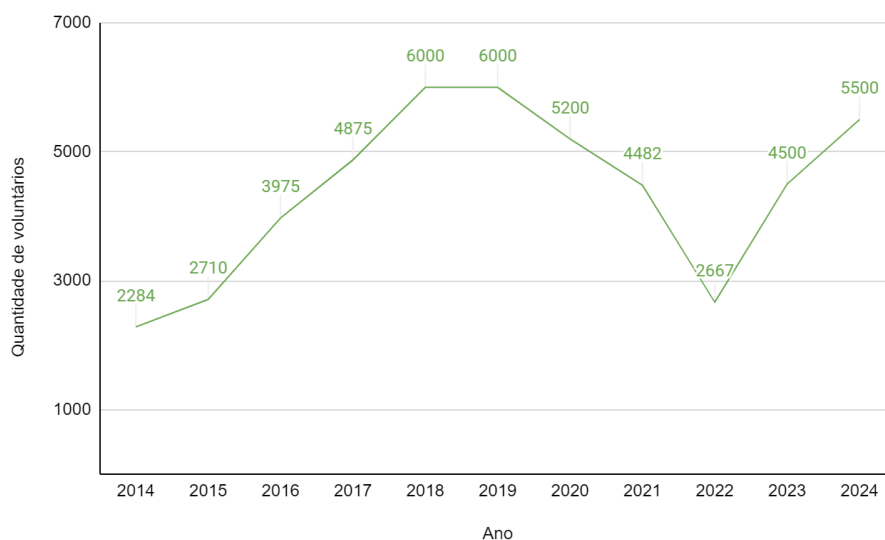
O que se observa sobre a realidade desses voluntários é que estão suscetíveis às instabilidades da estrutura do programa, em que suas atividades desempenhadas são alteradas ou até mesmo retiradas no prazo de um ano da portaria divulgada, assim como, também lidam

com a fragilidade em relação a suas condições de trabalho. Pois, “Devido à condição precária desse vínculo de trabalho, a rotatividade desses agentes é alta, especialmente nos grandes centros, o que agrava ainda mais as dificuldades de integração das atividades por eles conduzidas com as atividades da escola” (Cavaliere, 2014, p. 1216).

Diante de todos os elementos citados anteriormente que fragilizam, complexificam e diversificam esta modalidade de suporte, o fator mais expressivo deste programa é o quantitativo de voluntários atuando em tais atividades. Iniciado há uma década, o programa do ESV em seu “auge” atingiu cerca de 6 mil voluntários⁴⁸, número significativo e controverso. Esse quantitativo não chega próximo ao número previsto para cargo público semelhante, do Monitor de Gestão Educacional, atuando em atividades semelhantes às do ESV, e que nunca teve a mesma dimensão que um programa de voluntários.

O gráfico abaixo evidencia não somente a ascensão desses números, mas também a variação do quantitativo a partir de 2020, contando com oscilações no número de ESVs. Esse cenário flutuante, novamente demonstra que apesar da dimensão e tempo do programa, seu caráter transitório, dependente das implicações anuais das portarias divulgadas, não garante nem mesmo a estabilidade no número de pessoas para atuar neste suporte.

Gráfico 2: Quantitativo de vagas para o programa do Educador Social Voluntário (2014-2024)



Fonte: Elaborado pela autora com base nos editais do Programa do Educador Voluntário de 2014 a 2024 (2024)

⁴⁸ Esses voluntários são distribuídos por regiões administrativas, sendo determinado anualmente em cada portaria o quantitativo destinado a cada regional de ensino. É perceptível, ainda que variável, um quantitativo de ESVs com maior concentração em áreas mais populosas, observado considerável número de vagas nas regiões de Ceilândia, Plano Piloto e Taguatinga. Infelizmente não foi possível contemplar nesta pesquisa uma análise aprofundada sobre as regiões em que se destina este atendimento, a fim de compreender elementos transversais como maior desemprego/ menor renda.

O processo de ascensão do número de voluntários, como apresenta o gráfico 2 atingiu seu ápice entre os anos de 2018 e 2019, número atingido em duas gestões diferentes, a primeira ainda no governo Rollemberg, já a segunda no governo Ibaneis. A partir de 2020, esse número entrou em queda, diminuindo drasticamente a quantidade de ESVs atuantes neste serviço, elemento que motivou movimentações por parte das UEs, diretores, professores, pais e responsáveis, e até mesmo os próprios voluntários. Exemplo disso foi a audiência pública de 2020 apresentada no capítulo subsequente que evidencia esse cenário. Essa instabilidade, representou mais uma vez a fragilidade de tal programa, que não permite, em sua maioria por condições orçamentárias cumprir com a constância neste atendimento, o que implicou nos últimos quatro anos oscilações marcantes.

Vale reforçar que a mudança de quantitativos de voluntários no ano de 2014 e 2020. No caso do ano em que se iniciou o programa, foi previsto em abril um quantitativo de 1.664 voluntários, e que após grande demanda, o secretário de educação Marcelo Aguiar ofertou cerca de 620 vagas no mês de agosto para realizar o suporte ao AEE, atividade não prevista anteriormente, mas que foi adicionada pela Portaria nº 193 a fim de suprir essa lacuna no atendimento. Já no ano de 2020, a portaria que publicada em janeiro daquele ano ofertou cerca de 4.542 vagas, porém após erros no processo de inscrição, mudança na modulação e especialmente após a realização de audiência pública da CLDF em 17 de fevereiro, foram modificados alguns detalhes da portaria e o quantitativo chegou a 5.200 voluntários⁴⁹.

Ainda assim, diante do quantitativo exponencial de educadores voluntários, é notória uma política do GDF e da SEEDF em utilizar essa forma de atendimento de maneira contínua e crescente, sem procurar solucionar a lacuna no serviço de apoio que deveria ser prestado a esses estudantes. Desta maneira, o que se observa é

A institucionalização do voluntariado pelo Estado, neste cenário, tem implicado na isenção da responsabilidade do Estado frente à educação, o que tem levado à precarização do trabalho em seus mais diferentes níveis - salarial; político e pedagógico - com efeitos perversos no que toca os seus objetivos finais: o desenvolvimento e a aprendizagem dos sujeitos. (Marques, 2021, p. 47).

Ao analisar o quantitativo de ESVs, é fundamental considerar também o contexto em que a rede pública de ensino do Distrito Federal se encontra. Isso implica avaliar o número de professores em atividade, distinguindo entre efetivos, substitutos e aqueles em licença, assim

⁴⁹ Ambos os dados quantitativos do ano de 2020 foram disponibilizados pela página de notícias oficial do governo Agência Brasília, que divulgou o quantitativo, as portarias e os anexos. A primeira nota foi divulgada em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2020/01/24/inscricoes-para-educador-social-voluntario-comecam-dia-28/>. Já em março a reabertura das inscrições foi divulgada em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2020/03/06/reabertas-inscricoes-para-educador-social-voluntario/>.

como o total de alunos matriculados no sistema público. Esse panorama permite compreender a dimensão do programa e a demanda por atendimento. Para isso, utilizando os dados do Censo Escolar de 2022, torna-se possível através de dados atualizados compreender a dimensão do programa.

Gráfico 3: Quantitativo de Professores em exercício na SEEDF

Nome_CRE	Professores em Exercício	Professores Efetivos	Professores Substitutos	Professores em Licença
CEILÂNDIA	4.612	3.311	2.088	153
PLANO PILOTO	4.000	3.105	1.386	165
TAGUATINGA	2.916	2.734	971	164
PLANALTINA	2.597	1.856	1.189	83
GAMA	2.077	1.758	866	110
SAMAMBAIA	2.159	1.510	895	121
SOBRADINHO	1.620	1.361	641	92
GUARÁ	1.310	1.166	547	101
SANTA MARIA	1.408	1.118	619	78
NÚCLEO BANDEIRANTE	1.491	1.091	674	56
RECANTO DAS EMAS	1.544	855	856	66
SÃO SEBASTIÃO	1.101	791	574	63
PARANOÁ	1.337	789	806	59
BRAZLÂNDIA	1.208	682	732	43
	0	0	0	0
Total	29.380	22.127	12.844	1354

Fonte: Elaborado pelo Censo DF em 25 de abril de 2022.

No ano de 2022, a rede pública do DF⁵⁰ contava com 475.715 alunos matriculados e um total de 29.380 professores, dos quais 28.026 estavam ativos, conforme demonstrado no gráfico acima. Ao mesmo tempo em que o número de ESVs se apresentava em um dos seus menores quantitativos, com 2667 voluntários. Compreendendo a dimensão do quantitativo de alunos e professores da rede de ensino o número de voluntários, ainda que bem abaixo do “comum” naquele ano, ainda assim representa considerável quantitativo. Sendo que em seu auge, durante 2018 e 2019, 6 mil voluntários atuaram nesse serviço de apoio educacional.

Dessa maneira, a realidade em que se encontra o programa é prejudicial em diversos sentidos, não garantindo o direito à educação adequada aos estudantes nem mesmo condições de trabalho razoáveis aos voluntários. O fator que agrava essa situação é a continuidade do programa, somado a ausência de propostas por parte do poder público em garantir que este serviço seja prestado de forma a garantir a qualidade, o acesso, a continuidade e a segurança necessária aos alunos e demais profissionais que atuam na área. O que se percebe é a institucionalização do voluntariado pelo Estado como uma estratégia para a contratação de

⁵⁰ A relação entre o Censo Escolar do DF e as portarias poderia ser aprofundada caso as portarias que divulgam o programa do ESV especificassem as UEs atendidas pelo programa, assim como o quantitativo de voluntários enviados para cada escola, porém essa divulgação não é feita de forma regular (anualmente). Essa ausência de dados não permite, por exemplo, observar onde se concentram mais esses voluntários – se são regiões com maior desemprego / menor renda.

mão de obra a baixo custo, resultando na transferência de funções, substituindo profissionais de carreira, como o monitor escolar.

Tais elementos, se tornam ainda mais agravantes quando se trata ao atendimento aos estudantes com necessidades especiais, que necessitam de atenção e apoio em atividades diárias, pedagógicas e na interação social realizada por um profissional da área. Sob essa perspectiva, cabe uma discussão específica, para além dos elementos citados, mas também das frequentes denúncias sobre a falta de atendimento suficiente e alta demanda para o atendimento desses estudantes, como exemplo em reportagens de jornais da capital, postagens do SINPRO-DF, assim como audiências públicas voltadas a esta temática.

3.2 Papel do Educador Social Voluntário no Ensino Inclusivo

O suporte ao Ensino Inclusivo tem sido tema de maior debate com relação ao ESV, tendo em vista a alta demanda para o atendimento aos estudantes que se inserem nessa modalidade educacional, sendo esses com deficiência, Transtorno do Espectro Autista, altas habilidades ou superdotação. Essa crescente demanda se relaciona a um processo histórico de transformações na Política de Educação, que iniciou um processo de transferência do atendimento das Escolas Especiais, para inserção destes em classes “comuns”, sob uma lógica pautada na ideia de inclusão. Com isso, cabe aqui apresentar brevemente o histórico dessa política, marcada por avanços e retrocessos ao longo dos anos, e que se relacionam diretamente ao programa do ESV, tendo em vista que tal modalidade de atendimento é a mais citada em debates públicos, reportagens e até mesmo em recomendações do Ministério Público do DF.

Sob a orientação dos estudos de Zardo (2012), e Imperatori e Alencar (2023), o direito à educação para pessoas com deficiência foi marcada por um percurso de conquistas recentes, visto que historicamente a esse grupo eram direcionadas políticas de atendimento voltadas apenas a ação cristã e filantrópica. Esse cenário foi modificado com o pós segunda guerra, em que “foram marcadas pela predominância do modelo médico clínico, com base na realização de atividades terapêuticas e de reabilitação.” (Zardo, 2012, p. 71). Com isso, a deficiência era “encarada” sob uma lógica de tornar, especialmente através de serviços da área da saúde, esses indivíduos o mais próximo e adaptado possível daqueles que não possuem deficiência.

Este modelo biomédico, ainda que tenha sido desmistificado ao longo das últimas décadas, ainda se encontra presente em diversos serviços voltados a esse público. Porém, como contrapartida dessa concepção biomédica, na década de 80, período de efervescência dos movimentos sociais, também se destacou a luta pela garantia dos direitos das pessoas com

deficiência, já se pensava em uma perspectiva de um modelo social, que compreende a deficiência como uma questão coletiva, devendo articular não apenas da pessoa com deficiência, seus familiares e responsáveis, mas de toda a sociedade para assegurar sua inclusão e acessibilidade desses.

A Constituição de 1988, incluiu o direito à educação para pessoas com deficiência, com atendimento especializado preferencialmente na rede regular de ensino, e simboliza o início de um processo de transformação, avanço e superação de barreiras. Rompendo assim com um percurso histórico observado no país que, “pode-se dizer que até o final da década de 80 as ações do Estado brasileiro em relação às pessoas com deficiência eram esporádicas, isoladas e sem continuidade” (Zardo, 2012, p.72). Sendo assim, um marco legal na garantia de direitos à pessoa com deficiência também impulsionou a construção de políticas voltadas a esse público, dando destaque aqui às ações voltadas à área da educação.

Com influência de movimentos internacionais, como a “Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais”, resultado de uma conferência da ONU, da qual o Brasil foi signatário, se estabelece no mesmo ano a Política Nacional de Educação Especial (1994), também como um marco no avanço e no reconhecimento da importância da educação inclusiva. Essas conquistas serviram de instrumento para a inserção desses indivíduos, antes em sua maioria isolados do convívio social e de espaços educacionais, puderam se inserir ainda que com barreiras para adequação desses espaços e falta de capacitação por parte dos profissionais da educação.

Com isso, ao longo dos governos foram se desenvolvendo políticas públicas a esse público, sendo observado durante o governo FHC, a introdução das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, buscando o desenvolvimento das potencialidades desses estudantes. Como também, no governo Lula, exatamente em 2008 é lançada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (PNEEPI), marco utilizado na pesquisa como referência para as atividades educacionais inclusivas até os dias atuais. O foco desta política está na inserção dos estudantes com necessidades especiais em classes comuns, a fim de incentivar a interação e inclusão desses alunos, garantindo um convívio maior entre não só estudantes com e sem deficiência, mas também com os demais profissionais da educação.

Entretanto, como observado na realidade brasileira, essas políticas enfrentaram barreiras no processo de adequação em diferentes âmbitos, seja nos espaços físicos, como nos projetos pedagógicos e na formação de docentes e profissionais da educação para o atendimento. Essa dificuldade somada a falta de destinação de recursos e um crescimento

expressivo de alunos inseridos em classe comum sem a garantia de um suporte em sala de aula, construiu um cenário em que, apesar de legalmente assegurados os direitos a esses estudantes a uma educação pública de qualidade, ainda carecem na prática deste atendimento.

Como exemplo disso, embora a PNEEPEI tenha sido um marco importante no processo de inclusão este sofreu tentativas de mudanças e foi durante o governo Bolsonaro que essa política sofreu um grande retrocesso. A partir do Decreto 10.502, de 2020, instituiu-se a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Essa proposta, elaborada em um governo com explícitas inclinações para a perspectiva da ND, representou um retrocesso significativo nas políticas educacionais.

O decreto, ao invés de fortalecer a inclusão, resgata estratégias conservadoras que comprometem os avanços conquistados. Um dos principais retrocessos foi o favorecimento do ensino especial segregado, permitindo que alunos com deficiência fossem direcionados para escolas e classes especiais, em vez de serem incluídos no ensino regular. Além de reproduzir um discurso de "direito de escolha" promovido pelo governo, não significava, de fato, a possibilidade de retorno às escolas e classes especiais, mas sim a legitimação de práticas que restringem os direitos da população no processo educacional.

Como principais mudanças deste decreto, destaca-se o reforço na separação entre estudantes com deficiência e os demais, indo contra a perspectiva da inclusão total na escola comum, o aumento de escolas especializadas e classes separadas que enfraquecem a política de inclusão nas escolas regulares, e um desmonte de uma estrutura de inclusão nas escolas comuns, com o fechamento de sala de recursos. Com isso, decreto foi alvo de ações judiciais e de protestos de diversas entidades, como o Ministério Público Federal e a ONU, que apontaram que ele ia contra os princípios da inclusão, e foi suspenso no mesmo ano por ação do Supremo Tribunal Federal (STF) e em 2023, foi revogado pelo governo Lula, retomando assim as orientações da PNEEPEI.

Diante desse cenário, como conclui Imperatori e Alencar (2023)

... muito embora o Brasil tenha avançado no marco legal e institucional, o direito à educação inclusiva ainda é tensionado pela disputa de projetos políticos que negam o direito às pessoas com deficiência. As modificações percebidas ao longo do processo histórico da educação especial refletem uma disputa maior de projetos políticos, por consequência também de educação, os quais incidem na própria relação da sociedade com as pessoas com deficiência. (...) E, por se tratar de projetos de disputas, pode-se afirmar que a educação para as pessoas com deficiência na perspectiva da inclusão não é algo dado, mas que depende da correlação de forças envolvidas para que ela seja afirmada e concretizada. (p.75)

Assim, como estratégia para dar continuidade a esse atendimento, é utilizado no caso do DF alternativas mais baratas para realização deste serviço, pautada na concepção de ajuda e solidariedade, narrativa já utilizada em programas de voluntariado. Com isso, o programa do ESV, tem em um de seus focos de atuação o suporte aos estudantes com deficiência e Transtorno do Espectro Autista, entre outros, que necessitam deste apoio. Em razão da sobrecarga de trabalho docente, o qual dificilmente contava com o apoio de outro profissional em sala para dar suporte às atividades, é criada alternativas, como o exemplo do ESV, ou a transferência desses alunos para as salas de recursos, onde esse atendimento permanecia numa lógica segregada, ainda que em escola inclusiva.

Dessa maneira, como estratégia de baixo custo, o voluntário se torna uma opção menos custosa que a contratação de profissionais da educação especial, formados e habilitados a desenvolver o AEE. A existência de um cargo público voltado especificamente a mesma atividade, que tem tido sua contratação negligenciada ao mesmo tempo em que o programa do ESV tem sido expandido e continuado há uma década. Expressando o direcionamento do governo distrital de descaso com o processo de formação de pessoas com deficiência, e/ou de todos aqueles que da educação especial necessitar.

O crescimento de matrículas na rede pública somado a ausência de um quantitativo proporcional a demanda de estudantes que necessitam do AEE, provocou movimentações dos mais diversos meios, como exemplo disso publicações no site do SINPRO-DF⁵¹ que denunciam que “A Secretaria de Educação do DF aponta carência de 3 mil monitores nas salas de aula do DF, mesmo com 14 mil monitores aprovados em concurso público, válido até 2023, aguardando convocação.”, assim como, relatam que “A ausência de profissionais para auxiliar estudantes leva o caos completo ao chão da sala de aula do DF. Muitas mães e pais não têm outra saída a não ser deixar os filhos em casa, o que gera perdas pedagógicas, muitas vezes, irrecuperáveis.” (Sallorenzo, 2022).

Somado a essas denúncias do sindicato, o próprio Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) propõe na recomendação nº003/2023 a necessidade de nomeação de Monitores de Gestão Educacional, tendo em vista que a atual decisão da SEEDF em não contratar monitores e atribuir tal demanda ao programa do ESV contrária à tentativa de melhoria dos serviços públicos e garantia de direito a esses estudantes. Assim, o documento afirma que

⁵¹ SINPRO-DF é o sindicato dos professores do Distrito Federal, porém se movimenta na luta pelos diferentes profissionais da educação, participando constantemente em discussões relacionadas a políticas educacionais, incluindo o programa do ESV.

(...)a figura do Educador Social Voluntário não se revela a opção que melhor atende ao interesse público, embora seja a mais largamente utilizada pela SEEDF, visto que se trata de trabalho voluntário, para o qual não se exigem critérios de qualificação claros, e que em razão das precariedades de vínculo e retribuição possui altíssima rotatividade de profissionais (MPDFT, 2023, p. 4)

Em suma, diante dos fatos apresentados, ainda que o ESV tenha suprido em partes a esse atendimento visando a garantia do processo de inclusão esse não representa a figura adequada para tal função, visto não só a falta de formação específica desses para atuação como também a precariedade nas condições em que esses são inseridos na rede pública, sem vínculo algum. Esse serviço voluntário, descontinuado e mal remunerado representa uma tentativa de desresponsabilizar a SEEDF em de fato contratar profissionais da área e visar a melhoria na qualidade desse apoio na aprendizagem, comportamento e interação social desses estudantes.

Assim, tendo em vista que, o conteúdo das portarias foram fundamentais para o entendimento desse programa, serão aprofundadas as discussões estabelecidas no poder legislativo do DF, em audiências públicas sobre o programa, seus desafios e possíveis soluções para tal cenário. Em busca de evidenciar as forças em presença que defendem a continuidade do programa, aliado a concepções neodireitistas como forma de legitimar tal proposta, e mascarar a ausência de políticas públicas efetivas para o atendimento de apoio educacional na Educação Básica do DF.

Capítulo 4: Forças em presença

4.1 Audiência Pública 2020: Defesa ou Denúncia?

A audiência pública realizada na CLDF na manhã do dia 17 de fevereiro de 2020, foi motivada por mudanças expressivas no programa do ESV anunciadas no mês de janeiro através de duas portarias publicadas no Diário Oficial, sendo essas a de Nº 13, de 24 de janeiro, e a Nº 18 de 30 de janeiro de 2020, que divulgaram os critérios do edital do programa naquele ano. Essas duas portarias, modificaram elementos previstos em editais anteriores e determinaram expressiva diminuição de vagas, proporcionando assim uma movimentação por parte dos diretores, gestores e ESVs, a fim de pressionar o poder Legislativo e o Executivo para alteração das mudanças realizadas. Após a realização da audiência, foi publicada Portaria Nº 50 de 5 de março de 2020, que revogou as duas portarias anteriores e orientou a atuação do ESV em 2020, sendo esta pesquisa orientada por esta última publicada em março.

Nas portarias anteriores a de nº 50 de março, os parâmetros do programa sofreram modificações na quantidade de educadores, na forma de distribuição desses profissionais utilizando do processo de modulação⁵², na limitação da atuação desses ESV em apenas um turno, no processo seletivo de forma online e nas limitações orçamentárias que causaram tais cortes. Diante desse cenário, foi convocada por iniciativa do deputado distrital Iolando Souza, a partir da pressão dos profissionais da educação a necessidade de realizar uma audiência pública a fim de discutir as mudanças apresentadas. Em sua maioria, o debate foi direcionado a questão do atendimento aos estudantes que necessitam do atendimento especializado, sejam eles pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista, como também com e altas habilidades/superdotação, ainda que o programa atendesse outros estudantes.

A tabela abaixo, a fim de situar as falas dos participantes, apresenta os cargos ou entidades às quais os membros da mesa da Audiência Pública de 2020 estavam vinculados⁵³ no período em que foi realizada. Destaca-se que não foi possível identificar os vínculos dos participantes que estavam na plateia que participaram do debate, visto que a celeridade da audiência não permitiu identificar cada um desses participantes, sendo esses desde diretores de unidades escolares a mães de alunos com deficiência matriculados na rede pública de ensino.

⁵² A modulação foi um formato de distribuição utilizado pela SEEDF a partir do ano de 2020, sendo instrumento para distribuição de ESVs proporcional ao número de alunos. Expresso no capítulo III da Portaria Nº 50.

⁵³ Mudanças de cargo anteriores e posteriores não foram apresentadas.

Tabela 5: Membros componentes da banca da Audiência Pública do “Programa Educador Social Voluntário”, realizada na CLDF em 17 de fevereiro de 2020.

Membros da Audiência Pública 2020	
Iolando Souza	Deputado Distrital filiado à época ao PSC. Militar Reformado. Graduado em Teologia e Filosofia pela Universidade Católica de Brasília.
João Cardoso	Deputado Distrital filiado ao AVANTE. Auditor-Fiscal de Atividades Urbanas da Carreira Ambiental e Professor da Secretaria de Educação do GDF.
Izabel Cristina Rodrigues	Pesquisadora na área de genética e autismo, professora Adjunta da Universidade de Brasília. Presidente da Comissão Científica da Associação dos Biomédicos. Mãe de estudante com necessidades especiais.
Bispo Renato de Andrade	Secretário de Relações Parlamentares.
Ana Paula Batista	Presidente do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal (CODDEDE).
Thiago Freire	Subsecretaria de Educação Inclusiva e Integral (Subin).
Dimas Oliveira	Assessor na Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação (SUPLAV).
Alexandre Rodrigues Veloso	Conselheiro da Educação do Distrito Federal- substituição do diretor do conselho.
Juvenal Araujo Júnior	Subsecretário da Secretaria Extraordinária da Pessoa com Deficiência e da Subsecretaria de Políticas de Direitos Humanos e de Igualdade Racial (SUBDHIR).

Fonte: Elaboração própria (2024)

Com a contextualização dos membros da sessão, foi possível observar a diversidade dos participantes do debate realizado e os diferentes pontos de vista que serão apresentados, dessa forma esta pesquisa focou apenas nas falas desenvolvidas pelos membros do quadro acima, visto o conteúdo e a clareza inclusive sonora⁵⁴ durante a audiência. Importante ressaltar que houve outras falas do público presente, mas que parte delas não puderam ser compreendidas plenamente, como por exemplo perguntas realizadas durante o debate que não foram captadas pelo sistema de som da audiência, impossibilitando o total entendimento. As

⁵⁴ A audiência pública realizada no dia 17 de fevereiro de 2020 foi transmitida pelo canal da CLDF no *Youtube*, e contou com o sistema sonoro do auditório da Câmara, que possibilitou a transmissão de som e reprodução *online*, porém parte das falas realizadas não foi possível captar pelo sistema de som.

limitações apresentadas não comprometeram totalmente o debate e foi possível fazer a análise a partir das falas dos membros da mesa, que contemplaram 1 hora e 36 minutos do debate.

A audiência se inicia com a fala realizada por Iolando Souza, que presidiu o debate, explicitando a temática e expressando seu ponto de vista a partir dos conhecimentos sobre o programa do ESV. Como inquietação principal a mudança na modulação, o insuficiente número de ESVs e a distribuição limitada, principalmente aquelas voltadas para o atendimento aos estudantes com deficiências, foi elemento repetitivamente abordado, porém a forma de reivindicação e de resolução dessa situação foram diversas. Em sua apresentação, o deputado Iolando apresenta que

O educador social contribui muito com as escolas no dia a dia, pois desempenha um papel em que auxilia nas atividades pedagógicas no desenvolvimento de palestras, oficinas, campeonatos, **suportes administrativos** e tecnológicos. O ESV também tem um papel fundamental para a população. Ele é o responsável por **intervir nos problemas de pessoas que estejam em situação de risco, vulnerabilidade social ou que estejam submetidos a algum tipo de exclusão** utilizando ferramentas pedagógicas para integração dessas pessoas portanto são **profissionais** de extrema importância para sociedade especialmente para os estudantes com deficiências e ressalto aqui também que em abril do ano passado (abril de 2019), foi aprovado o PL de regulamenta a profissão do educador social então quero expressar com vocês educadores sociais minha admiração. (Iolando Souza, 2020, 6min24s) (grifo nosso).

A partir da fala de Iolando, uma série de equívocos sobre a função e as atividades desempenhadas pelo ESV se tornam recorrentes nas falas, tendo em vista a atribuição do ESV como responsável por situações de vulnerabilidade assim como no suporte de funções administrativas, que em si não são previstos na portaria que publiciza o programa. De acordo com o edital apresentado no ano da audiência em questão é explícito no Artigo 16 da Portaria Nº 50 de 2020, que “Fica **vedada** a atuação de Educadores Sociais Voluntários em atividades **administrativas**, atendimento **exclusivo** de Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais e Educação Precoce e em **outras atribuições não previstas nesta Portaria**” (Distrito Federal, 2020) (grifo nosso). Dessa maneira, já de início a audiência apresentam-se equívocos sobre as funções e atribuições designadas a esses voluntários, o que se reproduz ao longo das demais falas.

Dando seguimento a audiência, o deputado João Cardoso, representante do partido AVANTE e defensor do programa, discursa em parceria com as concepções de Iolando. O início de sua fala apresenta seu histórico de atuação enquanto professor da secretaria de educação e explicita suas relações familiares, como forma de aproximar-se ao público, ao apresentar seu “entendimento” sobre o complexo processo de educação e “criação” de

crianças e adolescentes com deficiência. A partir dessa aproximação, reconhece o papel do ESV no processo de escolarização desses estudantes, e destaca a desvalorização de tal profissional tanto pela sua ausência de direitos trabalhistas como também pela baixa ajuda de custo fornecida a esses.

Apesar da sua compreensão da situação desses voluntários, este apresenta em seu discurso a ideia de que o trabalho realizado por esses é motivado pelo emocional, visto que para o deputado, “Eu vejo neles (ESV) o desejo, a vontade deles fazerem por amor” (João Cardoso, 2020, 18min46s). Nesse sentido, a fala do deputado relaciona a histórica concepção do voluntariado a qual associa a atividade desses a um caráter de devoção e altruísmo, dando um sentido contraditório ao que deveria ser o atendimento educacional especializado. O voluntário é historicamente associado à ideia de caridade, seja ela de cunho religioso ou sob a perspectiva da cidadania (Souza, 2008), como apresentado no Capítulo 2 da pesquisa, e essa intrínseca associação é baseada em preceitos religiosos e morais que há séculos se reproduzem.

Essa perspectiva, ainda que tenha evoluído, segue uma lógica de que é não só “vinculada a uma questão vocacional, altruística e de amor e, também, começa o apelo para o desenvolvimento da consciência em torno da responsabilidade social, acompanhando a onda das políticas de responsabilidade social, preconizadas mundialmente.” (Queiroz, 2019, p. 58).

João Cardoso ainda apresenta como compromisso enquanto parlamentar propor uma solução para a instabilidade e precarização do ESV, que segundo ele deveria ser resolvido através de uma contratação terceirizada desses profissionais, formalizando assim na verdade o cenário de precarização. Essa fala foi definida ao dizer que, “Já tenho uma conversa iniciada com o Secretário João Pedro, e levaremos juntos a solução definitiva que pra mim passa a ser a contratação desses educadores sociais voluntários que seja por uma empresa terceirizada” (João Cardoso, 2020, 20min). Determinando assim, o sentido ao qual o programa do ESV deveria seguir para solucionar tal condição de precarização, buscando através de uma empresa privada garantir o atendimento a estudantes que necessitam desse apoio às atividades.

A partir das falas que se iniciaram as discussões da audiência, torna-se notória por parte dos deputados e dos partidos ao qual são filiados o ponto de vista sobre o programa e o projeto de educação que defendem. Sendo perceptível através das narrativas apresentadas não só o desconhecimento sobre as atribuições desses voluntários, que deveriam atuar somente como um serviço “de caráter complementar aos serviços regular” (Distrito Federal, 2020, p.5), mas também, uma tentativa de promover a realização dessas atividades por uma empresa através da terceirização dessa figura. Deslocando funções e desresponsabilizando o Estado em

garantir esse atendimento, ensino e aprendizagem desses estudantes que têm seus direitos previsto no capítulo IV, da Lei nº 13.146 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e devem ser garantidos e respeitados. Ainda que responsáveis por convocar a audiência, questiona-se a fundamentação de ambos sobre o assunto e sobre a gravidade das condições dessa forma de atendimento e realidade vivenciada nas escolas públicas.

Em sequência, com fala em protesto a atual estrutura do programa e como forma de denúncia a forma de atendimento realizada pelo ESV, Izabel Cristina Rodrigues, discursa em favor da garantia do direito aos estudantes que necessitam do AEE e que tem seus direitos negados ou executados de forma inadequada ao previsto em lei. A discussão apresentada pela professora, pesquisadora e mãe de estudante autista, é elaborada como forma de apresentar dados técnicos e direcionar o debate a uma ideia de que “é muito mais do que sofrimento, senhor deputado que falou agora, mas estamos cobrando aqui por questões legais” (Izabel Rodrigues, 2020, 24min13s). Seu discurso foi baseado em parâmetros legais, em especial com o uso e leitura da Lei Nº 12.764, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro, e que apresenta a garantia do AEE. Determina-se assim que “Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado” (Brasil, 2012).

Nesse viés, a discussão sobre o uso do ESV como forma de garantir o AEE se torna polêmica, visto que a função voluntária não exige a formação desses para atuar nessa forma de atendimento. O que na verdade acontece é que nos critérios de avaliação para ingresso do programa (Anexo IV) pode ser pontuado a formação e as experiências realizadas por esses candidatos, porém caso esse não tenha experiência ou formação comprovada em relação a Educação Especial isso não implica sua desclassificação. Ainda que a diminuição do quantitativo para o atendimento foi fator de motivação para realização da audiência, este espaço também foi utilizado para ressaltar a precariedade e por vezes o despreparo desses voluntários para realização do atendimento, pois nota-se nesse e em portarias anteriores a falta de obrigatoriedade de que esse atendimento seja realizado por profissional de fato formado na área.

Ainda que, nas legislações como PNEEPEI, no Estatuto da Pessoa com Deficiência, e a Lei Berenice Piana, o AEE não tenha claro qual exatamente é o profissional específico para a atuação, é de suma importância que este esteja apto para tal atividade e que tenha ao menos vínculo profissional para tal função. Sobre as lacunas apresentadas na legislação, é por meio da Resolução Nº 4, de 2009, que se instituiu as Diretrizes Operacionais para o Atendimento

Educacional Especializado na Educação Básica, como apresentado no Anexo V, que determina as atribuições e o perfil do profissional responsável por esses suporte, expresso no artigo 12 diz que “Para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial.” (MEC, 2009, p.3).

Sendo assim, deixa claro através de resolução que este atendimento deverá ser realizado por profissional habilitado por meio de formação específica, e não prevê o uso do voluntariado sem o critério de formação e experiência como possibilidade a esse tipo de atendimento. Demonstra-se assim que o programa representa uma descaracterização do que é previsto em lei.

Seguindo essa discussão, na apresentação da professora Izabel, questiona-se a ambiguidade de profissionais apresentados na educação do DF, como os Monitores (profissionais de carreira) e os ESVs como opções oferecidas pela SEEDF para a garantia desse atendimento, e que ainda assim teriam sofrido com a redução do quantitativo desses disponíveis. E nesse sentido, argumenta que a conduta do Estado não tem se alinhado com o que é previsto a esses estudantes, destacando que

Nesse contexto que fica evidenciada a legitimidade que envolve direito fundamental à educação inclusiva nós temos nos deparado com um cenário de um **Estado social em crise em que as garantias constitucionais não são cumpridas**, tanto pelo Estado quanto pelo particular. Mas o princípio da reserva do possível consubstancia aquele em que o Estado para prestação de políticas públicas que inclui os direitos sociais e prestacionais deve observar em cada caso concreto três elementos: necessidade, distributividade dos recursos e eficácia do serviço. Conforme dito anteriormente, o poder público encontra-se limitado economicamente não tendo condições de atender toda a população indistintamente, mas por outro lado, o princípio da reserva do possível apesar de fundamental importância não deve ser banalizado, justamente para que não somente as desigualdades já existentes garantindo alguns direitos e restringindo outros. **Então o descumprimento do mínimo existencial configura lesão ao direito a condições mínimas para existência do ser humano** como demonstram os diversos doutrinadores da área do direito.” (Izabel Cristina, 2020, 26min13s) (grifo nosso)

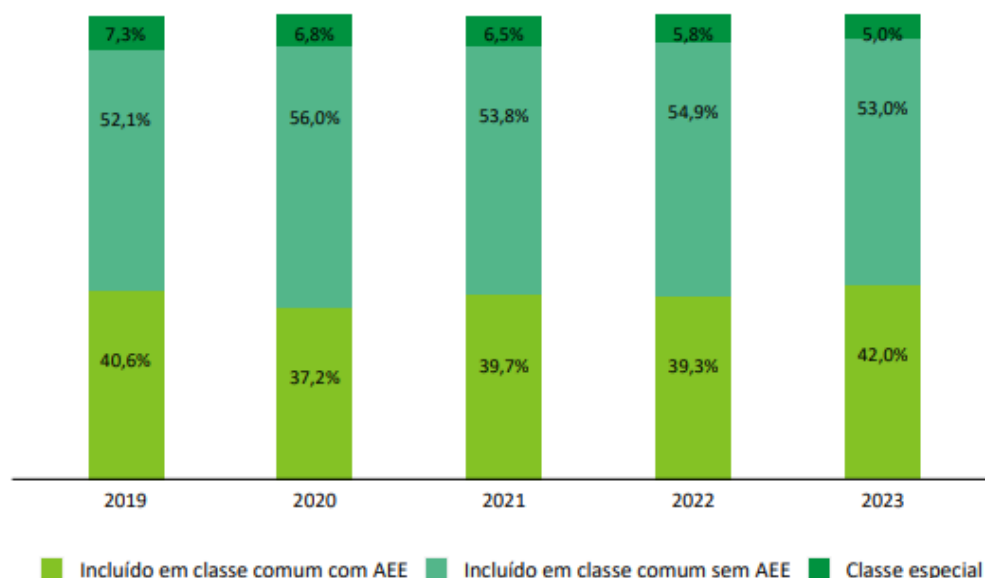
Dessa maneira, justificado pela diminuição do orçamento, previsto pela Lei Orçamentária do ano anterior, o PDAF que disponibiliza os recursos para o programa do ESV sofreu com a redução do seu quantitativo, dificultando ainda mais a garantia desses alunos a um acesso ao atendimento. Evidenciando a dificuldade não só na prestação deste serviço complementar como também a não garantia de qualidade desse atendimento, tendo em vista a

desproporcionalidade de ESV por alunos com necessidades especiais matriculados no Ensino Básico no DF.

Ressaltando que, o serviço do programa do ESV ainda que usado para as outras formas de suporte ofertados naquele ano, como na Educação Integral, na Educação Infantil, na Escola de Meninos e Meninas do Parque, no fluxo do Programa Atitude e no suporte a estudantes indígenas, o foco da discussão na audiência permaneceu sobre a desproporcionalidade no caso da Educação Especial.

Essa realidade também é observada em âmbito nacional, pois segundo os dados do INEP, a inserção dos estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação que frequentam classes comuns que necessitam do AEE não tem tido esse atendimento assegurado. Dado ao qual foi possível observar através do Censo Escolar, evidenciado no gráfico abaixo, em que se expressa significativa porcentagem em que há ausência desse atendimento.

Gráfico 4: Percentual de matrículas de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação que frequentam classes comuns – com e sem atendimento educacional especializado (AEE) – ou classes especiais exclusivas – Brasil– 2019-2023

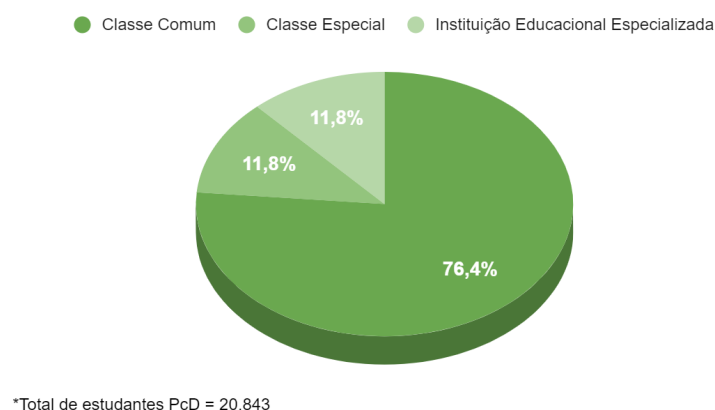


Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica

Assim, com o dado apresentado acima e as falas proferidas pela pesquisadora Izabel Cristina, denunciam a alarmante situação em que se encontra essa forma de atendimento, a qual no ano da audiência em questão apresentou percentual de 56%, que estão incluídos em classes comuns sem a garantia do AEE no cenário nacional. Dessa maneira, no caso do DF,

segundo Neiva (2022) com a tabela abaixo, no ano de 2019, demonstrou que um percentual de 76,4%, cerca de 15.924 estudantes com deficiência, matriculados em classes comuns e no mesmo período em que na rede pública de ensino possuíam cerca de 6 mil de ESVs.⁵⁵

Gráfico 5: Percentual de estudantes da Educação Especial matriculados na rede pública de ensino do Distrito Federal (2019)



Fonte: Elaborado para Trabalho de Conclusão de Curso de Clara Neiva com base nos dados publicados pela Secretaria de Educação do Distrito Federal (2022).⁵⁶

Os percentuais de alunos com deficiência inseridos em classes comuns supera mais que o dobro de voluntários, e demonstra a carência de recursos e profissionais para esse atendimento. E por isso, seguindo essa lógica o representante da Subsecretaria de Educação Inclusiva e Integral (Subin), Thiago Freire justifica em sua fala durante a audiência as dificuldades enfrentadas pela secretaria de atender essa demanda, e argumenta que o atendimento ofertado não é possível ser individualizado ao dizer que

A Subin hoje trabalha, não na forma do atendimento pessoal, mas sim com o profissional de apoio, não que isso não possa ser revisto, pode ser repensado essa situação. Mas hoje como foi pensada a modulação como profissional de apoio exclusivamente (...) A gente não tem condições hoje, na Secretaria de Educação, de suprir um educador e um monitor, por falta de pessoal, para cada estudantes que exige atendimento exclusivo (Thiago Freire, 2020, 44min40s)

Com isso, durante a exposição de seus argumentos, na tentativa de justificar o porquê das mudanças observadas nas portarias daquele ano, que transformaram a forma de distribuição dos voluntários, Thiago traz em diversos momentos de sua fala como justificativa que para a secretaria o ESVs surgiu sob a ideia de “profissional de apoio escolar”, “atendente

⁵⁵ Cabe aqui relembrar que esse quantitativo não atendia exclusivamente ao AEE, sendo parte desses quantitativo responsável pela Educação Integral, Infantil, etc.

⁵⁶ Fonte dos dados consultada em: Site da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (<https://www.educacao.df.gov.br/educacao-especial/>), no dia 30 de março de 2022.

peçoal” ou “acompanhante”, e não como um atendimento educacional especializado. Entretanto, no ano do surgimento do programa do ESV em 2014, expresso na portaria nº 193, determinava-se que a atuação desses voluntários seria “com a finalidade de dar suporte ao **atendimento educacional especializado** nas instituições educacionais comuns da Educação Básica e nos Centros de Ensino Especial” (Distrito Federal, 2014). Demonstrando que essa atribuição que permaneceu na descrição das portarias foi uma das motivações para continuidade do programa, visto a carência desse suporte às UEs do DF, e a decisão da SEEDF de utilizar o voluntariado como forma de preencher essa lacuna.

Com isso, na fala de Thiago, como representante da gestão da educação, não só essa dificuldade de fornecer esse atendimento por falta de profissionais torna-se uma barreira, mas também destaca a falta de recursos que foram direcionados a este programa, no ano em questão. Somado a essa perspectiva, Dimas Oliveira, assessor na SUPLAV DF, esclarece que apesar do programa do ESV ser projeto já consolidado na SEEDF, esse apresenta instabilidades, e que no atual período os recursos ofertados para realização do programa haviam sido reduzidos a um terço do quantitativo do ano anterior.

O assessor traz dados sobre o financiamento e o funcionamento do programa, apresentando dados técnicos como os valores repassados ano anterior (2019), que chegou a cerca de 113 milhões de reais destinados às atividades do ESV, e que no ano em questão (2020) esse percentual foi de apenas 80 milhões (CLDF, 2020). Assim, apresenta-se um cenário de corte de gastos aos serviços de apoio à educação, se atendo a falta de recursos e ressalta a necessidade de ação por parte dos poderes Legislativo e Executivo em aprovar a liberação de mais recursos para este serviço. Por isso, reforça que a mudança na modulação não foi o responsável pela diminuição desses voluntários, mas que na verdade os recursos previstos para o PDAF naquele ano haviam sofrido cortes expressivos.

Apesar da falta de soluções diante desse cenário, o que se propõe “É um apelo que faço junto à Câmara Legislativa para que a gente consiga suplementar o programa de trabalho do PDAF, tanto para dar um suporte maior às nossas unidades de ensino quanto para que a gente possa contratar mais educadores sociais voluntários”. (Dimas Oliveira, 2020, 1h10min5s). Nesse sentido, tendo em vista a necessidade desse atendimento e o reconhecimento da importância desse suporte, o apelo que se tem é da expansão do número de vagas, sem modificações no caráter do voluntariado. Ainda que essa modalidade de atendimento apresente uma alta rotatividade, ausência de direitos trabalhistas e comprovada formação na área, assim como, uma ajuda de custo ínfima, não se discute por parte dos representantes do governo a criação de alternativas que de fato garantam um atendimento de

qualidade e formação continuada como também a segurança a esses trabalhadores, que até então ainda são vistos como meros “ajudantes”.

O uso do voluntariado passa ser extensivo, a ponto de se pensar a expansão e continuidade do programa ao invés da mudança ao atual modelo que vem sendo implementado pela SEEDF. Essa ideia é reforçada nas demais falas apresentadas ao decorrer da audiência, com concepções de que o ESV na verdade foi um programa inovador visando facilitar as atividades do professor, especialmente em atividades da rotina diária (CLDF, 2020). Esse suporte pensado ainda que amenize o processo de intensificação do trabalho docente, infelizmente pela forma em que vem sendo pensada, utiliza de uma figura desvinculada a rede pública de ensino a realizar atividade essencial no processo de formação e no acompanhamento das atividades diárias.

Com isso, ainda que haja um reconhecimento por parte dos deputados, e demais participantes da banca de discussão em sua maioria se pensa o voluntariado como ação pautada em preceitos morais, em defesa da solidariedade e cidadania, e amor ao próximo, ao invés de pensar naquele serviço enquanto direito. Além disso, o voluntariado como ação flutuante e desqualificada se torna estratégia mais econômica e rápida adotada pelo Estado (Araujo, 2008), a fim de apaziguar o cenário de negligência ao direito à educação desses estudantes.

As demais falas apresentadas, seguiram uma lógica de apoio e acolhimento as denúncias sobre a falta desses atendimentos, entre elas Ana Paula Batista representante do CODDEDE⁵⁷, e Alexandre Rodrigues do Conselho de Educação, oferecem apoio a esses educadores e aos responsáveis de crianças que necessitam do AEE. Essa abertura, ainda que ofereça papel de controle social e fiscalização das políticas públicas, como apresentado por ambas, não tem competência para regulamentar ou alterar as condições de trabalho do ESV, nem a estrutura do programa, somente é capaz de apoiar e denunciar situações incompatíveis aos que está previsto.

Dessa maneira, o que fica claro nos posicionamentos da gestão do governo é que esse se atém a questões quantitativas dos recursos disponibilizados naquele ano, não respondendo ou buscando solucionar o cenário, tendo como única proposta um processo de terceirização, transferindo a responsabilidade desse suporte a uma iniciativa privada. Entretanto, sob a perspectiva da professora Izabel, a necessidade de garantir o direito ao acesso à educação de

⁵⁷ CODDEDE é o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal, é um órgão governamental de representação participativa direta do segmento das pessoas com deficiência, de natureza permanente e atuação independente, de composição paritária e caráter deliberativo.

forma a atender as particularidades, especialmente de alunos que necessitam do AEE, não devem ser encarados pelo poder público apenas como uma demanda a ser postergada mas sim um dever do Estado em garanti-lo. Compreendendo que a educação pública, e mais ainda a Educação Inclusiva, requer adequações de caráter pedagógico, arquitetônico, atitudinal e na formação desses profissionais (Imperatori; Alencar, 2023).

Assim, a partir do debate analisado fica claro que em maioria a inserção desses estudantes em classes comuns ainda carece do AEE, sendo questionável esse processo de inclusão sem mudanças na realidade dos atendimentos prestados, e sem a iniciativa da SEEDF em promover a contratação de profissionais especializados e em quantitativo proporcional a demanda desse atendimento. Além de não garantir um atendimento de qualidade, reproduz a ideia de um voluntariado como figura essencial para o suporte dessas atividades, sem garantias básicas trabalhistas.

Esses elementos, na verdade, reforçam as concepções da ND, utilizando-se em ambas as perspectivas neoliberais e neoconservadoras, o uso de estratégias legais para sua implementação. Sendo as portarias anuais, justificadas por PL nº 868/2019, e decretos como o nº 37.010, criado no governo Rollemberg, e o Decreto nº 39.734 criado no governo Ibaneis, que legitima o uso do voluntariado em atividades do serviço público, buscando expandir a atuação desses sujeitos em diferente políticas públicas. A educação como um dos alvos principais deste grupo ideológico, sofre com a ascensão do projeto que defendem e enfrentam dificuldades para romper esses direcionamentos.

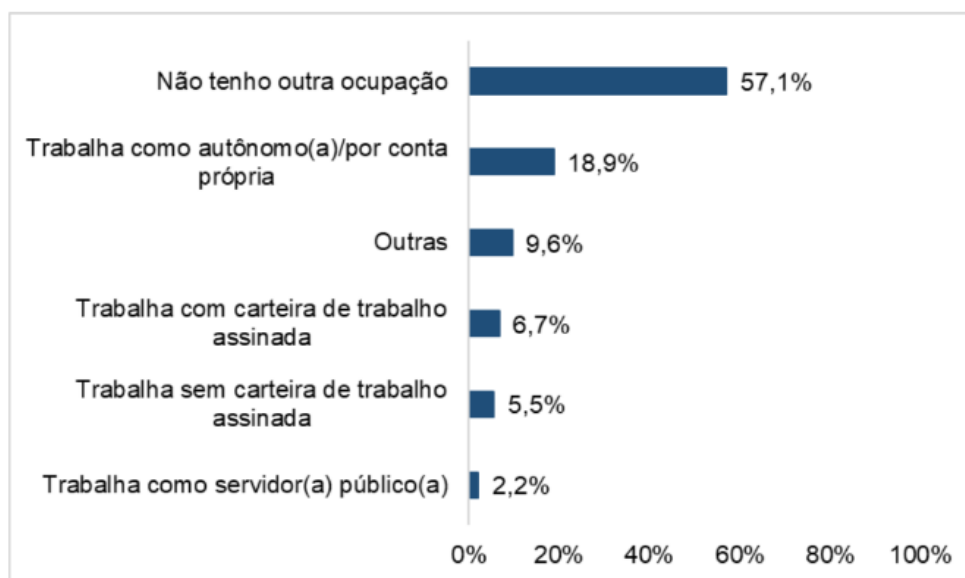
Importante reforçar que esse cenário se aprofunda após a realização da Audiência Pública, visto que ao fim de fevereiro de 2020, a pandemia da Covid 19 se agravou e modificou o contexto mundial. A doença causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2), começou em 2019 e rapidamente se espalhou pelo mundo, tornando-se uma das crises sanitárias mais graves da história moderna. A crescente transmissão e disseminação da doença, estimulou muitos países, incluindo o Brasil, a tomar uma série de medidas para conter o contágio, sendo a paralisação de atividades presenciais amplamente adotadas.

A paralisação das aulas foi uma das medidas de contenção da disseminação do vírus, visto a necessidade do distanciamento social, as escolas e universidades foram vistas como ambientes de alto risco de propagação. Tendo em vista a realidade do DF, as atividades educacionais foram suspensas sem prazo determinado para volta às aulas, tendo em vista que a maioria das escolas não tinham os recursos e o suporte necessário para atender requisitos básicos de higiene, como os equipamentos de proteção individual (EPIs).

Nesse cenário de crise sanitária, o educador social voluntário foi uma das figuras mais afetadas na área da educação, visto a sua ausência de vínculo trabalhista. Esses indivíduos afastados das UEs por motivo de força maior não podiam realizar suas atividades e assim não recebiam a ajuda de custo. Como previsto na Portaria Nº 50 de março, do ano em questão, se reverbera o critério no Artigo 22 ao estabelecer que “§6º Em caso do não comparecimento ao local de atuação, independente da apresentação de Atestado Médico ou de qualquer outro tipo de declaração, o Educador Social Voluntário não fará jus ao pagamento do valor naquele dia” (Distrito Federal, 2020).

Ainda que previsto pelo PDAF, fonte dos recursos para o repasse da ajuda de custo, a suspensão das atividades na educação no sentido geral não permitia aos ESVs receber tal valor⁵⁸, colocando esses profissionais em situação de completo desamparo. Ainda que, o programa tenha a denominação de voluntário, a realidade que se apresenta e é afirmada pela atualizada pesquisa do IPEDF (2024), mostra que cerca de 57,1% não tem outra ocupação além do programa do ESV, sendo assim para a maioria a única fonte de renda, como retratado na figura abaixo.

Figura 4: Figura que apresenta a ocupação dos entrevistados pela pesquisa do IPEDF além do Educador Social Voluntário



Fonte: Educação Inclusiva no Distrito Federal - 2024
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan

Diante desse cenário, que se perpetua desde a criação do programa, a situação enfrentada em 2020 foi de extrema precariedade, visto que o contexto não permitiu a continuidade das aulas presenciais logo impedia a execução das funções desse voluntário,

⁵⁸A ajuda de custo destinada aos educadores sociais voluntários neste período era de R\$30 diários, de acordo com a Portaria Nº 58, de 20 de janeiro de 2023.

deixando esses profissionais completamente desassistidos em razão sua ausência de vínculo a SEEDF e a ausência de qualquer direito trabalhista⁵⁹.

O contexto da pandemia expôs mais uma vez a fragilidade em que se encontram os ESVs, os quais não possuem direitos básicos que garantam a segurança desses profissionais de apoio. Submetidos a um regime informal de trabalho, mascarado a nomenclatura do voluntariado, esses profissionais são expressivos não só em quantidade como também na importância no atendimento aos estudantes que necessitam do AEE.

Como afirma Marques (2021), responsável por uma das poucas pesquisas sobre o ESV, é evidente que “O desemprego é, sem dúvida, um dos grandes problemas entre os voluntários participantes da pesquisa que veem na ajuda de custo e na experiência profissional motivações importantes para o ingresso no programa” (p.35). E que apesar da audiência realizada, pouco se discutiu na real modificação do caráter trabalhista desses educadores, permanecendo a reprodução de uma lógica paliativa em relação a essa forma de atendimento, que desde 2014 apresenta expressiva fragilidade, não só nas condições de trabalho e ausência de direitos, mas também na garantia de um atendimento adequado e contínuo aos estudantes.

4.2 Reunião Pública 2024: Dados e Realidade

A reunião pública realizada na CLDF, na tarde do dia 12 de agosto de 2024, por iniciativa da Frente Parlamentar da Educação Inclusiva⁶⁰, teve como objetivo apresentar a pesquisa do IPEDF sobre a “Educação Inclusiva no Distrito Federal- o papel dos/as educadores/as sociais voluntariado/a”. Diante da falta de dados sobre essa figura, e sua frequente aparição em discussões sobre a educação do DF, em especial sobre o AEE, se fez necessária a realização de uma pesquisa com o objetivo de conhecer o perfil desses educadores, suas atribuições e ações contextualizadas na realidade vivida por esses e na compreensão do papel desses na Educação Inclusiva⁶¹ no DF. Nesse sentido, o quadro abaixo

⁵⁹ Como resposta, a ação que buscou amenizar a situação surgiu de um grupo de deputados, Prof. Reginaldo Veras, Rafael Prudente, João Cardoso e Júlia Lucy em conjunto ao Poder Executivo, criaram a Lei Nº 6.579 de maio de 2020, que “Dispõe sobre Programa de Renda Temporária para os Educadores Sociais Voluntários durante a vigência do estado de calamidade pública decretado no Distrito Federal devido à pandemia da Covid-19”.

⁶⁰ A Frente Parlamentar da Educação Inclusiva foi lançada em 7 de março de 2023, presidida pelo Deputado Distrital Fábio Félix, na intenção de pensar na realidade de Política de Educação Inclusiva no Distrito Federal. Seu lançamento contou com a presença de outras figuras importantes na discussão sobre a inclusão no DF, e foi matéria no canal de informações da CLDF. Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/-/no-lancamento-da-frente-parlamentar-em-defesa-da-educacao-inclusiva-integrantes-de-fendem-mobilizacao-e-trabalho-em-conjunto>.

⁶¹ Importante ressaltar que as atividades do Programa do ESV se estendem a outras modalidades de atendimento, previstas na portaria de 2024, como Educação Integral (Infantil, Fundamental e Médio), alunos estrangeiros e indígenas não falantes da Língua Portuguesa. Porém como temática principal da pesquisa a Educação Inclusiva é tema principal do estudo e da reunião.

apresenta os membros da banca presentes na reunião realizada e os vínculos institucionais desses, no período em que foi realizada a discussão.

Tabela 6: Membros componentes da banca da Reunião Pública dos “Resultados da Pesquisa IPEDF sobre Educadores Voluntários”, realizada na CLDF em 12 de agosto de 2024

Membros da Reunião Pública 2024	
Fábio Felix	Deputado Distrital desde 2019, filiado ao PSOL. Graduado em Serviço Social na UnB
Marcela Machado	Diretora de Estudos e Políticas Sociais no IPEDF. Graduada, Mestre e Doutora em Ciência Política na UnB. Pós-doutoranda pelo INCT
Jaqueline Borges	Coordenadora de Estudos e Pesquisas Qualitativos de Políticas Sociais no IPEDF. Graduada e Mestre em Ciências Sociais na UFPR
Carlos Maciel	Diretor de Política Educacional do SINPRO-DF. Professor da Educação Básica
Aludy Gonçalves Faria	Educadora Social Voluntária

Fonte: Elaboração própria (2024).

Essa reunião apresenta um caráter técnico a fim de divulgar os achados da pesquisa realizada que contou com uma amostra composta por 1.856 educadores sociais voluntários que atuaram no DF durante os anos de 2013 a 2023, por meio de questionários e grupos focais, e entrevistas com gestores da Secretaria de Educação e com diretores de escolas públicas. Ainda que o foco tenha sido a apresentação dos resultados, a reunião foi realizada para abrir espaço para um diálogo⁶² de possíveis soluções e estratégias para o programa, que há 10 anos de seu início ainda apresenta contradições, desafios e uma significativa demanda deste serviço prestado.

Nesse sentido, como dito pela diretora de Estudos e Políticas Sociais, Marcela Machado, esse momento de divulgação dos achados da pesquisa servem para construção de um diálogo entre as áreas de pesquisa e o governo distrital, sendo possível através desses dados apresentados subsidiar novas estratégias para as políticas de Educação Inclusiva, e repensar também as condições de trabalho desses educadores. Assim, por meio dessa reunião que durou cerca de 1 hora e 26 minutos, buscou-se englobar os principais achados da pesquisa

⁶² A reunião como apresentada no gráfico acima, teve a presença de apenas dois parlamentares um do PT e outro de PSOL, e não contou com a presença de deputados vinculados a partidos de direita, como exemplo os deputados Iolando Souza (MDB) e João Cardoso (AVANTE) que participaram da audiência de 2020 sobre a temática do ESV.

e debater com público presente os desafios e as possibilidades para enfrentar a situação atual, na tentativa de movimentar ações do poder Executivo e Legislativo para promover mudanças. As falas iniciam-se com a apresentação dos membros da mesa, e sob a orientação do deputado Fábio Félix é conduzida a discussão, sendo iniciado por esse a fala da importância e da complexidade desse programa.

Com isso, o deputado discute a necessidade de se olhar para dois principais fatores, um no quesito trabalhista e outro na questão da política educacional, e mais especificamente na Educação Inclusiva. As dificuldades observadas criam uma necessidade de propor soluções apropriadas a realidade vivenciada, e reflete

Como a gente pode criar uma engrenagem ou um mecanismo que seja garantidor de direitos às crianças e adolescentes que estão dentro das escolas públicas, mas também garantir no mínimo condições e dignidade a esses trabalhadores(as) que ocupam uma função com nomenclatura “Educadores voluntários”, mas que são trabalhadores(as)? Esse nome voluntário ele não representa a realidade que eles têm se dedicado a fazer e muitas vezes sem qualificação e orientação para realizar esse trabalho (Fábio Félix, 2024, 2min22s)

Diferenciando-se da audiência pública de 2020, a discussão realizada em 2024 foi focada na garantia de direitos não só dos estudantes, mas também na urgência do reconhecimento do trabalho e a necessidade de mudança do caráter voluntário, visto que as atividades realizadas por esses não condizem com tal denominação. Além disso, denunciam a falta de atitude da SEEDF e do GDF em garantir a melhoria desses serviços, demonstrando as brechas que o atual governo tem utilizado para manutenção desse caráter voluntário, e incentivando não só na área da educação mas em outros serviços o uso do voluntariado. A pesquisa realizada teve a intenção de conhecer melhor o perfil desses voluntários e assim tornar-se instrumento para subsidiar propostas de mudança desse atual cenário.

Essa estratégia tem encontrado brechas na legislação, como no Decreto Nº 39.734 de 2019, e na validação política para sua continuidade, sob um discurso pautado em fundamentos de caráter conservador, voltado à lógica da solidariedade, sensibilidade e cooperação mútua (Distrito Federal, 2019). Como exemplo disso, no próprio PL Nº 868/2019 (Anexo II) que busca reconhecer o exercício da atividade do Educador Social Voluntário, de autoria do deputado João Cardoso, não se expressa uma preocupação na garantia de direitos trabalhistas a esses profissionais, assim como na melhoria das condições de trabalho, capacitação e remuneração proporcionais à atividade. O texto, estabelece na verdade, que

Com isso, entendemos que o reconhecimento do exercício da atividade de Educador Social Voluntário (ESV), no âmbito do Distrito Federal, servirá para mostrar a todos a necessidade de enaltecer,

facilitar e apoiar os serviços prestados por esses cidadãos que **atendem com amor e dedicação** os alunos que por eles são assistidos. (Distrito Federal, 2019, p. 2)

A proposta, agora consolidada em forma de lei, reflete o projeto político do atual governo, tanto no Executivo quanto no Legislativo, ao reforçar uma visão do voluntariado fundamentada na caridade e no "amor" pela atividade desempenhada e pelo próximo. Essa abordagem máscara, em essência, a ausência de incentivos concretos para garantir a efetividade e a sustentabilidade dos serviços.

Essa estratégia do governo distrital encontra paralelos no âmbito federal, notadamente com o Decreto N° 9.906, de 2019, que instituiu o Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado, popularmente conhecido como "Pátria Voluntária". Ambas as iniciativas compartilham objetivos semelhantes ao fomentar o voluntariado em diferentes formas, e também convergem em suas perspectivas ideológicas e políticas.

Os planos não apenas se assemelham à sua estrutura, mas também estão ancorados em um fundamento ideológico comum. No Distrito Federal, sob a gestão de Ibaneis Rocha, e no âmbito federal, sob o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, ambos representantes da Nova Direita (ND), observa-se a ascensão de um projeto político que ganhou força no mesmo período. Esses governos, articulados tanto em termos políticos quanto pessoais, têm em comum a implementação de ações voltadas à dissolução de políticas públicas consolidadas e à transferência de responsabilidades sociais para a sociedade civil.

Essa transferência é promovida por meio do incentivo ao voluntariado, à filantropia e à atuação de organizações religiosas, em detrimento do fortalecimento do serviço público. Dessa forma, como explicitado na fala do deputado Fábio, questiona-se qual o modelo de serviço público vem sendo defendido e qual a prioridade do ensino/atendimento para esses estudantes (crianças e adolescentes) que necessitam deste serviço. Tendo em vista que as ações do atual governo e seus parlamentares vinculados a agenda da ND não apresentaram soluções e na verdade reverberam a precariedade e o caráter conservador dessa proposta, sem respostas que garantam esse atendimento sob a ótica do direito e não pela concepção de “amor ao próximo”. Assim, segundo Bonfim (2010), entende-se

O problema principal - e que constitui a essência da "cultura do voluntariado" na atualidade - é que a ênfase na ação voluntária faz com que as mais variadas motivações sejam canalizadas numa única direção, ou seja, num projeto de sociedade que objetiva simplesmente amenizar ou mesmo administrar as sequelas da "questão social". (p 88)

Sobre esse cenário, o representante do SINPRO, Carlos Maciel, defende que ainda que o programa tenha surgido como projeto piloto este se expandiu expressivamente, e como sindicalista em prol dos trabalhadores da educação defende que esses e outros trabalhadores da educação tenham condições decentes de trabalho e uma formação de qualidade, pensada especialmente para o atendimento de pessoas com deficiência. Assim como, reverbera a necessidade de contratação dos Monitores, carreira não extinta, mas que por falta de responsabilidade do governo estão em minoria e em um demorado processo de contratação e abertura de outro edital.

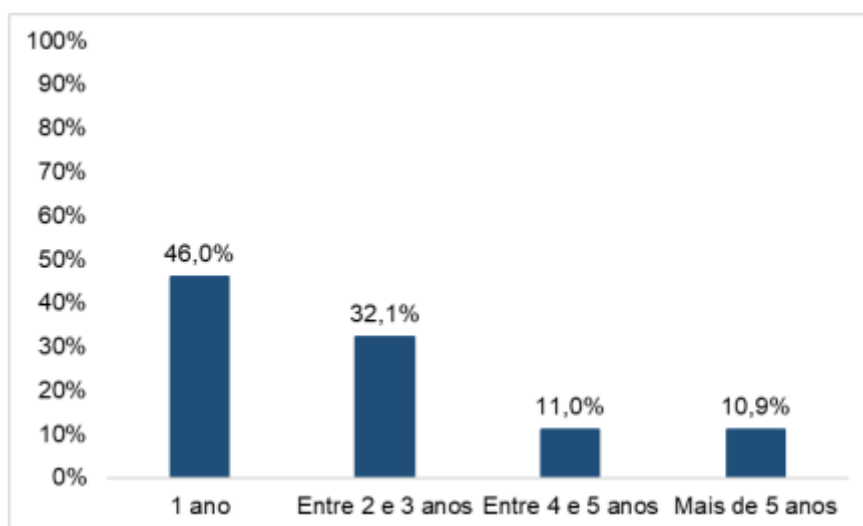
Esse cenário denunciado pelo deputado e pelo sindicalista é confirmado em partes através da análise dos dados apresentados na pesquisa, evidencia de forma repetida a precarização e a ambiguidade do caráter voluntário atribuído aos ESV. A pesquisa buscou não apenas descrever o perfil desses indivíduos, mas também compreender os incentivos que os levam a participar do programa e as barreiras enfrentadas no exercício de suas funções. Tal iniciativa assume relevância acadêmica e política ao contribuir para o aprofundamento do debate sobre o papel e as condições de trabalho dessa categoria. Os dados analisados apontam para um perfil majoritariamente feminino (83,5%), composto por pessoas pardas (55%), com idades entre 30 e 49 anos (53%), predominantemente atuantes nas áreas de Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes (67,2%) e com ensino superior completo (41,5%) (IPEDF, 2024).

Essa configuração reflete uma mudança significativa em relação ao perfil inicialmente projetado pelo programa, que priorizava jovens e universitários (Distrito Federal, 2014). Hoje, o programa é integrado por indivíduos mais velhos, com maior formação acadêmica, evidenciando uma transformação impulsionada tanto por critérios de seleção quanto pelo contexto socioeconômico mais amplo. Pois, os parâmetros de classificação, como exemplificado no Anexo IV, atribuem maior pontuação a candidatos com ensino superior e pós-graduação, favorecendo um perfil de voluntários mais qualificados. Entretanto, essa suposta valorização acadêmica está inserida em um cenário de desamparo trabalhista.

A pesquisa também revelou, como apresentado na figura 4, que 57,1% dos voluntários não possuem outra fonte de renda, demonstrando que diante de uma crise de desemprego que força pessoas com elevada qualificação, não necessariamente na área, a atuarem como voluntários em funções que, na prática, exigem alta complexidade técnica. Esse cenário demonstra que o caráter voluntário é, na verdade, forma de baratear os custos deste serviço e esconde a ausência de políticas públicas que garantam condições dignas de trabalho e remuneração para esses profissionais.

Nesse viés, ao longo da apresentação dos dados por Jaqueline Borges e pelo depoimento da educadora Aludy Gonçalves esses elementos são reverberados não só por meio dos dados, obtidos pela pesquisa, mas também na rotina de atendimento. Reforçando assim, três principais elementos, sendo eles a baixa ajuda de custo desproporcional as atividades executadas⁶³, a falta de capacitação ou oferta de cursos para atuação na área do AEE⁶⁴, e a alta rotatividade desses voluntários. Os dois primeiros elementos apresentados como queixa apareceram também como elemento em questão na audiência de 2020, porém a questão da rotatividade tornou-se ainda mais expressiva a partir da pesquisa, que demonstrou com a figura abaixo uma descontinuidade do serviço prestado.

Figura 5: Anos de atuação dos/as ESVs (2024)



Fonte: Educação Inclusiva no Distrito Federal - 2024
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan

A rotatividade nas atividades voluntárias é uma característica estudada por autores como Bonfim (2010), Araújo (2008) e Souza (2008), sendo justificada por diversos fatores que impactam negativamente a continuidade e a qualidade das ações realizadas. Segundo Araújo (2008), essa alta rotatividade promove práticas flutuantes e desqualificadas, já que os voluntários, por sua natureza espontânea, não possuem vínculos estáveis nem garantia de direitos, ocupando assim a posição mais fragilizada e instável dentro do sistema de atendimento.

No contexto do Ensino Inclusivo, essa precariedade afeta de maneira mais grave o suporte oferecido a estudantes com deficiência. A constância no atendimento é essencial para

⁶³ Como resultado na pesquisa do IPEDF cerca de 80,4% dos ESVs apresentam a necessidade de aumento do valor de ressarcimento por turno de voluntariado

⁶⁴ Já em relação a oferta de cursos de capacitação para atuar na educação especial/inclusiva cerca de 80,9% dos voluntários que responderam à pesquisa, afirmaram como aspecto de melhoria a ser adotado no programa.

estabelecer confiança, criar rotinas e garantir a continuidade do aprendizado, aspectos indispensáveis para o desenvolvimento desses estudantes. No entanto, esses elementos são negligenciados pela SEEDF e pelo GDF, que optam por não adotar medidas estruturantes, como a contratação de profissionais qualificados com remuneração e direitos trabalhistas compatíveis com as funções desempenhadas. Essa omissão compromete o direito à educação de qualidade desses alunos, desrespeitando o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão), o PNEEPEI e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Ademais, ao analisar as rotinas, as condições de trabalho e as funções desempenhadas pelos voluntários, percebe-se um descompasso significativo entre o que está previsto nas portarias que regulamentam o programa e a realidade vivida por esses educadores. Os relatos apresentados pelo IPEDF, assim como as falas apresentadas na reunião, corroborados por estudos de Júnior (2023), Neiva (2022) e Marques (2021), destacam as brechas e irregularidades na execução do programa, bem como as contradições entre as promessas institucionais e a prática cotidiana. Esses trabalhos oferecem uma análise crítica ao papel do programa de voluntariado no contexto escolar, questionando sua real eficácia e apontando os prejuízos decorrentes de sua implementação sob um modelo precário e desestruturado.

Somado a isso, as falas apresentadas por quatro membros da plateia⁶⁵ reafirmam essa realidade, relatando as dificuldades de se inserir nas UEs, a sobreposição de funções, a não presença do ESV nas legislações sobre o AEE, e a importância de reconhecer a política de inclusão como direito e não uma ajuda. Essas falas, realizadas por ESVs, mães de crianças que necessitam do AEE, entre outros, semelhantes às apresentadas na audiência pública de 2020 reproduzem as questões já antes apresentadas, e buscam sensibilizar as condições em que se encontram não só os voluntários, mas também aos estudantes que têm sido atendidos de maneira precarizada.

No encerramento da sessão, a presença de Gabriel Magno, deputado do PT e defensor das políticas públicas da educação, expressa que é necessário pensar alternativas para situação dos ESVs, de forma a responsabilizar o Estado pelas condições desses, visando a garantia desse serviço público de maneira digna, tanto aos estudantes como aos trabalhadores. E ressalta que nesta discussão a cobrança deve ser realizada ao governo e a SEEDF, e não a esses voluntários, pois

A gente nunca faz o debate do problema individualizado, o problema não é o professor temporário ou o educador social como pessoa, o problema é a política, o que ela representa como forma de desleixo

⁶⁵Nesta sessão as provocações do público puderam ser mais bem compreendidas, apenas os nomes completos e vínculos não puderam ser entendidos plenamente visto o tempo reduzido de fala (3 minutos em média).

(...) O governo do Distrito Federal está deixando a política de atenção e cuidado na responsabilidade de um profissional que recebe R\$40 por dia (Gabriel Magno, 2024, 1h22min32s)

Em suma, as questões apresentadas e as discussões realizadas, é notória a urgência de uma posição do governo distrital as demandas dos educadores e também as condições de atendimento oferecidas a esses estudantes, sendo necessário que essas mudanças sejam orientadas pela ótica do direito à educação, e não por uma lógica caritativa e assistencialista, que não assegura a prestação adequada e contínua desses serviços. O Estado tem a responsabilidade de garantir que as atividades desempenhadas por esses voluntários sejam conduzidas de maneira adequada aos parâmetros legais, abrangendo não apenas o ensino inclusivo, mas todos os serviços educacionais que dependem dessa força de trabalho, rompendo com a concepção conservadora de ajuda e amor ao próximo, assim como com a lógica de barateando desses serviços, substituindo por uma abordagem que assegure os direitos fundamentais dos indivíduos atendidos, assegurando a gratuidade, a qualidade e continuidade desse suporte.

Considerações Finais

Retomando as questões apresentadas na introdução do trabalho, este teve como objeto o estudo da influência da ascensão da ideologia da Nova Direita no processo de precarização do apoio às atividades escolares da Educação Básica do Distrito Federal por meio da utilização da figura do Educador Social Voluntário. E também como perguntas norteadoras “Quais as estratégias da ideologia da ND que corroboram para a implementação e continuidade do Programa do Educador Social Voluntário, entre os anos de 2014 a 2024 no DF? E quem são as forças em presença agindo em defesa desse projeto político?”.

Nesse sentido, foi provado através da pesquisa realizada tamanha complexidade das disputas entre forças políticas, ideológicas e econômicas travadas para o domínio da Política de Educação. Ao analisar a ascensão da Nova Direita e suas estratégias no território do Distrito Federal, foi possível compreender como o Programa do ESV reflete a precarização das políticas públicas e a desresponsabilização do Estado no atendimento à Educação Básica e Inclusiva. O voluntariado, que deveria representar uma ação complementar, foi transformado em uma alternativa sistemática e institucionalizada em detrimento da contratação de profissionais qualificados, aprofundando um cenário de desigualdades educacionais e fragilizando os direitos dos trabalhadores da educação e dos estudantes.

Por meio da análise das portarias publicadas entre 2014 e 2024, identificou-se que o programa apresenta características de precarização, com baixos valores de ajuda de custo, ausência de garantias trabalhistas e perfis de voluntários que muitas vezes não correspondem às exigências estabelecidas nos próprios editais. Essa discrepância evidencia uma gestão pública que desconsidera a necessidade de profissionalização e estruturação adequadas para atender às demandas educacionais.

Já em relação às audiências públicas analisadas demonstraram a polarização de discursos em torno do programa do ESV, com tensões entre a valorização do voluntariado e as críticas à exploração do trabalho não remunerado. A pesquisa também revelou o papel do ESV como ferramenta ideológica, alinhada às diretrizes da Nova Direita, promovendo um modelo de gestão pública que privilegia a lógica de mercado e enfraquece a proteção social.

Sob essa perspectiva, o programa do ESV que inicialmente apresentava-se como uma alternativa a necessidade de implementação/adaptação ao Ensino Integral e ao deslocamento da Educação Especial para a implementação da Educação Inclusiva em classes regulares, passou a ser utilizado como forma de “amenizar” em larga escala a demanda de apoio ao atendimento educacional. Ao longo desses 10 anos, sob diferentes gestões, o governo optou

por utilizar voluntários em vez de convocar servidores públicos concursados, profissionais que possuem direitos trabalhistas garantidos e formação específica para as funções desempenhadas. Essa escolha reflete uma estratégia do GDF de evitar custos associados à contratação de servidores efetivos, resultando na prestação do serviço por pessoas sem a qualificação adequada, especialmente no suporte a estudantes com deficiência.

Assim, buscando contemplar e responder às questões de partida desta pesquisa nota-se que as forças em presença incluem representantes do poder público, alinhados à ideologia da Nova Direita, como figuras políticas (legislativo) e representantes do governo (executivo), que promovem a lógica da desresponsabilização estatal e a valorização de alternativas precárias como o voluntariado. Seus fundamentos repousam na defesa de um modelo neoliberal que transfere ao indivíduo e à iniciativa privada responsabilidades que deveriam ser do Estado. Suas estratégias, incluem o uso de discursos moralistas e conservadores, que enaltecem valores como a "solidariedade" e da participação "amorosa" desses voluntários, enquanto ocultam as reais condições de exploração enfrentadas pelos voluntários.

Dessa forma, as considerações apontadas aqui devem ser tomadas não como um ponto final, mas sim como ponto de partida para novas análises, novas pesquisas, para que hajam reflexões sobre o papel do voluntariado em atividades educacionais, em especial o programa do ESV, projeto que não se esgota nesta pesquisa. Além disso, compreender como as forças da ND têm se articulado para desenvolver estratégias cada vez mais diversificadas e complexificadas, utilizando-se de figuras de baixíssimo custo, sob uma argumentação moral, a qual pauta-se na "cultura do voluntariado".

Diante disso, conclui-se que o fortalecimento de uma política educacional inclusiva e de qualidade requer o enfrentamento das estratégias precarizantes impostas por modelos neodireitistas. É necessário investir na valorização de profissionais da educação e na ampliação do diálogo entre os diferentes atores sociais, com vistas à construção de um sistema educacional democrático e comprometido com os princípios de igualdade e justiça social.

E como solução prática pensada, a contratação de monitores de gestão educacional, um cargo público que tem sido negligenciado pelo governo distrital, torna-se elemento inicial para garantir tanto a qualidade e a continuidade das atividades para os estudantes quanto os direitos básicos dos profissionais que as desempenham. Esses elementos são fundamentais para a segurança e continuidade das relações de trabalho e do atendimento educacional, mas estão completamente ausentes no modelo atual de voluntariado. Essa transição seria um passo para assegurar um apoio educacional de qualidade, comprometido com a dignidade dos trabalhadores e com o respeito ao direito à educação.

Referências

- AFONSO, Almerindo Janela. Estado, Políticas Educacionais e Obsessão Avaliativa. In: *Contrapontos*, volume 7, nº.1, Itajaí, jan./abr. de 2007
- ARAUJO, Jairo Melo. *Voluntariado: na contramão dos direitos sociais*. Editora Cortez. São Paulo, 2008.
- BARREYRO, Gladys Beatriz. O “Programa Alfabetização Solidária”: terceirização no contexto da Reforma do Estado. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 38, p. 175-191, set./dez. 2010. Editora UFPR. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/kJHhSgXgjKC3zx3jWZ6vqQP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 de abril de 2024.
- BASBAUM, Leôncio. *Sociologia do Materialismo: introdução à história da filosofia*. São Paulo, Símbolo, 1978. Caps. II, III e VII. (p. 49-97 e 193- 210).
- BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, I. *Política social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2006.
- BONFIM, Paula. *A “Cultura do voluntariado” no Brasil: determinações econômicas e ideopolíticas na atualidade*. Editora Cortez. São Paulo, 2010.
- BRASIL. Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. Lei do Voluntariado. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9608compilado.htm. Acesso em: 10 de nov de 2024.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Estatuto da pessoa com deficiência. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 15 de dez. de 2024.
- BRASIL. Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 04 de nov de 2024.
- BROWN, Wendy. *Nas Ruínas do Neoliberalismo: A ascensão política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Politeia, 2019.
- CASIMIRO, Flávio H. C. *A Tragédia e a Farsa. A ascensão das direitas no Brasil contemporâneo*. São Paulo, Expressão Popular e Fundação Rosa Luxemburgo, 2019.
- CAVALIERE, Ana Maria. Escola pública de tempo integral no Brasil: filantropia ou política de Estado? *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1205-1222, out.-dez. 2014.

CLDF. AUDIÊNCIA PÚBLICA. Audiência pública realizada na Câmara Legislativa do Distrito Federal sobre o “Programa Educador Social Voluntário”. Brasília, 17 maio 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kCt9DPt9-cs>. Acesso em: 18 maio 2024.

CLDF. REUNIÃO PÚBLICA. Apresentação da Pesquisa do IPEDF sobre a Educação Inclusiva no Distrito Federal. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uBMwUtx3PMM>. Acesso em: 6 nov. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE - CNS. Resolução 510, 07 de abril de 2016. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html.

CORSETTI, Berenice. Neoconservadorismo e Políticas Educacionais no Brasil. Educação Unisinos. Outubro-dezembro 2019. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2019.234.11>.

DIEESE. *Nota Técnica Nº 281*. Salário mínimo de R\$1.412,00 em 2024. São Paulo, 27 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2023/notaTec281salarioMinimo.html>.

DISTRITO FEDERAL. Diário Oficial do Distrito Federal, Nº 91, segunda-feira, 6 de maio de 2013. Secretaria de Estado de Educação. EDITAL Nº 02, DE 30 DE ABRIL DE 2013. Chamada pública para o Jovem Educador Voluntário. Seção 3, p. 74- 84.

DISTRITO FEDERAL. Diário Oficial do Distrito Federal, Nº 82, sexta-feira, 25 de abril de 2014. Secretaria de Estado de Educação. Portaria Nº 73, de 24 de abril de 2014. Programa Educador Social Voluntário, p. 9-12.

DISTRITO FEDERAL. Diário Oficial do Distrito Federal, Nº176, quarta-feira, 27 de agosto de 2014. Portaria Nº193, de 26 de agosto de 2014. Programa Educador Social Voluntário, p. 9-11.

DISTRITO FEDERAL. Diário Oficial do Distrito Federal, Nº 43, terça-feira, 3 de março de 2015. Secretaria de Estado de Educação. Portaria Nº 24, de 27 de fevereiro de 2015. Programa Educador Social Voluntário, p. 7-10.

DISTRITO FEDERAL. Diário Oficial do Distrito Federal, Nº 41, quarta-feira, 2 de março de 2016. Secretaria de Estado de Educação. Portaria Nº 48, de 01 de março de 2016. Programa Educador Social Voluntário, p. 51-54.

DISTRITO FEDERAL. Diário Oficial do Distrito Federal, Nº 36, segunda-feira, 20 de fevereiro de 2017. Secretaria de Estado de Educação. Portaria Nº 51, de 17 de fevereiro de 2017. Programa Educador Social Voluntário, p. 5-9.

DISTRITO FEDERAL. Diário Oficial do Distrito Federal, Nº 25, segunda-feira, 5 de fevereiro de 2018. Secretaria de Estado de Educação. Portaria Nº 22, de 2 de fevereiro de 2018. Programa Educador Social Voluntário, p. 12-18.

DISTRITO FEDERAL. Diário Oficial do Distrito Federal, Nº 17, quinta-feira, 24 de janeiro de 2019. Secretaria de Estado de Educação. Portaria Nº 7, de 23 de janeiro de 2019. Programa Educador Social Voluntário, p. 11-12.

DISTRITO FEDERAL. Diário Oficial do Distrito Federal, Nº 43, quinta-feira, 5 de março de 2020. Secretaria de Estado de Educação. Portaria Nº 50, de 04 de março de 2020. Programa Educador Social Voluntário, p. 4-7.

DISTRITO FEDERAL. Diário Oficial do Distrito Federal, Nº 129, segunda-feira, 12 de julho de 2021. Secretaria de Estado de Educação. Portaria Nº 326, de 08 de julho de 2021. Programa Educador Social Voluntário, p. 3-7.

DISTRITO FEDERAL. Diário Oficial do Distrito Federal, Nº 20, sexta-feira, 28 de janeiro de 2022. Portaria Nº 63, de 27 de janeiro de 2022. Programa Educador Social Voluntário, p. 58-62.

DISTRITO FEDERAL. Diário Oficial do Distrito Federal, Nº16, segunda-feira, 23 de janeiro de 2023. Portaria Nº 58, de 20 de janeiro de 2023. Programa do Educador Social Voluntário, p. 10-14.

DISTRITO FEDERAL. Diário Oficial do Distrito Federal, Nº 10, segunda-feira, 15 de janeiro de 2024. Portaria Nº 28, de 12 de janeiro de 2024. Estabelece o Programa Educador Social Voluntário, p. 8-13. Diário Oficial

DISTRITO FEDERAL. Decreto N º 37.010, Regulamenta a prestação do serviço voluntário no âmbito da Administração Direta e Indireta no DF. Brasília, 2015

DISTRITO FEDERAL. Decreto Nº 39.734. Programa de Voluntariado do Distrito Federal - Voluntariado em Ação. Brasília, 2019.

DISTRITO FEDERAL. Lei Nº 6579, de 20 de maio de 2020. Dispõe sobre Programa de Renda Temporária para os Educadores Sociais Voluntários durante a vigência do estado de calamidade pública decretado no Distrito Federal devido à pandemia da Covid-19. Brasília, DF, 2020.

DISTRITO FEDERAL. Lei Nº 6.759, de 16 de dezembro de 2020. Institui a educação domiciliar no Distrito Federal e dá outras providências. Brasília, DF.

DISTRITO FEDERAL. Lei Nº6.871, de 24 de junho de 2021. Institui e inclui no calendário oficial de eventos do Distrito Federal o Dia do Educador Social Voluntário – ESV. Brasília, DF, 2021.

DISTRITO FEDERAL. Portaria Conjunta Nº 22, de 28 de outubro de 2020. Dispõe sobre a implementação do Projeto Escolas de Gestão Compartilhada que prevê a transformação de Unidades Escolares específicas da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal em Colégios Cívico-Militares do Distrito Federal.

FREITAS, Luiz C. de. *A Reforma Empresarial da Educação: Nova Direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. O hibridismo na cultura política do Distrito Federal: entre o clientelismo e a luta por direitos mediante a participação social. In: NEVES, Angela Vieira; GHIRALDELLI, Reginaldo (Org.). *Trabalho, democracia e participação no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2022. p. 239-257.

IMPERATORI, Thaís Kristosch; BARROS, Melina Sampaio de Ramos; GARCIA, Anna Júlia Medeiros Lopes. Voluntariado e Nova Direita: reflexões sobre as estratégias de proteção social em tempos de pandemia. *Libertas*, Juiz de Fora, v. 22, n. 2, p. 551-568, jul./dez. 2022

IMPERATORI, T. K.; ALENCAR, L C. . A trajetória do direito à educação inclusiva: disputas entre público e privado. *O trabalho do/a assistente social na educação básica privada/confessional: experiências profissionais no Estado de São Paulo*. 1ed.: , 2023, v. , p. 59-80.

INEP. Censo Escolar do Distrito Federal. Disponível em: <https://dadoseducacionais.se.df.gov.br/dadosgeraiscenso2022.php>.

IPEDF. INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL. *Educação inclusiva no Distrito Federal: O papel dos/as Educadores/as Sociais Voluntários/as*. Relatório. Brasília: IPEDF, 2024.

LAVILLE, Cristian & DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: ARTMED; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MARQUES, Irani Lucia. “*Não é trabalho voluntário!*”: Percepções de educadores sociais voluntários e professores sobre o programa do Educador Social Voluntário. 63f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de Humanidades e Linguagens). Instituto Federal de Brasília. Brasília, 2021.

MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo. Boitempo, 2010.

_____. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1. 1a ed. Revista. São Paulo: Boitempo, 2015.

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Recomendação nº 003/2023 – PROEDUC, de 15 de fevereiro de 2023. Brasília, 2023.

NEIVA, Clara Franco. Educador social voluntário e a escolarização de pessoas com deficiência: recrudescimento da Nova Direita e a exploração do trabalho voluntário na Educação Básica do Distrito Federal (2014-2021). 2022. 66 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/40632>. Acesso em: 23 de novembro de 2024.

PEREIRA, Camila Potyara. Nova direita, corporocracia e política social. In: PEREIRA, Potyara Amazoneida (Org). *Ascensão da Nova Direita e Colapso da Soberania Política*. São Paulo: Cortez Editora, 2020. P. 119-138.

PEREIRA, Camila Potyara. Proteção Social no Capitalismo: contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes. 2013. 307 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

_____. *Proteção social no capitalismo: crítica a teorias e ideologias conflitantes*. São Paulo, Editora Cortez, 2016.

PROGRAMA Educador Social Voluntário oferece mais 620 vagas. *Agência Brasília*. Brasília-DF, 27 de agosto de 2014. Disponível em: <https://agenciabrasilia.df.gov.br/2014/08/27/programa-educador-social-voluntario-oferece-mais-620-vagas/>.

QUEIROZ, Adriana de Souza Lima. *Trabalho voluntário: da caridade cristã ao exercício cidadão*. 2019. 181 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/2a3639d0-b9f7-4074-84c0-ef27b3a7dd1/content>.

SALLORENZO, Letícia. Sem monitores, estudantes com necessidades educacionais especiais têm sensação de abandono. SINPRO-DF, Brasília, 6 de abril de 2022. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/sem-monitores-estudantes-com-necessidades-educacionais-especiais-tem-sensacao-de-abandono/>.

SANTOS, Joselena Patrício da Silva. *A atuação de educadores sociais no processo de inclusão de alunos com deficiência visual nos anos iniciais do Distrito Federal*. 2019. 74 f.,

il. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SAVIANI, Dermeval. Vicissitudes e Perspectivas do Direito à Educação no Brasil: Abordagem histórica e situação atual. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 34, n. 124, jul.-set. 2013, p. 743 -760. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v34n124/06.pdf>. Acesso em: 20 de jul de 2023.

SILVA, Gisele Eduardo de Oliveira. *O papel do educador social voluntário no processo de inclusão de estudantes com transtorno do espectro autista*. 94 f. Dissertação (Programa Stricto Sensu em Educação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2018.

SOUZA, Silvana Aparecida de. *Educação, trabalho voluntário e responsabilidade social da empresa: amigos da escola; e outras formas de participação*. 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-16062008-103840/pt-br.php>

YANNOULAS, Silvia C, AFONSO, Sophia, PINELLI, Laís. Propostas político-pedagógicas neoconservadoras: falácias da "ideologia de gênero" e do movimento "escola sem partido". *Debate Público: Reflexión de Trabajo Social*, 11, 2021. Disponível em: https://trabajosocial.sociales.uba.ar/wp-content/uploads/sites/13/2021/08/11_Yannoulas.pdf.

YANNOULAS, Silvia C. Chaves analíticas para a compreensão do projeto educacional da nova direita: Estratégias essenciais e particularidades brasileiras. *Revista Educación, Política Y Sociedad*, 9(1), 8–41, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.15366/rep2024.9.1.001>. Acesso em: 25 de jan 2024.

ZARDO, Sinara. O direito à educação para as pessoas com deficiência. In: _____. *Direito à educação: a inclusão de alunos com deficiência no ensino médio e a organização dos sistemas de ensino*. 2012. Programa de Pós-Graduação em Educação – Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Cap. 2, p. 56-106.

Anexos

Anexo I: Formulário de avaliação de desempenho do ESV, anexo VII da Portaria N°50 de março de 2020.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO EDUCADOR SOCIAL VOLUNTÁRIO

Nome:							
Coordenação Regional de Ensino:							
Unidade Escolar de Exercício:							
Área de Atuação:			Finalidade				
☐ Educação em Tempo Integral;							
☐ Ensino Especial;							
☐ Educação Infantil (creche e pré-escola pública);							
☐ EMMP;							
☐ PROEM;							
☐ Correção de Fluxo;							
Período trabalhado: _____ a _____			Total de dias trabalhados: _____ dias				
Pontuação			10 pts	7 pts	5 pts	3 pt	0 pt
Fatores			Sempre	Quase sempre	Às vezes	Raro	Nunca
1) Assiduidade: Comparecimento regular e constante na unidade de exercício.							
2) Pontualidade: Cumprimento do horário de trabalho (entrada e saída).							
3) Disciplina: Observância às normas e às orientações da administração.							
4) Iniciativa: Capacidade de agir, por si próprio, mostrando-se empenhado em executar suas funções.							
5) Produtividade: Capacidade de produzir, contribuindo na execução dos trabalhos, apresentando ideias e sugestões para alcançar os objetivos propostos.							
6) Responsabilidade: Cumprimento das obrigações e dos deveres que lhe são delegados.							
7) Ética: Respeito às questões individuais e coletivas.							
8) Relacionamento Interpessoal: Capacidade de relaciona-se de forma respeitosa junto à chefia, com os colegas e com a comunidade escolar.							
SUBTOTAL							
TOTAL							

Ciente: Em ____ / ____ / ____		_____ Assinatura do Educador Social Voluntário	
À Coordenação Regional de Ensino para providências necessárias. Em ____ / ____ / ____ _____ Chefia Imediata (assinatura e Carimbo)		Arquivar no cadastro do Educador Social Voluntário. Em ____ / ____ / ____ _____ Chefe da Unidade Regional de Educação Básica (assinatura e Carimbo)	

Anexo II: Projeto de Lei de João Cardoso para o “Reconhecimento do exercício do Educador Social Voluntário”



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO JOÃO CARDOSO



PROJETO DE LEI Nº 2019
(Do Senhor Deputado JOÃO CARDOSO – AVANTE)

L I D O
Em 11/12/19

SECRETARIA LEGISLATIVA
Recbi em 11/12/19 às 14:20
Assinatura  Matrícula 30400

PL 868 /2019

Reconhece o exercício da atividade de Educador Social Voluntário (ESV), no âmbito do Distrito Federal.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º É reconhecido o exercício da atividade de Educador Social Voluntário (ESV), no âmbito do Distrito Federal.

Parágrafo único. Compreende-se por Educador Social Voluntário (ESV) os educadores que voluntariamente auxiliam nas atividades cotidianas dos estabelecimentos de ensino, especialmente na formação, socialização de experiências, participação em atividades de apoio ao trabalho pedagógico, de lazer e entretenimento.

Art. 2º O reconhecimento da atividade de Educador Social Voluntário (ESV) de que trata esta Lei deve obedecer ao disposto na Lei Federal nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, na Lei nº 2.304, de 21 de janeiro de 1999 e na Lei nº 3.506, de 20 de dezembro de 2004.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Setor Protocolo Legislativo

PL Nº 868/2019

Folha Nº 01 B

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei tem por finalidade reconhecer, no território do Distrito Federal, a importante atividade de Educador Social Voluntário (ESV), profissional que presta serviços de extrema relevância nos estabelecimentos públicos de ensino, auxiliando nas atividades cotidianas desses estabelecimentos, sobretudo na formação, socialização de experiências, participação em atividades de apoio ao trabalho pedagógico, de lazer e entretenimento, atendendo desde alunos em creches até as pessoas matriculadas nos cursos de educação de jovens e adultos.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO JOÃO CARDOSO



O Distrito Federal conta em suas escolas públicas, para se ter ideia, 6.000 Educadores Sociais Voluntários (ESVs), os quais, por meio da celebração de Termo de Adesão e Compromisso de Voluntariado entre a Coordenação Regional de Ensino (CRE), prestam serviços de apoio inestimável aos alunos das mencionadas escolas.

Com isso, entendemos que o reconhecimento do exercício da atividade de Educador Social Voluntário (ESV), no âmbito do Distrito Federal, servirá para mostrar a todos a necessidade de enaltecer, facilitar e apoiar os serviços prestados por esses cidadãos que atendem com amor e dedicação os alunos que por eles são assistidos.

Quanto ao aspecto legal, a presente matéria se enquadra entre aquelas cujo trato é assunto de interesse local, ou seja, do Município, e não podemos nos esquecer que ao Distrito Federal são atribuídas constitucionalmente as competências legislativas pertinentes a Estados e Municípios, conforme previsto nos arts. 30, I e 32, § 1º da nossa Carta Magna, *verbis*:

"Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

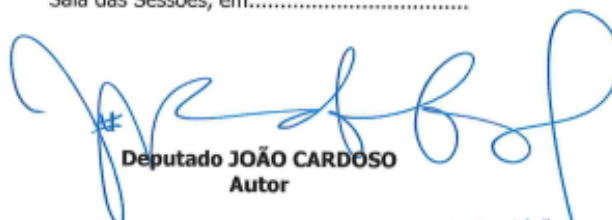
(....)

Art. 32. (....)

§ 1º Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios."

Diante do exposto, rogo aos nobres Pares o apoio para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em.....



Deputado JOÃO CARDOSO
Autor

Sector Protocolo Legislativo
PL Nº 868 / 2019
Folha Nº 02 B

Anexo III: Conhecimentos específicos para o cargo de Monitor de Gestão Educacional Edital Nº 23 – SEE/DF- 2016

CARGO 38: MONITOR DE GESTÃO EDUCACIONAL

NOÇÕES DE GESTÃO EDUCACIONAL: 1 Constituição da República Federativa do Brasil e suas alterações (Artigos 1º a 13; 37 a 43; 205 a 217 e 226 a 230). 2 Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990). 3 Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei nº 9.394/1996). 4 Relações Humanas no Trabalho. Níveis de interação e comunicação. Trabalho em equipe. Trabalho interdisciplinar e multidisciplinar.

55

5 Noções sobre a acessibilidade para pessoas com deficiência: Lei nº 10.048/2000, Lei nº 10.098/2000 e o Decreto-Lei nº 5.296/2004). Política Nacional para integração da Pessoa com Deficiência (Decreto nº 3.298/1999 e a Lei nº 7.853/1989). Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. 6 Criança/Desenvolvimento Infantil. 6.1 Especificidades do atendimento e do cuidado na Educação Infantil. 6.2 Brinquedos e brincadeiras na Educação Infantil. 7 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. 8 Adolescência. 8.1 Noções das características de desenvolvimento psicossocial do adolescente. 8.2 Qualidade de vida do adolescente: saúde, esporte e lazer. 9 Conhecimento básico sobre diagnóstico e prevenção ao uso de drogas. 10 Disciplina Escolar: conceitos e possibilidades. 11 Contexto social e escola: diversidade cultural, gênero, preconceito, uso de drogas, violência e mídia nas relações escolares. 12 Noções de Segurança do Trabalho, Ergonomia e Primeiros Socorros no Ambiente Escolar.

Anexo IV: Critérios de análise curricular do Programa do Educador Social Voluntário, anexo III da Portaria nº 50 de 4 de março de 2020.

ANEXO II ANÁLISE CURRICULAR DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO		
ITEM	FORMAÇÃO	PONTUAÇÃO
01	Nível Superior completo.	10 PONTOS
02	Nível Superior em curso .	09 PONTOS
03	Ensino Médio EJA 3º segmento ou curso técnico de nível médio da Educação Profissional completo .	08 PONTOS
04	Ensino Médio EJA 3º segmento ou curso técnico de nível médio da Educação Profissional em curso .	07 PONTOS
05	Pessoas da Comunidade com habilidades comprovadas nas seguintes áreas: Cultural, artística, desportiva, ambiental, de culinária, tecnologia, científica, nutrição, de serviços gerais (exceto limpeza e vigilância), e nas voltadas para a prática de atividades em laboratórios de física, química e biologia, educação física, informática, audiovisual, rádio, cineclubes, empreendedora, sustentável, entre outras, podendo desempenhar a função de acordo com as competências saberes e habilidades.	10 PONTOS Com comprovação 05 PONTOS com auto declaração
06	Formação específica para a área de atuação nas oficinas/atividades ofertadas pela escola.	05 PONTOS
ITEM	EXPERIÊNCIA	PONTUAÇÃO
07	Experiência em atividade voluntária na rede pública de Ensino (Comprovada por declaração da Unidade Escolar onde atua ou atuou).	05 PONTOS (Acrescentar 01 ponto a cada ano comprovado)
08	Experiência em atividade voluntária nos termos da Lei nº 9.608/1998 em outras instituições, comprovada por declaração.	05 PONTOS
09	Experiência relacionada à atividade a ser desenvolvida, mediante apresentação de documento comprobatório.	05 PONTOS (Acrescentar 01 ponto a cada ano comprovado)
10	Inscrição em Programa Social, Distrital ou Federal, como Bolsa Família, Bolsa PROJOVEM, PROUNI, FIES, entre outros; e/ou mulheres abrigadas em organização do estado e/ou com medida protetiva	05 PONTOS
TOTAL		

**ANEXO III
ENTREVISTA
DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO**

	Área pretendida (o candidato deverá informar a ordem de preferência da(s) área(s) pretendida(s), para a qual tenha afinidade)	1. () Educação em Tempo Integral; 2. () Ensino Especial; 3. () Educação Infantil (creche e pré-escola pública); 4. () EMMP; 5. () PROEM; 6. () Correção de Fluxo;
ITEM	CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
01	Para a Educação Integral o candidato deverá manifestar o seu consentimento quanto a atuação nas oficinas e projetos pré existentes na Unidade Escolar.	() sim (15 pontos) () não
02	Apresentação pessoal (postura e comportamento durante a entrevista: o que e como o candidato fala sobre si).	0 PONTOS – RUIM 02 PONTOS – REGULAR 04 PONTOS – BOM 08 PONTOS - EXCELENTE
03	Demonstração de conhecimento e interesse (conhecimento da área em que se propõe a atuar e relato de experiências anteriores).	0 PONTOS – RUIM 02 PONTOS – REGULAR 04 PONTOS – BOM 08 PONTOS - EXCELENTE
04	Comunicação e desenvoltura (se expressa adequadamente, de forma compatível ao desempenho da função).	0 PONTOS – RUIM 02 PONTOS – REGULAR 04 PONTOS – BOM 08 PONTOS - EXCELENTE
05	Disponibilidade de tempo (adequação do horário disponível para atuar, conforme as necessidades da Unidade Escolar).	0 PONTOS - NÃO ATENDE 03 PONTOS - ATENDE PARCIALMENTE 06 PONTOS - ATENDE
TOTAL		

Caso haja empate, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

- 1) Possuir maior nota na Entrevista;
- 2) Idade mais elevada, conforme Estatuto do Idoso, art. 27, Lei Nº 10.741/2003.
- 3) Possuir maior pontuação referente à formação;
- 4) Ser beneficiário de Programa Social.

ANEXO I

ANÁLISE CURRICULAR DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

CANDIDATO: _____

UE: _____ **CRE:** _____

FORMAÇÃO			
Marque a alternativa referente à formação máxima do candidato			
ITEM	ESCOLARIDADE	PONTUAÇÃO A SER ATRIBUÍDA	PONTUAÇÃO ADQUIRIDA
1	() Ensino Médio ou curso técnico de nível médio da Educação Profissional Incompleto.	4 pontos	
	() Ensino Médio ou curso técnico de nível médio da Educação Profissional completo.	8 pontos	
	() EJA 3º Segmento.	8 pontos	
	() Graduação (nível superior) incompleta ou em andamento.	10 pontos	
	() Graduação (nível superior) completa.	12 pontos	
	() Pós-Graduação incompleta ou em andamento.	14 pontos	
	() Pós-Graduação completa.	15 pontos	
EXPERIÊNCIA			
2	Experiência em atividade voluntária em Rede Pública de Ensino (Comprovada por declaração da Unidade Escolar em que atuou).	05 pontos (Acrescentar 01 ponto a cada ano comprovado além dos 05 pontos recebidos)	
3	Experiência em atividade voluntária nos termos da Lei nº 9.608, de 1998 em outras instituições, comprovada por declaração.	04 pontos (Acrescentar 01 ponto a cada ano comprovado, além dos 04 pontos recebidos)	
4	Habilidades comprovadas nas seguintes áreas: cultural, artística, desportiva, ambiental, de culinária e nutrição, educação física, e informática.	08 pontos Com comprovação. (Pontuar por cada comprovação apresentada)	
		02 pontos Com autodeclaração.	
5	Experiência comprovada na área de educação especial e/ou saúde	10 pontos Com comprovação.	
OUTROS CRITÉRIOS			
6	Inscrição em Programa Social, Distrital ou Federal, como: Bolsa Família, Bolsa PROJOVEM, PROUNI, FIES, entre outros; e/ou mulheres abrigadas em organização do estado e/ou com medida protetiva.	05 pontos Com comprovação.	
TOTAL DE PONTOS			

Críticas de Desempate:

1- Idade mais elevada, conforme Estatuto do Idoso, Art. 27, Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003;

2- Beneficiário de Programa Social;

3- Experiência em atividade voluntária na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Anexo V: Resolução Nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA**

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009 ⁽¹⁾

*Institui Diretrizes Operacionais para o
Atendimento Educacional Especializado na
Educação Básica, modalidade Educação
Especial.*

O Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o disposto na alínea "c" do artigo 9º da Lei nº 4.024/1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131/1995, bem como no artigo 90, no § 1º do artigo 8º e no § 1º do artigo 9º da Lei nº 9.394/1996, considerando a Constituição Federal de 1988; a Lei nº 10.098/2000; a Lei nº 10.436/2002; a Lei nº 11.494/2007; o Decreto nº 3.956/2001; o Decreto nº 5.296/2004; o Decreto nº 5.626/2005; o Decreto nº 6.253/2007; o Decreto nº 6.571/2008; e o Decreto Legislativo nº 186/2008, e com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 13/2009, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 24 de setembro de 2009, resolve:

Art. 1º Para a implementação do Decreto nº 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

Art. 2º O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

Parágrafo único. Para fins destas Diretrizes, consideram-se recursos de acessibilidade na educação aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e dos demais serviços.

Art. 3º A Educação Especial se realiza em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, tendo o AEE como parte integrante do processo educacional.

Art. 4º Para fins destas Diretrizes, considera-se público-alvo do AEE:

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

⁽¹⁾ Resolução CNE/CEB 4/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 2009, Seção 1, p. 17.

Art. 5º O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios.

Art. 6º Em casos de Atendimento Educacional Especializado em ambiente hospitalar ou domiciliar, será ofertada aos alunos, pelo respectivo sistema de ensino, a Educação Especial de forma complementar ou suplementar.

Art. 7º Os alunos com altas habilidades/superdotação terão suas atividades de enriquecimento curricular desenvolvidas no âmbito de escolas públicas de ensino regular em interface com os núcleos de atividades para altas habilidades/superdotação e com as instituições de ensino superior e institutos voltados ao desenvolvimento e promoção da pesquisa, das artes e dos esportes.

Art. 8º Serão contabilizados duplamente, no âmbito do FUNDEB, de acordo com o Decreto nº 6.571/2008, os alunos matriculados em classe comum de ensino regular público que tiverem matrícula concomitante no AEE.

Parágrafo único. O financiamento da matrícula no AEE é condicionado à matrícula no ensino regular da rede pública, conforme registro no Censo Escolar/MEC/INEP do ano anterior, sendo contemplada:

- a) matrícula em classe comum e em sala de recursos multifuncionais da mesma escola pública;
- b) matrícula em classe comum e em sala de recursos multifuncionais de outra escola pública;
- c) matrícula em classe comum e em centro de Atendimento Educacional Especializado de instituição de Educação Especial pública;
- d) matrícula em classe comum e em centro de Atendimento Educacional Especializado de instituições de Educação Especial comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

Art. 9º A elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento.

Art. 10. O projeto pedagógico da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE prevendo na sua organização:

I – sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;

II – matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola;

III – cronograma de atendimento aos alunos;

IV – plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas;

V – professores para o exercício da docência do AEE;

VI – outros profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção;

VII – redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE.

Parágrafo único. Os profissionais referidos no inciso VI atuam com os alunos público-alvo da Educação Especial em todas as atividades escolares nas quais se fizerem necessários.

Art. 11. A proposta de AEE, prevista no projeto pedagógico do centro de Atendimento Educacional Especializado público ou privado sem fins lucrativos, conveniado para essa finalidade, deve ser aprovada pela respectiva Secretaria de Educação ou órgão equivalente, contemplando a organização disposta no artigo 10 desta Resolução.

Parágrafo único. Os centros de Atendimento Educacional Especializado devem cumprir as exigências legais estabelecidas pelo Conselho de Educação do respectivo sistema de ensino, quanto ao seu credenciamento, autorização de funcionamento e organização, em consonância com as orientações preconizadas nestas Diretrizes Operacionais.

Art. 12. Para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial.

Art. 13. São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado:

I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;

IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

Art. 14. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CESAR CALLEGARI

Apêndice

Apêndice I: Compilado de Produções sobre o “Educador Social Voluntário” encontrados na BDM (UnB), BDTD e Scielo

Produções sobre o Educador Social Voluntário– BDM

Autoria	Título	Área	Ano
Gabriela Oliveira de Freitas	“O programa educador social voluntário: uma experiência formativa com uma aluna surda”	Pedagogia	2018
Joselena Patrício da Silva Santos	“A atuação de educadores sociais no processo de inclusão de alunos com deficiência visual nos anos iniciais do Distrito Federal”	Pedagogia	2019
Clara Franco Neiva	“Educador social voluntário e a escolarização de pessoas com deficiência : recrudescimento da Nova Direita e a exploração do trabalho voluntário na Educação Básica do Distrito Federal (2014-2021)”	Serviço Social	2022
Wellington Pinto de Almeida Júnior	“O Programa de Educadores Sociais Voluntários do Distrito Federal (ESV) : um olhar para a educação inclusiva”	Pedagogia	2023

Produções sobre o Educador Social Voluntário– BDTD

Autoria	Título	Área	Ano
Gisele Eduardo de Oliveira Silva	“O papel do educador social voluntário no processo de inclusão de estudantes com transtorno do espectro autista.”	Educação	2018

Produções sobre o Educador Social Voluntário- Scielo

Autoria	Título	Área	Ano
-	-	-	-

*Nenhuma produção encontrada

Produções sobre o Educador Social Voluntário- IPEDF

Autoria	Título	Área	Ano
Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal	“Educação inclusiva no Distrito Federal: O papel dos/as Educadores/as Sociais Voluntários/as”	Política Social	2024